



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

RAMOS JOÃO SACAIA FERNANDO

O SISTEMA DE ENSINO SUPERIOR EM ANGOLA: OBSERVAÇÕES SOBRE A
ACESSIBILIDADE NA UNIVERSIDADE AGOSTINHO NETO ENTRE 2014 E 2018

CURITIBA

2023

RAMOS JOÃO SACAIA FERNANDO

O SISTEMA DE ENSINO SUPERIOR EM ANGOLA: OBSERVAÇÕES SOBRE A
ACESSIBILIDADE NA UNIVERSIDADE AGOSTINHO NETO ENTRE 2014 E 2018

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, no setor de Ciências Sociais Aplicadas, na Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Políticas Públicas.

Orientador: Prof. Dr. Demian Castro

CURITIBA

2023

FICHA CATALOGRÁFICA

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SISTEMA DE BIBLIOTECAS – BIBLIOTECA DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS

Fernando, Ramos João Sacaia

O sistema de ensino superior em Angola : observações sobre a acessibilidade na Universidade Agostinho Neto entre 2014 e 2018 / Ramos João Sacaia Fernando. – Curitiba, 2023.
1 recurso on-line : PDF.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências Sociais Aplicadas, Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas.

Orientador: Prof. Dr. Demian Castro.

1. Política pública. 2. Políticas educacionais. 3. Ensino superior. I. Castro, Demian. II. Universidade Federal do Paraná. Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas. III. Título.

Bibliotecária: Maria Lidiane Herculano Graciosa CRB-9/2008



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SETOR DE CIÊNCIAS SOCIAIS E APLICADAS
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO POLÍTICAS PÚBLICAS -
40001016076P0

ATA Nº74

ATA DE SESSÃO PÚBLICA DE DEFESA DE MESTRADO PARA A OBTENÇÃO DO GRAU DE MESTRE EM POLÍTICAS PÚBLICAS

No dia cinco de abril de dois mil e vinte e três às 14:00 horas, na sala Sala de reuniões do Departamento de Economia, Setor de Ciências Sociais Aplicadas/UFPR, foram instaladas as atividades pertinentes ao rito de defesa de dissertação do mestrando **RAMOS JOÃO SACAIA FERNANDO**, intitulada: **As políticas públicas de educação em Angola: um estudo sobre as principais barreiras de acesso ao subsistema de ensino superior público na Universidade Antônio Agostinho Neto**, sob orientação do Prof. Dr. DEMIAN CASTRO. A Banca Examinadora, designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação POLÍTICAS PÚBLICAS da Universidade Federal do Paraná, foi constituída pelos seguintes Membros: DEMIAN CASTRO (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ), VIRGINIA LAURA FERNANDEZ (UNIVERSIDADE FEDERAL DA INTEGRAÇÃO LATINO AMERICANA), LUIS CLAUDIO KRAJEVSKI (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ). A presidência iniciou os ritos definidos pelo Colegiado do Programa e, após exarados os pareceres dos membros do comitê examinador e da respectiva contra argumentação, ocorreu a leitura do parecer final da banca examinadora, que decidiu pela APROVAÇÃO. Este resultado deverá ser homologado pelo Colegiado do programa, mediante o atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca dentro dos prazos regimentais definidos pelo programa. A outorga de título de mestre está condicionada ao atendimento de todos os requisitos e prazos determinados no regimento do Programa de Pós-Graduação. Nada mais havendo a tratar a presidência deu por encerrada a sessão, da qual eu, DEMIAN CASTRO, lavrei a presente ata, que vai assinada por mim e pelos demais membros da Comissão Examinadora.

Observações: O aluno foi aprovado desde que realizadas algumas alterações no texto. Outrossim, a dissertação teve o título alterado para: O sistema de ensino superior em Angola: observações sobre a acessibilidade na Universidade Agostinho Neto entre 2014 e 2018.

CURITIBA, 05 de Abril de 2023.

Assinatura Eletrônica

24/04/2023 11:22:53.0

DEMIAN CASTRO

Presidente da Banca Examinadora

Assinatura Eletrônica

24/04/2023 15:21:36.0

VIRGINIA LAURA FERNANDEZ

Avaliador Externo (UNIVERSIDADE FEDERAL DA INTEGRAÇÃO LATINO AMERICANA)

Assinatura Eletrônica

25/04/2023 14:05:40.0

LUIS CLAUDIO KRAJEVSKI

Avaliador Interno (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)

Avenida Prefeito Lothário Meissner, 632 - CURITIBA - Paraná - Brasil

CEP 80210-170 - Tel: (41) 3360-4354 - E-mail: politicaspublicas@ufpr.br

Documento assinado eletronicamente de acordo com o disposto na legislação federal Decreto 8539 de 08 de outubro de 2015.

Gerado e autenticado pelo SIGA-UFPR, com a seguinte identificação única: 278372

Para autenticar este documento/assinatura, acesse <https://www.prpg.ufpr.br/siga/visitante/autenticacaoassinaturas.jsp>
e insira o código 278372



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SETOR DE CIÊNCIAS SOCIAIS E APLICADAS
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO POLÍTICAS PÚBLICAS -
40001016076P0

TERMO DE APROVAÇÃO

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação POLÍTICAS PÚBLICAS da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da Dissertação de Mestrado de **RAMOS JOÃO SACAIA FERNANDO** intitulada: **As políticas públicas de educação em Angola: um estudo sobre as principais barreiras de acesso ao subsistema de ensino superior público na Universidade Antônio Agostinho Neto**, sob orientação do Prof. Dr. DEMIAN CASTRO, que após terem inquirido o aluno e realizada a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua APROVAÇÃO no rito de defesa.

A outorga do título de mestre está sujeita à homologação pelo colegiado, ao atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca e ao pleno atendimento das demandas regimentais do Programa de Pós-Graduação.

CURITIBA, 05 de Abril de 2023.

Assinatura Eletrônica

24/04/2023 11:22:53.0

DEMIAN CASTRO

Presidente da Banca Examinadora

Assinatura Eletrônica

24/04/2023 15:21:36.0

VIRGINIA LAURA FERNANDEZ

Avaliador Externo (UNIVERSIDADE FEDERAL DA INTEGRAÇÃO LATINO AMERICANA)

Assinatura Eletrônica

25/04/2023 14:05:40.0

LUIS CLAUDIO KRAJEVSKI

Avaliador Interno (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)

Avenida Prefeito Lothário Meissner, 632 - CURITIBA - Paraná - Brasil
CEP 80210-170 - Tel: (41) 3360-4354 - E-mail: politicaspublicas@ufpr.br

Documento assinado eletronicamente de acordo com o disposto na legislação federal Decreto 8539 de 08 de outubro de 2015.

Gerado e autenticado pelo SIGA-UFPR, com a seguinte identificação única: 278372

Para autenticar este documento/assinatura, acesse <https://www.prppg.ufpr.br/siga/visitante/autenticacaoassinaturas.jsp> e insira o código 278372

Dedico este trabalho à memória dos meus Pais.

AGRADECIMENTOS

A Deus, pelo dom da vida, proteção e providência.

À minha esposa Pauleth Chita e à minha filha, Maria, que está por vir, pelo aprendizado. Aos meus pais, João Fernando e Maria Sacaia, pelo cuidado e por tudo que fazem em prol da minha formação.

Aos meus irmãos, pelo incentivo na caminhada acadêmica.

Ao Prof. Dr. Demian Castro, pelas orientações e amizade.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pela bolsa de manutenção pessoal e acadêmica.

Ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Paraná, pelos conhecimentos e estrutura de aprendizagem.

“Não existem métodos fáceis para resolver problemas difíceis.”

René Descartes

RESUMO

Esta dissertação tem como objeto de estudo as políticas públicas de educação em Angola, com foco no subsistema de ensino superior, com a premissa de analisar e entender como é formulada e aplicada a política de acesso ao ensino superior público em Angola com base na legislação interna, normas do Ministério da Educação (MED) e Ministério do Ensino Superior, Ciência, Tecnologia e Inovação (MESCTI) no período de 2014-2018. Trata-se de um estudo de caso onde são observados os fatores que contribuem com as barreiras de acesso ao ensino superior público na Universidade Agostinho Neto, situada em Luanda, capital da República de Angola. O estudo tem como ponto de partida a análise das políticas governamentais do setor da educação, com o objetivo de formular hipóteses que contribuam para a diminuição dos déficits de acesso ao ensino superior. Neste sentido, busca-se caracterizar, a partir de dados estatísticos divulgados pelo MED, pelo MESCTI e instituições correlatas, o processo de acesso ao subsistema de ensino superior, as principais normas que regem o Ensino Superior, a partir de alguns fundamentos teóricos e metodológicos (qualitativa) aplicados na educação em Angola no que tange ao ES. Para a construção e desenvolvimento desta pesquisa, optou-se pela metodologia qualitativa-exploratória. A metodologia em questão nos permitiu observar e analisar os dados estatísticos, documentos públicos, artigos, jornais, revistas, dissertações, teses e livros usados como fontes do nosso objeto de estudo e instrumento de pesquisa. Os resultados sugerem que a política pública de acesso ao ensino superior em Angola, nomeadamente na Universidade Agostinho Neto, não atende à demanda dos candidatos, apesar da política adotada pelo governo na implementação de programas de incentivo na esfera da educação, visto que este fato se acarreta desde o surgimento do Ensino Superior em Angola até 2023.

Palavras-chave: políticas públicas, políticas educacionais, ensino superior.

ABSTRACT

This dissertation has as object of study the public policies of education in Angola, focusing on the higher education subsystem, with the premise of analyzing and understanding how the policy of access to public higher education in Angola is formulated and applied based on domestic legislation, norms of the Ministry of Education (MED) and Ministry of Higher Education, Science, Technology and Innovation (MESCTI) in the period 2014-2018. This is a case study where we observe the factors that contribute to the barriers of access to public higher education at the Agostinho Neto University, located in Luanda, capital of the Republic of Angola. The starting point is the analysis of government policies in the education sector, with the objective of formulating hypotheses that contribute to the reduction of access deficits to higher education. In this sense, we seek to characterize from statistical data released by the MED and the MESCTI and related institutions the process of access to higher education subsystem, the main rules governing higher education, from some theoretical and methodological foundations (qualitative) applied in education in Angola with regard to the ES. For the construction and development of this research, we opted for the qualitative-exploratory methodology. This methodology allowed us to observe and analyze the statistical data, public documents, articles, newspapers, magazines, dissertations, theses, and books used as sources of our object of study and research instrument. The results suggest that the public policy of access to higher education in Angola, namely at the Agostinho Neto University, does not meet the demand of applicants, despite the policy adopted by the government in the implementation of incentive programs in the sphere of education, since this fact has been incurred since the emergence of Higher Education in Angola until 2023.

Keywords: public policies, educational policies, higher education.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Mapa político atual de Angola	25
Figura 2 – Análise dos investimentos da educação de 2017-2021	44
Figura 3 – Modelo de acesso ao ensino superior na UAN.....	94

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – População juvenil por província (estado)	30
Gráfico 2 – Percentagem da população por residência segundo a razão da não preferência pelos serviços de saúde pública.....	32
Gráfico 3 – Percentagem da frequência escolar segundo área de residência.....	41
Gráfico 4 – Taxa de alfabetização por província em Angola.....	48
Gráfico 5 – Percentagem da população com 15-34 anos de idade, segundo o nível de escolaridade atingido no ano de 2018.....	49
Gráfico 6 – Percentagem da população a partir dos 15 anos de idade segundo o local de formação profissional	50

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Investimento da educação em Angola, em relação ao Orçamento Geral do Estado de 2017-2021	42
Tabela 2 – Comparativo de estudantes e professores na era colonial	85
Tabela 3 – Centros Universitários distribuído por Províncias (Estados)	88
Tabela 4 – Comparativo de estudantes e professores de 1997 a 2008	90
Tabela 5 – Comparativo de estudantes e professores de 2009 a 2018	90
Tabela 6 – Categorias de Bolsa de Estudo na Graduação em Angola	110
Tabela 7 – Política de Assistência Estudantil Integral	111
Tabela 8 – Diplomas de professores em instituições públicas em comparação com instituições privadas(2018-2019).....	115
Tabela 9 – Comparação do número de graduados na Universidade António Agostinho Neto por gênero.....	118
Tabela 10 – Evolução do número de Instituições de Educação Superior, por categoria administrativa 2011/2020.....	122

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Distribuição da população por província (Estados).....	29
Quadro 2 – Estrutura do MESCTI	36
Quadro 3 – Estrutura do sistema e subsistema de ensino em Angola	37
Quadro 4 – Escolas construídas ou melhoradas no âmbito do PIIM na província de Luanda	61
Quadro 5 – Instituições públicas de Ensino Superior em Angola	75
Quadro 6 – Síntese da evolução do Ensino Superior em Angola 1964-2012	77
Quadro 7 – Perspectivas de desenvolvimento da educação superior em Angola.....	80
Quadro 8 – Tópicos exame de Acesso na UAN 2022/2023.....	100
Quadro 9 – Quotas das BEI a nível da Graduação por Província - Ano Acadêmico 2021-2022	109
Quadro 10 – Distribuição de número de candidatos inscritos para exame de acesso ao ensino superior na Universidade Agostinho Neto (2014-2018).	113
Quadro 11 – Vagas no setor público em comparação com vagas no setor privado IES (2017 - 2018)	116

LISTA DE ABREVIATURAS

AN	Assembleia Nacional
CRA	Constituição da República de Angola
EGU	Estudos Gerais Universitários
ES	Ensino superior
GPE	<i>Global Partner for Education</i>
GEPE	Gabinete de Estudos Planeamento e Estatísticas
IDREA	Inquérito de Despesas, Receitas e Emprego em Angola
IEA	Inquérito ao Emprego em Angola
INAARESS	Instituto Nacional de Avaliação, Acreditação e Reconhecimento de Estudos do Ensino Superior
INE	Instituto Nacional de Estatística
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais
INEFOP	Instituto Nacional de Emprego e Formação Profissional
LBSEE	Lei de Bases do Sistema de Educação e Ensino
MED	Ministério da Educação
MEP	Ministério da Economia e Planeamento
MESCTI	Ministério do Ensino Superior, Ciência, Tecnologia e Inovação
MINFIN	Ministério das Finanças
MCTESTP	Ministério da Ciência e Tecnologia, Ensino Superior e Técnico Profissional
OGE	Orçamento Geral do Estado
ONGs	Organizações não Governamentais
PDN	Plano de Desenvolvimento Nacional
PNFQ	Plano Nacional de Formação de Quadros
PIIM	Programa Integrado de Intervenção dos Municípios
RGPH	Recenseamento Geral da População e Habitação de Angola
SC	Sistema Científico
SE	Sistema de Ensino
SINPROF	Sindicato Nacional dos professores

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	17
2	ANGOLA: ASPECTOS ECONÔMICOS, POLÍTICOS, SOCIAIS E EDUCACIONAIS	25
	2.1 ASPECTOS ECONÔMICOS.....	26
	2.2 ASPECTOS POLÍTICOS	27
	2.3 ASPECTOS SOCIAIS	31
	2.4 A EDUCAÇÃO EM ANGOLA E SUAS DIRETRIZES.....	33
	2.5 DADOS GERAIS SOBRE A EDUCAÇÃO EM ANGOLA.....	46
3	PROGRAMAS DE DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL, POLÍTICAS PÚBLICAS E SUA IMPLEMENTAÇÃO NO SISTEMA DE ENSINO SUPERIOR DE ANGOLA	52
	3.1 PDN - PLANO DE DESENVOLVIMENTO NACIONAL 2018-2022.....	55
	3.2 PARCERIA GLOBAL PARA EDUCAÇÃO (<i>GLOBAL PARTNERSHIP FOR EDUCATION</i>) EM ANGOLA E SEUS IMPACTOS	57
	3.3 PIIM – PROGRAMA INTEGRADO DE INTERVENÇÃO DOS MUNICÍPIOS E SEUS IMPACTOS NA EDUCAÇÃO	59
	3.4 ESCOLAS COMPARTICIPADAS.....	64
	3.5 AS POLÍTICAS PÚBLICAS E SUA IMPLEMENTAÇÃO NO SISTEMA DE ENSINO SUPERIOR DE ANGOLA.....	67
4	ENSINO SUPERIOR EM ANGOLA: HISTÓRIA, PERSPECTIVAS E DESAFIOS	70
	4.1 PERSPECTIVAS E DESAFIOS	79
5	INCENTIVO DO ENSINO SUPERIOR EM ANGOLA	83
	5.1 O ENSINO SUPERIOR COMO POLÍTICA EDUCACIONAL	83
	5.3 O ENSINO SUPERIOR ENTRE OS ANOS DE 1976-1991	87
	5.4 DEMOCRATIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR ENTRE OS ANOS DE 1992-2019.....	88

6 ACESSO À UAN: INSCRIÇÃO, SELEÇÃO E PERMANÊNCIA.....	93
6.1 A LEGISLAÇÃO DE ANGOLA SOBRE O ACESSO AO ENSINO SUPERIOR	93
6.2 REGIME DE ACESSO AO ENSINO SUPERIOR.....	95
6.3 PROCESSO DE INSCRIÇÃO E SELEÇÃO DE ESTUDANTES AO ENSINO SUPERIOR	96
6.4 PROCESSO DE INGRESSO NO ENSINO SUPERIOR (VESTIBULAR)	98
6.5 O ACESSO AO ENSINO SUPERIOR.....	101
6.6 PERMANÊNCIA NO ENSINO SUPERIOR	105
6.7 ANÁLISE DOS DADOS DE ACESSO AO ENSINO SUPERIOR NA UNIVERSIDADE AGOSTINHO NETO 2014-2018.....	113
6.8 BREVE COMPARAÇÃO: ACESSO AO ENSINO SUPERIOR EM MOÇAMBIQUE, CABO VERDE E BRASIL.....	119
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS	124
REFERÊNCIAS.....	128
ANEXOS 1 – QUADROS DE CANDIDATOS	140

1 INTRODUÇÃO

Entender e analisar as políticas educacionais remete à necessidade de compreender inicialmente o Estado e o enfrentamento das questões sociais, econômicas e políticas. Assim sendo, neste trabalho, iremos estudar as políticas públicas de educação no ensino superior público em Angola no que se refere às barreiras de acesso, mediante a análise do processo de entrada ao ensino superior em Angola, na Universidade Agostinho Neto (UAN), no período de 2014-2018. Busca-se especificar quais tipos de barreiras existem no âmbito das dificuldades gerais de acesso a este subsistema para propor alternativas que favoreçam a resolução ou redução das questões responsáveis pela frustração de inúmeros jovens que almejam qualificação superior e, não menos importante, contribuir para o desenvolvimento do país.

Nossa intenção de pesquisa justifica-se em primeira instância por entendermos que o ensino superior (ES) é um estágio indispensável da investigação científica, que permite aos indivíduos a formação e qualificação, atendendo às necessidades do processo de formação acadêmica para a sociedade angolana, visto que é característica dos jovens angolanos buscar a continuidade da educação no ensino superior após o término do ensino médio, por entendermos que o desenvolvimento social, político e econômico perpassa pela educação. Angola tem uma população majoritariamente jovem, portanto, a situação da juventude no acesso educacional é uma questão que deve ser prioritária, dada a sua proporção, e também por ser um direito do cidadão tanto na esfera nacional quanto universal. Observa-se que é cultural na sociedade angolana a busca pelo ES após a formação média.

Dessa forma, a juventude é um fator fundamental no desenvolvimento de qualquer sociedade, especialmente em Angola, sendo uma nação em vias de desenvolvimento.

Os anuários de estatísticas sociais do Instituto Nacional de Estatística (INE, 2014-2018) de Angola, publicados em 2020, apresentam quadros sociais que demonstram a necessidade de melhorias em áreas como: saúde, educação, tecnologia, transportes, construção civil, entre outros. Por outro lado, desde o ano 2000, os concursos públicos de acesso à função pública exigem a graduação como um dos requisitos, principalmente em áreas onde há maiores problemas, incluindo

educação e saúde. Devido à nova política de acesso ao funcionalismo público para diferentes profissões, os angolanos procuram, em grande número, o ensino superior em diferentes pontos do país para se tornarem especialistas qualificados. O acesso ao ES tem se tornado um desafio tanto para o Estado quanto para o Governo de Angola devido à questões como oferta e demanda nas universidades públicas.

O Plano Nacional de Formação de Quadros (PNFQ) de outubro de 2020, que serve como instrumento de implementação estratégica nacional de formação de quadros, apresenta as prioridades do Estado em todo o sistema de educação entre os anos de 2010-2020, e a necessidade de técnicos e especialistas em diversas áreas. No entanto, na educação, no que concerne ao ES e ensino médio, o PNFQ apresenta alguns objetivos e metas que o Estado vem traçando visando melhorias no setor, conforme descrito abaixo:

- I. Aumento em cerca de 1,1 milhão do número de dirigentes, gestores e quadros nacionais, elevando a taxa geral de quadros de 28,8% para 33%, sendo 250 mil de quadros superiores e 850 mil de quadros médios;
- II. Cerca de 275 mil alunos matriculados e 22 mil diplomados pelo ensino superior, com nível de conhecimento e competências científicas, técnicas e profissionais substancialmente mais elevado do que o presente;
- III. Existência de 6,9 mil professores do ensino superior, com maior qualificação científica, técnica e pedagógica, e maior nível de formação avançada para que, em 2020, 40% dos docentes tenham o grau de Mestre e 20% o grau de Doutor;
- IV. Reorientação do Ensino Superior, conforme as necessidades do país e com o PNFQ assegurando novos cursos ou instituições nos domínios inexistentes e oferta acrescida nos deficitários, controlando a oferta nos domínios excedentários e operacionalizando o sistema de avaliação e certificação do ensino superior, público e privado;
- V. Definição e implementação do Estatuto do Pessoal Docente do Ensino Superior para promover sua qualificação nas instituições;
- VI. Estabelecimento e operacionalização do Sistema de Informação para o Ensino Superior;
- VII. Definição e implementação do Sistema de Financiamento do Ensino Superior;
- VIII. Limitação da concessão de vistos de trabalho nas áreas potencialmente

excedentárias;

IX. Elaboração do Programa Nacional de Doutoramento.

Com as ações do PNQF, o governo angolano espera melhorias no quadro de docentes, gestores escolares, aumento na qualidade de ensino nas escolas públicas, desde a fase pré-escolar até o ensino médio e ES, onde a formação completa se encontra na universidade. Observa-se que, nesta etapa, se inicia o processo de investigação científica, que permite a busca de soluções técnicas e científicas a partir da ciência. Entretanto, esta ação é possível mediante o acesso ao sistema de educação que possibilita o desenvolvimento do Ensino e da pesquisa. Para Freire (1996), “[...] a pesquisa e o ensino estão interligados no processo de educação e formação do homem e da mulher.” Portanto, sem acesso, os alunos e o Estado estarão incapacitados de encontrarem soluções para diversos problemas sociais.

Em nosso entendimento, o problema de acesso ao sistema de ensino poderá contribuir tanto no retrocesso dos jovens e da sociedade em geral, massificando o fraco desenvolvimento do país em várias esferas e enfraquecendo os efeitos que se esperam com o PNQF e outros programas de desenvolvimento no setor. Assim, entender as barreiras de acesso, as causas e consequências ajudará na compreensão e, conseqüentemente, nas propostas de soluções que o problema público apresenta, visto que a academia é uma instituição essencial na busca de alternativas diante dos problemas da sociedade. Dessa forma, abordamos essa temática visando analisar o cenário atual do sistema de educação em Angola e os desafios na preparação dos indivíduos para o mercado de trabalho, investigação, ensino, pesquisa, extensão e onde suas habilidades são desenvolvidas, com foco no ensino superior, permitindo a inclusão de todos.

Considerando que Delors *et al.* (1998) afirmam que a política educativa deve ser suficientemente concebida de modo a não se tornar um fator suplementar de exclusão social, a preparação para uma participação ativa na vida do cidadão tornou-se para a educação uma missão de caráter geral, visto que os princípios democráticos se expandiram pelo mundo, permitindo ao homem e à mulher o pleno exercício da democracia por intermédio da educação (DELORS *et al.*, 1998). Os autores relatam ainda que uma educação que não se limite ao espaço e tempo da educação formal precisa envolver diretamente as famílias e outros membros da comunidade. Conseqüentemente, esta contribuição social da educação irá refletir na sociedade em todas as áreas do saber e do bem-estar.

Os percursos metodológicos de caráter exploratório foram utilizados no desenvolvimento desta dissertação. Inicialmente, foi realizado estudo de caso qualitativo e, posteriormente, uma análise documental e bibliográfica para termos sustentabilidade metodológica em sua execução com base em autores citados. Para direcionar as ações do Estado, questiona-se: O que o Estado deve fazer? Por que ele deve fazer? Como deve fazer?

A partir desta perspectiva metodológica e da análise da política de acesso, acredita-se que este é o caminho metodológico que auxiliará não só no seu percurso de pesquisa, mas também na finalidade de soluções frente à problemática de educação em Angola, com foco na Universidade Agostinho Neto, em Luanda.

O caminho metodológico seguido neste projeto é uma abordagem qualitativa. Segundo Minayo (2001), a pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado, de modo a entendermos de forma completa o estudo de caso sobre as políticas públicas de educação em Angola, acerca do sistema de ensino superior em Angola: observações sobre a acessibilidade na Universidade Agostinho Neto entre 2014 e 2018. Concomitantemente, a metodologia qualitativa se adequa a um protótipo que se ajusta à temática de educação na esfera pública, visto que o Estado é um dos principais atores na formulação e implementação de toda política pública de educação em Angola. Conforme Minayo (2001) citado por Gerhardt e Silveira (2009), a pesquisa qualitativa trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, correspondendo a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis. Diante deste pressuposto, a pesquisa apresentou os seguintes passos: (I) Identificação do problema de pesquisa; (II) Levantamento dos dados; (III) Análise do conteúdo; e (iv) Soluções/conclusões generalizadas do problema.

No primeiro momento, adotou-se a pesquisa exploratória para definir e delimitar o problema de pesquisa. Segundo Gil (2019), as pesquisas exploratórias têm como propósito proporcionar maior familiaridade com o problema, para torná-lo mais explícito ou construir hipóteses. Posterior a isso, iniciou-se o levantamento dos dados a partir da pesquisa bibliográfica/documental com o propósito de investigar, observar, analisar e refletir sobre o assunto “políticas públicas de educação”, com base em artigos, livros, dissertações e teses, podendo ser analisados e fazer parte de novas

abordagens sobre o mesmo tema ou assunto, atentando-se ao enfoque dos autores passados e posteriores. Para Marconi e Lakatos (2001, p. 183), a pesquisa bibliográfica:

Abrange toda bibliografia já tornada pública em relação ao tema estudado, desde publicações avulsas, boletins, jornais, revistas, livros, pesquisas, monografias, teses, materiais cartográficos, etc. [...] e sua finalidade é colocar o pesquisador em contato direto com tudo o que foi escrito, dito ou filmado sobre determinado assunto.

Dentro do levantamento dos dados, buscou-se por documentos como leis, decretos, relatórios, normativas, dentre outros, as orientações de todo o sistema nacional de educação, bem como a Lei de Bases do Sistema de Ensino e suas normativas que orientam o sistema e subsistema de educação. Entende-se que a pesquisa documental é importante, pois, segundo Gil (2002, p. 62-63), apresenta proveitos por ser “[...] fonte rica e estável dos dados [...]”. De fato, a confiabilidade dos documentos e dados é um dos critérios selecionados no ato do levantamento dos dados da pesquisa em questão. Em seguida, deu-se início à análise de conteúdo.

A análise de conteúdo é entendida por Bardin (1977) como um conjunto de técnicas de análise das comunicações, adaptável a um campo de aplicação muito vasto, que permite de forma clara a interpretação dos dados dentro da pesquisa qualitativa. Sendo assim, para acentuar e entender as problemáticas da pesquisa em questão, faremos a análise de conteúdo a partir de documentos como Anuários Estatísticos da Educação em Angola, relatórios do Ministério do Ensino Superior Ciência e Tecnologia, lista de admitidos e não admitidos, entre outros. De acordo com Bardin (1977), existem três etapas principais para a execução da análise de conteúdo, sendo elas:

Organização – “[...] corresponde a um período de intuições, mas tem por objetivo tornar operacionais e sistematizar as ideias iniciais, de maneira a conduzir a um esquema preciso de desenvolvimento das operações num plano de análise.” Assim, essa etapa nos permite delimitar o que será analisado especificamente dentro da nossa abordagem.

No tocante a esta dissertação, nossa organização teve como ponto de partida a identificação do problema da educação ao nível nacional de Angola, a separação dos dados mediante relatórios públicos e privados sobre a educação, a análise das hipóteses que contribuem para a diminuição do déficit na educação e a elaboração de

políticas que visam contribuir na erradicação da problemática atual de educação no ensino superior em Luanda.

Codificação – “[...] corresponde ao seguimento do conteúdo a ser analisado, e tendo o mesmo como base, visando a categorização e a contagem frequencial [...]”. Outrossim, procura entender e analisar os fatos relevantes que originaram a partir das hipóteses:

- Num contexto em que as fragilidades de políticas públicas refletem na educação dos Jovens ao Ensino Superior em Angola, torna-se viável a implementação de novas políticas públicas de educação que contornam a situação atual e resultem na solução do problema público;
- As perspectivas de desenvolvimento que Angola almeja perpassam pela educação no ensino superior, sendo o pilar fundamental na esfera nacional e internacional;
- A política orçamentária deve ser elaborada com perspectiva no aumento e prioridade no setor da educação no ensino superior em Angola.

Categorização – “[...] é uma operação de classificação de elementos constitutivos de um conjunto e critérios previamente definidos.” Os critérios de inclusão têm como base os documentos relacionados à educação, desde o ensino primário até o ensino superior. Por outro lado, os critérios de exclusão são os documentos que não abordam sobre o tema em questão.

Observada a necessidade de um problema público de tamanha relevância, é importante buscar soluções a partir de metodologias que contribuam para a construção de projetos. O elo entre o resultado da pesquisa e a problemática é caracterizado pela metodologia que delimita todo o percurso do pesquisador e da pesquisa. Desta feita, acredita-se que o método qualitativo possui arcabouços suficientes na busca de alternativas técnicas e científicas no sentido de propor soluções frente aos problemas de educação no ensino superior público em Angola.

As políticas públicas adotadas pelos governos refletem na vida da população. Como resposta aos problemas que Angola enfrenta na educação, torna-se fundamental adotar novas políticas públicas com a finalidade de atender aos candidatos que buscam o ES, em especial nas escolas públicas. Dados do Anuário do Ensino Superior de 2019 apontam aumento de candidatos inscritos no ES, totalizando um crescimento de 8,5% em relação ao ano de 2018.

Destes, foram admitidos 106.749 candidatos, que representam 22,4% a mais

em comparação ao ano de 2018. Dentre estes, 92.824 (87%) matricularam-se pela primeira vez no ensino superior, representando um crescimento de 18,1% em relação ao ano de 2017. Sendo assim, o ano acadêmico de 2019 caracterizou-se por um crescimento considerável em todas as variáveis a incidir sobre o processo acadêmico das Instituições de Ensino Superior (IES), considerando que, neste ano, as IES angolanas disponibilizaram 154.023 vagas de acesso ao superior, sendo 27.835 (18,1%) nas IES públicas e 126.186 (81,9%) nas IES privadas, constituindo um aumento de 14,6%.

Apesar da melhoria de acesso mediante a disponibilização de mais vagas, observa-se um quadro incapaz de suprir as demandas apresentadas pelos candidatos, uma vez que o número de vagas disponibilizadas não satisfaz pelo menos 40% dos candidatos inscritos (SILVA, 2004). Em outras palavras, nas IES angolanas, a cada 10 inscritos, menos de 5 são admitidos para a matrícula pela primeira vez no primeiro ano universitário. Considerando essa dificuldade de acesso ao ensino superior no país, levanta-se a seguinte questão: Quais barreiras são enfrentadas por angolanos no acesso ao ensino superior público na Universidade Agostinho Neto, observando suas implicações e as políticas públicas que podem ser adotadas para ultrapassar essa dificuldade?

Sendo assim, este trabalho tem como objetivo geral: estudar a política de acesso ao ensino superior público em Angola através da análise das dificuldades enfrentadas por jovens angolanos no acesso à Universidade Agostinho Neto dentro do subsistema do Ensino Superior e suas implicações sociais e econômicas. Os objetivos específicos são:

- I. Estudar a organização e funcionamento do sistema de educação e do subsistema de ensino superior em Angola, seu histórico e desenvolvimento;
- II. Caracterizar as políticas educacionais no quadro de políticas públicas do Estado angolano, seu financiamento e produtividade;
- III. Identificar as principais causas que geram dificuldades de acesso ao sistema público de ensino angolano;
- IV. Analisar as taxas de ingresso no ensino superior público angolano nos últimos anos e as políticas públicas educacionais, bem como os mecanismos de acesso ao subsistema de ensino superior na Universidade Agostinho Neto.

Dessa forma, discutiremos esta pesquisa dentro das seguintes temáticas:

- I. Angola: aspectos econômicos, políticos, sociais e educacionais;
- II. Programas de desenvolvimento de educação em Angola;
- III. Ensino superior em Angola: história, perspectivas e desafios;
- IV. As políticas públicas e sua aplicação no subsistema do ensino superior;
- V. Ensino superior em Angola: história, perspectivas e desafios;
- VI. Incentivo do ensino superior em Angola;
- VII. Acesso à UAN: inscrição, seleção e permanência.

Na parte introdutória da nossa pesquisa, apresentamos os principais tópicos que foram discutidos dentro das políticas educacionais concernente ao acesso no ES, bem como os fundamentos que justificam a pertinência da temática “educação”. Em seguida, discutimos as questões econômicas, políticas e sociais que são centrais para a educação em todos os níveis. No segundo capítulo, descrevemos sobre os programas de Desenvolvimento Educacional que ajudam a incentivar os alunos do ensino médio que tendem a seguir o caminho acadêmico do ES. Em seguida, analisamos as políticas públicas de educação e como suas ações se refletem na agenda e no curso do sistema escolar angolano, especificamente na Universidade Agostinho Neto.

Outrossim, examinamos a história da educação universitária, bem como tendências, desafios e desenvolvimentos. Posteriormente, abordamos as questões gerais da política e sua aplicação no ES para, finalmente, discutir o acesso à UAN, as políticas de alocação de candidatos e os fatores que possibilitam a duração dos estudos e qualificações, o que nos permitiu entender sobre os fatores que colaboram com a dificuldade de acesso ao ES público na UAN.

2 ANGOLA: ASPECTOS ECONÔMICOS, POLÍTICOS, SOCIAIS E EDUCACIONAIS

A República de Angola situa-se na costa ocidental da África. O país faz fronteira com a República Democrática do Congo a norte e noroeste, com a Zâmbia a leste, enfrenta a Namíbia a sul e o Oceano Atlântico a oeste. Angola possui uma área de 1.246.700 km² e sua população é estimada em 32.945.828 habitantes, sendo que 43% vive em áreas rurais e 57% em áreas urbanas (INE, 2021).

Figura 1 – Mapa político atual de Angola



Fonte: Mapas do Mundo (2014).

Marcado pela colonização portuguesa, Angola tornou-se independente em 11 de novembro de 1975. Contudo, logo após a proclamação da independência, o país mergulhou em uma intensa guerra civil, que terminou em 2002, com a assinatura do acordo de paz entre as principais forças políticas, que estiveram envolvidas no conflito, a Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA), a União Nacional de Libertação de Angola (UNITA) e o Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA). Ao todo, mais de 500 mil pessoas morreram e mais de um milhão foram

obrigadas a se deslocarem para o interior do território do país no período de conflito, por serem zonas que ofereciam maior segurança (MIGON; RODRIGUES, 2019).

A guerra marcou profundamente a sociedade angolana, devastando a infraestrutura do país, o que retardou o setor da educação, saúde, energia e afetou a economia. Depois da proclamação da independência, apesar de estarem unidos na luta contra o regime português, as três forças políticas apresentavam ideias diferentes sobre o modelo ideal para governar o país. Nesse contexto, se instalou uma rivalidade política que colocou os movimentos em lados opostos. Em março de 1976, vários confrontos foram registrados entre a FNLA, a UNITA e o MPLA. Era a previsão da confrontação armada que começava a desenhar-se e apresentar-se como inevitável. A esse respeito, é preciso considerar que:

Na tentativa de minimizar a situação, o Quênia organizou a cimeira de Nakuru, procurando assinar um acordo entre os principais líderes dos movimentos. O acordo de Nakuru foi assinado a fim de possibilitar uma transferência pacífica de poderes, agendada para novembro, mas os efeitos desta iniciativa foram escassos, a realidade pesava ao governo português, dado que o governo de transição de Angola, praticamente já não existia ou não se fazia sentir na prática. (MACQUEEN, 1997, p. 225).

A reunião de cúpula de Nakuru em 1975 possibilitou a negociação pacífica entre as principais forças políticas de Angola, entre eles o Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), a Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA) e a União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA), com o objetivo de estabelecer a transição segura acordando o término da guerra civil que somava no retrocesso do país em diversos setores.

Após o período de conflitos internos, o país focou no desenvolvimento social e econômico, considerando a diversidade de recursos naturais que o país possui a partir das bases econômicas que sustentam a economia nacional.

2.1 ASPECTOS ECONÔMICOS

Na esfera econômica, Angola tem suas bases na agricultura, com o café como seu principal cultivo, além da cana-de-açúcar, milho, óleo de coco, amendoim, arroz, batata-doce, banana e laranja. Na pecuária, o país produz carne bovina, carne suína, leite de vaca, entre outros. No setor industrial, apresenta-se como um dos maiores produtores de petróleo, vidro, aço, madeira, açúcar e cimento. Segundo o Banco

Mundial (2019), Angola ocupa a 96ª posição mundialmente, e, segundo a consultora *Trading Economics* (2022), o país encontra-se na segunda posição na lista dos maiores produtores de petróleo do continente africano. Dentre as commodities apresentadas, segundo o Ministério das Finanças (MINFIN, 2019), o petróleo representa 80% da receita do governo e 20% é representado por outras commodities.

Numa lógica de economia, Angola tem o petróleo como maior fonte de receita, tornando o país totalmente dependente. Para mudar este quadro de dependência, o governo aposta em outros setores da economia, a exemplo da agricultura, turismo e exportação de produtos agrícolas como fontes alternativas de receita. Atrelado a questões econômicas que sustentam o país, a taxa de emprego é outro indicador que afeta o desenvolvimento econômico angolano. Em uma política de emprego e renda, o Estado demonstra índices de empregabilidade crescente em relação ao tamanho da população, tanto na zona urbana quanto na zona rural.

O Inquérito ao Emprego em Angola (IEA), elaborado pelo Instituto Nacional de Estatística (INE, 2021), relata que, no terceiro trimestre de 2021, a população empregada com 15 anos ou mais foi estimada em 10.648.511 pessoas, sendo 5.321.574 homens e 5.326.938 mulheres. A taxa de emprego foi estimada em 60,5%, sendo significativamente superior na área rural em comparação à urbana (74,9% e 50,7%, respectivamente), resultando numa diferença de 24,2 pontos percentuais. Já a taxa de emprego dos homens (63,0%) é superior à das mulheres (58,1%), enquanto a taxa de emprego dos jovens com 15-24 anos foi de 35,8%, havendo uma ligeira diferença entre homens e mulheres (36,6% e 35,1% respectivamente). Mais da metade da população empregada (54,2%) encontra-se no setor da agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca (5.767.416 pessoas), seguido do comércio por grosso e a retalho com 20,0% (2.124.966 pessoas).

2.2 ASPECTOS POLÍTICOS

Angola tem um sistema presidencialista, sendo que o Presidente da República é também o chefe de governo e consegue nomear os membros do Supremo Tribunal e propor projetos junto à Câmara dos Deputados. Conforme o Artigo 108 da Constituição da República de Angola (CRA, 2010):

1. O Presidente da República é o Chefe de Estado, o titular do Poder Executivo e o Comandante-em-Chefe das Forças Armadas Angolanas.

2. O Presidente da República exerce o poder executivo, auxiliado por um Vice-presidente, Ministros de Estado e Ministros.
3. Os Ministros de Estado e os Ministros são auxiliados por Secretários de Estado e ou Vice-Ministros, se os houver.
4. O Presidente da República promove e assegura a unidade nacional, a independência e a integridade territorial do País e representa a Nação no plano interno e internacional.
5. O Presidente da República respeita e defende a Constituição, assegura o cumprimento das leis e dos acordos e tratados internacionais, promove e garante o regular funcionamento dos órgãos do Estado.

Em consonância com o artigo citado, podemos descrever o Artigo 4º, que sustenta o exercício do poder político mediante o processo eleitoral, livre e democrático, visto que este poder permite que as ações governamentais sejam implementadas com respaldo na lei, desde que aprovado na Assembleia Nacional e garantido pela lei. Este sistema demonstra uma falta de equilíbrio entre os poderes executivo, legislativo e judiciário, visto que se nota a preeminência do Presidente da República, na qual também é o presidente do partido no poder nas ações políticas de Angola pautadas na CRA. Com a ajuda do Primeiro-Ministro e do Conselho de Ministros, há uma grande concentração de poder nas mãos do Presidente.

Composto por 18 províncias (Estados), os governadores e vice-governadores são nomeados pelo Presidente da República e estes nomeiam os administradores municipais e seus adjuntos (prefeitos e vice-prefeitos), bem como os ministros, ou seja, até 2022, não existia autarquias nos municípios e nos Estados. Tal fato torna o país dependente politicamente do Presidente e do partido no poder, e o acúmulo de poder político dificulta a implementação de políticas públicas dentro dos Estados e nos municípios (entende-se a dependência das administrações municipais por parte do Governo Federal), e para a oposição que representa a minoria de assentos na Assembleia Nacional. É importante realçar que, desde a independência, o país é governado pelo MPLA, partido com o maior assento no Parlamento. O sistema eleitoral para Presidente é feito a cada 5 anos¹, conforme descrito no Artigo 113º da

¹ Em Angola, existem somente eleições presidenciais que elegem o Presidente da República e o Vice, bem como os Deputados da Assembleia Nacional. Na entrevista publicada pelo Euronews (2022), os juristas Sebastião Salakiaco e Miguel Vita Paulo afirmam que: “O Presidente da República é eleito nos moldes de um sistema parlamentar, mas tem poderes de um sistema presidencialista.” Numa única lista elegem deputados e, automaticamente, o cabeça-de-lista do partido vencedor torna-se Presidente da República. Além de eleger o Presidente, os eleitores também podem escolher seus representantes na Assembleia Nacional, eleita pelas províncias (Estados). Os 18 círculos provinciais elegem cinco deputados cada. Nosso legislador estabelece dois métodos: o sistema de representação proporcional e o método de Hondt. No sistema de representação proporcional, procede-se à repartição ou distribuição de mandatos pelo círculo nacional. Para os círculos provinciais, recorre-se ao método de Hondt, procedimento que determina a distribuição de membros e outros representantes eleitos na composição de um painel eleitoral.

CRA, que elege o Presidente e os deputados à Assembleia Nacional, com eleições em todos os estados, município e distritos, onde todos exercem seu direito de voto (a partir dos 18 anos), assim como está pautado pela Constituição:

Artigo 54.º 1. Todo o cidadão, maior de dezoito anos, tem o direito de votar e ser eleito para qualquer cargo eletivo do Estado e do poder local e de desempenhar os seus cargos ou mandatos, nos termos da Constituição e da lei.

Em suma, o cenário social e político de Angola é baseado na CRA, a carta magna do país, designando as normativas que orientam e defendem seus interesses nacionais. Sendo assim, convém debruçarmos sobre as questões sociais do país no que diz respeito à população entre os estados, bem como suas capitais, municípios e número de habitantes por estado, para compreendermos diversos fenômenos sociais enfrentados internamente, como na educação, nosso objeto de estudo. Reiteramos que o país é composto por 18 províncias (Estados), distribuídos entre diversas regiões que formam a nação angolana, conforme evidencia o Quadro 1.

Quadro 1 – Distribuição da população por província (Estados)

Província (estado)	Capital	Municípios Cidades	Número de habitantes
Huíla	Lubango	14	3.185.244
Lunda - Norte	Dundo	10	1.090.897
Lunda – Sul	Saurimo	4	690.073
Benguela	Benguela	10	2.749.300
Cabinda	Cabinda	4	894.276
Luanda	Luanda	9	9.079.811
Malanje	Malanje	14	1.247.509
Bengo	Caxito	6	497.271
Bié	Kuito	9	1.883.101
Cuando Cubango	Menongue	10	964.426
Cuanza Norte	N´dalatando	11	554.749
Cuanza Sul	Sumbe	14	2.230.936
Cunene	Ondjiva	6	1.271.638
Huambo	Huambo	11	2.645.080
Moxico	Luena	10	677.430
Namibe	Namibe	5	650.500
Uíge	Uíge	18	1.867.157
Zaire	M´banga kongo	6	766.430
Total		181	32.945.828

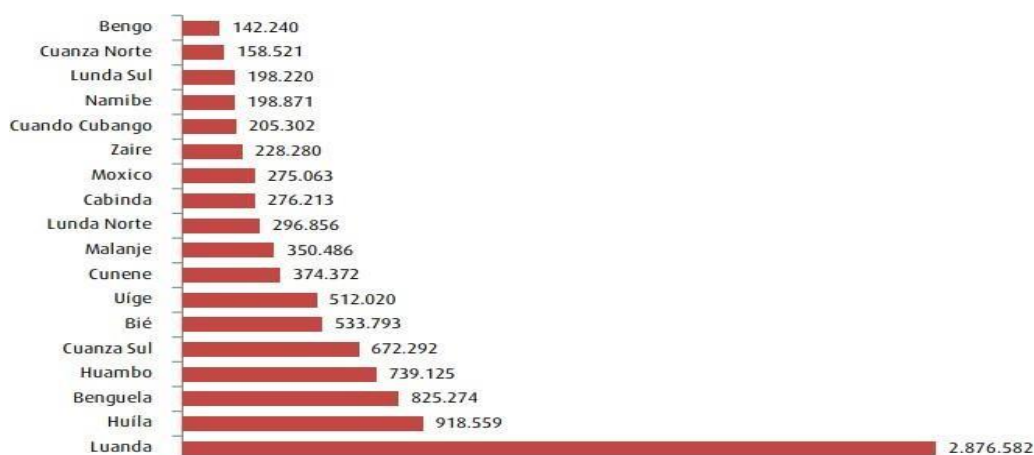
Fonte: INE (2022).

Observando a população por faixa-etária, nota-se que a maioria é composta por jovens de diversos estratos, fato que sugere maior e melhor atenção na formação e criação de políticas para esta camada, garantindo o enquadramento dos mesmos

em diversos setores da sociedade. Neste sentido, Luanda, Huíla, Benguela, Cuanza Sul, Lunda Norte e Bié se apresentam entre os Estados com maior número de habitantes, bem como maior número de municípios. Em contrapartida, Bengo se apresenta como o menor Estado em termos de número de habitantes, e Cabinda como o menor Estado na quantidade de municípios.

Os dados do INE no relatório do Inquérito de Despesas, Receitas e Emprego em Angola (IDREA) de 2019 informam, de modo abrangente, a distribuição da população por Estado (Gráfico 1).

Gráfico 1 – População juvenil por província (Estado)



Fonte: INE, IDREA (2019).

Na distribuição da população por província, Luanda apresenta o maior número de habitantes e, somando todos os estados, esta camada representa 59,4% da população (INE, IDREA, 2019). Destaca-se que Luanda é a capital de Angola desde a sua fundação, sendo também considerada a capital política e econômica do país, como sede da nação que alberga as instituições de grande representação a nível nacional e internacional, o Palácio Presidencial, a Assembleia Nacional, Ministérios, distintas entidades públicas e privadas (Sonangol, Angola Telecom, Unitel, Odebrecht, Endiama, Linhas Aéreas de Angola, Banco Nacional de Angola, entre outros), fato que tem gerado enormes críticas e debates acerca da centralização das entidades com maior representação e poder econômico na capital a partir do modelo centralizado do governo.

A principal crítica do modelo de governação de Angola é a centralização de poder pelo Presidente e pelo Partido com maior assento na AN, que tem se mostrado

ineficiente nas ações implementadas dentro do plano de governo. Observa-se internamente que há uma ideologia de que os Estados deveriam ser independentes em todas as esferas, permitindo a cada província aplicar suas políticas com base nas suas necessidades prioritárias. Porém, a CRA contribui para a falta de descentralização do poder.

2.3 ASPECTOS SOCIAIS

Nesta seção, atentamos nosso foco nas principais demandas sociais que se apresentam como os maiores obstáculos de desenvolvimento em Angola, a citar a educação e saúde, habitação e emprego, apesar das outras dificuldades no domínio social. Refletiremos acerca dos direitos sociais elencados na Constituição da República, no PND e na Agenda da União África (2063), que impõem as garantias sociais em distintos ramos a partir das políticas públicas como ferramenta de solução e/ou redução de déficits sociais tanto na educação quanto na saúde.

As questões sociais em Angola enfrentam diversos desafios a melhorar diante das perspectivas de atender as demandas nas áreas de educação, saúde, emprego e saneamento, entre outros. Conforme a FIA Business School (2022, p. 2),

[...] um problema social é definido por qualquer condição ou comportamento que traga consequências negativas para um grande número de pessoas, dificultando que atinjam o pleno potencial, são parte do sistema econômico, cultural, político e social, envolvendo tanto pessoas quanto organizações, empresas e suas funções.

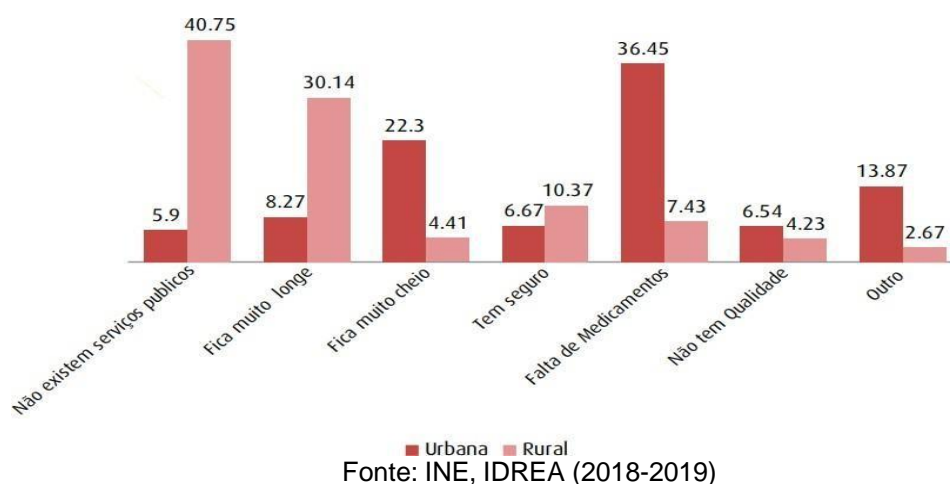
No contexto angolano, estas questões estão garantidas na Constituição da República, mesmo carecendo de cuidados minuciosos.

Neste íterim, a CRA estabelece os direitos sociais de todos os angolanos, assim como ao trabalho (Artigo 76º), no qual o Estado tem o dever de promover políticas públicas que assegurem e facilitem a inserção de angolanos no mercado de trabalho, tanto na esfera pública quanto no setor privado. Por outro lado, a saúde e proteção social descritos no Artigo 77º se apresentam como direitos essenciais e indispensáveis, com a orientação de ofertar com qualidade e equidade em todo o território hospitais com capacidade de atender as demandas, em especial as doenças sanitárias. Na esfera educacional e cultural, o Direito ao ensino, Cultura e Esportes descritos no Artigo 79º impõem a obrigatoriedade de ensino até o nível médio, bem

como a promoção dos esportes nas escolas e comunidades, habitação e qualidade de vida (Artigo 85º), referindo que todos os cidadãos têm o direito à qualidade de vida, que se entende como as condições essenciais do homem e da mulher com menores privações. Estes artigos formam as engrenagens que delimitam e se apresentam como os pilares dos assuntos sociais em Angola diante dos problemas sociais que aumentam nas dificuldades de convivência dos cidadãos.

Sendo assim, observa-se um contraste entre as obrigações sociais referidas na Constituição quando se analisa os dados sociais nestas esferas na educação. Segundo o INE (2019), 19,9% da população nunca frequentou a escola, sendo este um dos principais desafios a serem melhorados nesta esfera. Para os autores Cicuto e Torres (2020), a ausência escolar contribui na perda de oportunidades do aluno de colaborar com seus pares e de desenvolver habilidades cognitivas e sociais que são objetivos centrados no aluno na escola. Em relação à saúde pública, o país apresenta enormes déficits, desde médicos, falta de medicamentos, hospitais, centros médicos, enfermeiros, técnicos na área de gestão hospitalar e demais recursos humanos que sustentam o sistema de saúde (Gráfico 2).

Gráfico 2 – Percentagem da população por residência segundo a razão da não preferência pelos serviços de saúde pública



A ineficiência na oferta dos serviços de saúde evidencia e põe em questionamento a capacidade estatal neste setor, visto que os problemas sociais, em alguns casos, estão conectados e provocam constrangimento em outras áreas da sociedade angolana, como na educação (em todos os níveis). Por isso, torna-se necessário criar políticas públicas na saúde, uma vez que a improficiência de políticas neste ponto contribui de forma negativa no desenvolvimento social de Angola. Para

tanto, é relevante a assistência médica em todas as regiões, criação de fundo de saúde público, aumento de recursos humanos e a implementação de tecnologias hospitalares a fim de contribuir no cenário da educação e demais setores. Os dados referentes à saúde pública justificam a criação de novas políticas no setor. Na zona rural, por exemplo, 40,75% dos habitantes não possuem serviços desta natureza, além da distância entre a residência desses habitantes entre as zonas urbana e rural. A qualidade da oferta da saúde é outro fator alarmante. O Gráfico 2 evidencia que a qualidade da oferta na saúde apresenta taxas baixas, entre 6,54% para a zona urbana e 4,23% para a área rural. Portanto, solucionar as questões de saúde pública torna-se urgente se considerarmos os dados do INE de 2019.

O PND (2018-2022) aponta que o principal destinatário das políticas públicas em Angola é a população, e orienta priorizar a resolução de problemas como saúde, educação e habitação com base nos dados do Censo. O PND permitiu conhecer, com maior precisão, a estrutura populacional do país, designadamente a sua distribuição espacial e composição populacional para prevenir distorções na implementação de políticas públicas. A resolução dos problemas sociais é caracterizada no PND como metas a serem alcançadas nas estratégias a longo prazo (2025), que estabelecem o carecimento de uma política visando indicar de forma sustentada a vida da população seguindo as alterações demográficas do Censo. Para tanto, a Agenda da União Africana (2063) nas questões sociais faz referência diante dos objetivos traçados em priorizar o bem-estar (objetivo 1), educação, saúde (objetivo 2), habitação, emprego (objetivo 5), empoderamento das mulheres, a violência e a discriminação contra as mulheres (objetivo 17).

Parece-nos importante realçar que, em se tratando das questões sociais no contexto angolano, os problemas neste setor estão além da educação e saúde, bem-estar e habitação, como abordamos anteriormente, mas se caracterizam como assuntos primordiais na agenda do governo de Angola no íterim de um cenário com distintos desafios a aperfeiçoar.

2.4 A EDUCAÇÃO EM ANGOLA E SUAS DIRETRIZES

Esta seção apresenta a situação atual do sistema de educação a partir dos dados estatísticos e discorre sobre os programas de desenvolvimento nacional que contribuem no desenvolvimento da educação em Angola (PIIM, PND, PGE), com o

propósito de compreender o cenário atual da educação e as diretrizes que o sustentam (Lei de Bases do Sistema de Ensino) e as entidades responsáveis pela educação no país.

Apresentaremos também dados relacionados à educação, desde o ensino primário até o ensino superior. No entanto, a pesquisa tem como foco esmiuçar as políticas públicas de educação em Angola e analisar as barreiras de acesso ao subsistema de Ensino Superior público na UAN. Portanto, é importante detalharmos sobre o cenário atual da educação de modo geral. Sendo assim, para a construção de soluções na esfera da educação, é preciso olhar para as políticas públicas atuais de acesso ao sistema de ensino público. Preliminarmente, gostaríamos de destacar o conceito de educação para clarear nosso entendimento sobre a temática.

De acordo com Paulo Freire (2003), a educação é sempre uma certa teoria do conhecimento posta em prática. Inicialmente, o autor deduz que é necessário relacionar a prática com a teoria do conhecimento e vice-versa. Logo, concatenar a prática com a teoria evidencia a noção e domínio que o indivíduo possui acerca de determinado assunto e/ou área. Na ciência, tudo ou quase tudo precisa ser estudado, analisado, pesquisado e, posteriormente, aplicado ao que se precisa. Este processo entre a pesquisa e a ação conceitua-se como educação. Desta feita, Freire (2003) enfatiza que a educação deve se tornar um fator determinante na construção de teorias para a materialização da prática. Um exemplo deste campo é a escola e demais lugares onde se pode adquirir conhecimento teórico e prático, fortalecendo o indivíduo no processo de conhecimento para diversas finalidades.

Desta forma, a “[...] educação, em sentido amplo, representa tudo aquilo que pode ser feito para desenvolver o ser humano e, no sentido estrito, representa a instrução e o desenvolvimento de competências e habilidades.” (VIANNA, 2008 apud REGO, 2018, p. 2). Por isso, entende-se que existem diversas formas e perspectivas consoante o campo de atuação ou propósito no processo de educação, porém ambos os sentidos têm como tensões o desenvolvimento e aprendizado do ser humano (REGO, 2018). O sentido amplo abrange a educação ao longo da vida do ser humano, enquanto o sentido estrito corresponde às ações educativas que ocorrem na sala de aulas entre o professor e os alunos.

Em Angola, o conceito de educação está definido no Artigo 2º da Lei de Bases da Educação (Lei nº 17/16, de outubro de 2016), sendo entendida como:

Um processo planejado e sistematizado de ensino e aprendizagem que visa preparar de forma integral o indivíduo para as exigências da vida individual e coletiva, com vistas à construção de uma sociedade livre, democrática, de direito, de paz e progresso social.

No sentido de entendermos mais a fundo o conceito de teoria, podemos analisar, segundo o Dicionário Aurélio (2019), que: “É a parte especulativa de uma ciência, por oposição à prática.” Com base nestas perspectivas de que tudo precisa ser pesquisado, pretende-se descrever as entidades responsáveis pela formulação das políticas de educação em Angola, de modo a compreender as instituições que cuidam da educação no país de modo geral, bem como do subsistema de Ensino Superior.

A gestão política e processual da educação e ensino em Angola é exercida por duas entidades governamentais distintas. Trata-se do Ministério da Educação (MED) e do Ministério do Ensino Superior, Ciência, Tecnologia e Inovação (MESCTI) e seus respectivos institutos públicos, direções nacionais, departamentos e gabinetes provinciais.

O Ministério da Educação (MED) é a entidade governamental cuja missão é definir, coordenar, executar e avaliar a política nacional relativa ao sistema educativo, no âmbito da educação pré-escolar, do ensino básico e secundário e da educação extraescolar, bem como articular, no âmbito das políticas nacionais de promoção da qualificação da população, a política nacional de educação e a política nacional de formação profissional (MED, 2022).

O Ministério do Ensino Superior, Ciência, Tecnologia e Inovação (MESCTI) é a instituição ministerial auxiliar do Presidente da República, enquanto titular do poder executivo, incumbida das funções de governação e administração, cuja missão é conceber, formular, executar, monitorar, fiscalizar e avaliar as políticas públicas e programas setoriais do governo nos domínios do Ensino Superior, Ciência, Tecnologia e Inovação à luz do Decreto Presidencial nº 26/18, de 1 de fevereiro de 2018 (Diário da República I Série, nº 15, que aprova o seu Estatuto Orgânico) (ANGOLA, 2018).

Considerando que o foco do nosso estudo está no subsistema de ensino superior, julgamos pertinente fazer uma descrição dos órgãos estruturais do MESCTI, bem como sua composição, responsabilidades entre os centros e institutos que compõem a instituição que dirige e formula as políticas públicas do ES, observando suas obrigações, responsabilidades e órgãos auxiliares, descritos no Quadro 2.

Quadro 2 – Estrutura do MESCTI

Entidades	Objetivos / Atribuições
Ministra	Responsável por toda a gestão e política dos ministérios na sua esfera de responsabilidade como Adjunto do Presidente da República.
Secretário de Estado para o Ensino Superior	A Agência Nacional de Ensino Superior é a entidade que supervisiona as universidades e define a política nacional de ensino superior.
	Gabinete de Estudos, Planeamento e Estatística. O Ministro Adjunto é responsável pelo INAGBE, INAAREES, pelo reconhecimento e acreditação dos alunos que se licenciam a nível nacional e internacional.
Secretário de Estado para a Ciência e Tecnologia	Responsável pelo CNIC e Centro CTN.
Centro Nacional de Investigação Científica (CNIC)	É uma pessoa coletiva de direito público com personalidade jurídica, autonomia administrativa, económica e patrimonial e faz parte do sistema nacional de ciência, tecnologia e inovação e está empenhada na promoção e implementação de investigação multidisciplinar e outras atividades científicas e técnicas. Em serviços, expertise, padronização, controle de qualidade e certificação do ES.
Centro Tecnológico Nacional (CTN)	Instituição pública responsável pela pesquisa científica aplicada e desenvolvimento experimental na área de tecnologia.
Instituto Nacional de Gestão de Bolsas de Estudo (INAGBE)	Tem como missão implementar a política nacional de apoio aos estudantes do ensino superior através da atribuição de bolsas internas e externas.
Instituto Nacional de Avaliação, Acreditação e Reconhecimento de Estudos do Ensino Superior (INAAREES)	Tem como missão promover a avaliação e acreditação das instituições de ensino superior e dos seus cursos e/ou programas, bem como a aceitação de diplomas de ensino superior e certificados de ensino superior obtidos no país, o reconhecimento e atribuição de equivalência em graus e títulos académicos de estudos superiores obtidos no estrangeiro.

Fonte: Estatuto Orgânico do MESCTI (ANGOLA, 2018).

Em continuidade à nossa temática sobre estruturas do sistema educativo, observamos ser relevante detalhar sobre a organização do sistema de educação. Essa observação ajudará a compreender esse sistema a partir dos níveis e estruturas que está organizada, conforme exposto no Quadro 3.

Quadro 3 – Estrutura do sistema e subsistema de ensino em Angola

Subsistema/ nível de ensino	Ciclo de aprendizagem	Classes/ ano escolar	Idade de ingresso	Princípio	
EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR	Creche		1 Ano	GRATUITO E OBRIGATÓRIO	
	Jardim-de-infância		4 Anos		
ENSINO PRIMÁRIO	I Ciclo	1ª e 2ª Classe	6 Anos		
	II Ciclo	3ª e 4ª Classe	8 Anos		
	III Ciclo	5ª e 6ª Classe	10 Anos		
ENSINO SECUNDÁRIO	I Ciclo Formação Geral Ensino de Jovens e adultos Formação Profissional Básica	7ª a 9ª Classe	12 Anos		
	II Ciclo Secundário Geral e Secundário Técnico-Profissional	10ª a 13ª Classe	15 Anos		FINANCIAMENTO FAMILIAR
ENSINO SUPERIOR	Graduação 4 ou 6 anos de formação	Licenciatura	18 Anos		FINANCIAMENTO FAMILIAR
	Pós-Graduação Acadêmica e Profissional	Mestrado	25 Anos		
		Doutoramento	28 Anos		

Fonte: Lei de Bases do Sistema de Educação e Ensino (2020).

As estruturas dos subsistemas de educação representam a composição das esferas que todos os alunos são inseridos no processo de formação acadêmica, de modo a complementar o ciclo educacional definido pelo Estado. Estes ciclos demonstram o processo de acesso, as normas e diretrizes que cada subsistema deve seguir implantado na educação, seja no setor público ou privado. Dentro de cada subsistema, verifica-se o que cada grau acadêmico exige dos candidatos e seu âmbito, visto que sistema algum é dirigido sem uma estrutura preestabelecida. Sendo

assim, em Angola, o sistema de educação tem como fundamento os seguintes princípios:

O Sistema de Educação e Ensino rege-se pelos princípios da legalidade, da integridade, da laicidade, da universalidade, da democraticidade, da gratuidade, da obrigatoriedade, da intervenção do Estado, da qualidade de serviços, da educação e promoção dos valores morais, cívicos, patrióticos e da linguagem de ensino. (LBSEE, 2020).

Entretanto, em Angola, todo o sistema de educação é regido pela Lei de Bases do Sistema de Educação (LBSEE), de 12 de agosto de 2020, aprovada pela Assembleia Nacional. A LBSEE abarca as principais diretrizes que orientam as instituições de educação no âmbito das suas atividades diárias, mensais e anuais, dentro das principais normas, com o objetivo de delimitar, orientar e regular a educação no país e seus ciclos. Para Nguluve, Paxe e Fernando (2020), a LBSEE estabelece um conjunto de princípios que devem ser compreendidos como pilares definidores de uma adequada prestação de serviços educativos e como elementos estruturantes do processo de gestão educativa.

O sistema de educação e ensino em Angola tem o seu âmbito nos marcos da constitucionalidade, das legalidades, do programa estratégico do governo, e considera as experiências com instituições e órgãos de cooperação internacional, aplicando-se a todo o território nacional (Artigo 2º da LBSEE). Com isso, o Estado trabalha em conjunto com diversas entidades no setor da educação, de modo a facilitar o aumento do número de alunos inseridos no sistema educativo em todas as esferas, ratificando normas, projetos e programas com ênfase no desenvolvimento social, em especial na educação, dando sinais de que, juntos (Estados e demais entidades), é possível articular políticas públicas para a educação. No entanto, no contexto da nossa abordagem, entendemos uma política pública de educação que favorece a todos os angolanos, que seja capaz de gerar transformação, equidade social, desenvolvimento intelectual em que se somam nos recursos humanos do país no sentido de atender diversas necessidades internas.

A LBSEE difunde diversos pontos que preconizam algumas exigências do subsistema de educação, tais como abrangência da educação, a legislação que se acentua nas normas estabelecidas pela CRA e órgãos competentes, objetivos gerais da educação, integridade e obrigatoriedade, tornando o ensino primário imposto a todos, língua em que os estudantes são ensinados. De forma sucinta, apresentamos

as principais normas que regem o sistema e subsistemas de educação a nível nacional, com base no Artigo nº 2 da LSBEE (2001):

1. O sistema de educação assenta-se na Lei Constitucional, no plano nacional e nas experiências acumuladas e adquiridas a nível internacional.
2. O sistema de educação desenvolve-se em todo o território nacional e a definição da sua política é da exclusiva competência do Estado, cabendo ao Ministério da Educação e Cultura a sua coordenação.
3. As iniciativas de educação podem pertencer ao poder central e local do Estado ou a outras pessoas singulares ou coletivas, públicas ou privadas, competindo ao Ministério da Educação e Cultura a definição das normas gerais de educação, nomeadamente nos seus aspectos pedagógicos e andrológicos, técnicos, de apoio e fiscalização do seu cumprimento e aplicação.
4. O Estado Angolano pode, mediante processos e mecanismos a estabelecer, integrar no sistema de educação os estabelecimentos escolares sediados nos países onde seja expressiva a comunidade angolana, respeitando o ordenamento jurídico do país hospedeiro.

Já em relação ao Artigo 3º da LSBEE (2001), são objetivos gerais da educação:

- a) desenvolver harmoniosamente as capacidades físicas, intelectuais, morais, cívicas, estéticas e laborais da jovem geração, de maneira contínua e sistemática e elevar o seu nível científico, técnico e tecnológico, a fim de contribuir para o desenvolvimento socioeconómico do País;
- b) formar um indivíduo capaz de compreender os problemas nacionais, regionais e internacionais de forma crítica e construtiva para a sua participação ativa na vida social, à luz dos princípios democráticos;
- c) promover o desenvolvimento da consciência pessoal e social dos indivíduos em geral e da jovem geração em particular, o respeito pelos valores e símbolos nacionais, pela dignidade humana, pela tolerância e cultura de paz, a unidade nacional, a preservação do ambiente e a consequente melhoria da qualidade de vida;
- d) fomentar o respeito devido aos outros indivíduos e aos superiores interesses da nação angolana na promoção do direito e respeito à vida, à liberdade e à integridade pessoal;
- e) desenvolver o espírito de solidariedade entre os povos em atitude de respeito pela diferença de outrem, permitindo uma saudável integração no mundo.

Em relação à integridade, o Artigo 4º LSBEE (2001) estabelece que:

O sistema de educação é integral, pela correspondência entre os objetivos da formação e os de envolvimento do País e que se materializam através da unidade dos objetivos, conteúdos e métodos de formação, garantindo a articulação horizontal e vertical permanente dos subsistemas, níveis e modalidades de ensino.

Por sua vez, considerando a obrigatoriedade, o Artigo 8º da LSBEE-2001 afirma que: “O ensino primário é obrigatório para todos os indivíduos que frequentam o subsistema do ensino geral.”

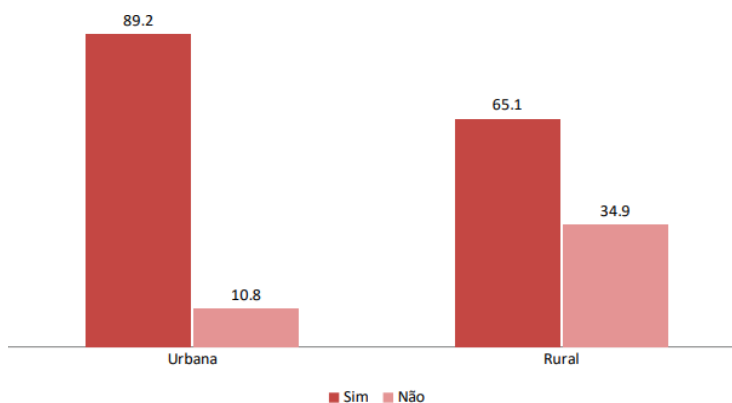
Por fim, em relação à língua, o Artigo 9º da LSBEE-2001 constata que:

1. O ensino nas escolas é ministrado em língua portuguesa.
2. O Estado promove e assegura as condições humanas, científico-técnicas, materiais e financeiras para a expansão e a generalização da utilização e do ensino de línguas nacionais.
3. Sem prejuízo do nº 1 do presente artigo, particularmente no subsistema de educação de adultos, o ensino pode ser ministrado nas línguas nacionais.

As principais diretrizes que regem o sistema de educação em Angola apresentam-se como uma política que abrange o território nacional (Artigo 2º). A ação visa garantir o acesso ao ensino de modo geral, permitindo a integração geral de cidadãos no sistema de ensino com equidade e transparência, com restrita competência do Estado na formulação de políticas da educação através dos seus órgãos auxiliares, os ministérios. Com essas diretrizes, o governo angolano procura o desenvolvimento intelectual do homem e da mulher inseridos na sociedade, com capacidade de suprir os interesses da nação ao nível interno e externo (Artigo 3º). Outro objetivo consiste em exercer a educação com integridade, de modo a responder às metas traçadas num plano de desenvolvimento que, obrigatoriamente, perpassa pela educação em todos os níveis, como se observa no Artigo 4º. Sendo assim, o acesso à escola tem característica obrigatória no sentido de que todos os angolanos devem frequentar o ensino geral (Artigo 8º). A didática no país apresenta-se na língua oficial, o português (Artigo 9º), e nas línguas nacionais faladas por diversos grupos etnolinguísticos distribuídos geograficamente pelo país.

É relevante que o Estado trabalhe na efetivação das mesmas normas. Além das diretrizes apresentadas pela lei, o país precisa de mais programas que fomentem o sistema educativo nacionalmente em todos os ciclos de ensino e aprendizagem e no seu modelo, bem como a melhoria dos programas educacionais existentes. A precariedade do sistema educacional, em especial na zona rural, é extremamente visível. Os dados acerca da população que habita nesta região mostram a enorme desigualdade na frequência escolar da população da zona urbana em comparação com a zona rural. Segundo o inquérito do INE, que avalia os índices da situação social do país, é possível analisar esta desigualdade “[...] onde se observa que cerca de 11% da população residente na área urbana nunca frequentou o sistema de ensino. Na área rural, mais de um terço da população nunca frequentou o sistema de ensino.” (IDREA, 2019, p. 89).

Gráfico 3 – Percentagem da frequência escolar segundo área de residência



Fonte: INE (IDREA, 2018-2019).

Os resultados socioeconômicos que Angola precisa para o desenvolvimento nacional perpassa pela educação em todos os níveis e em todas as regiões, sem os quais não há crescimento nem desenvolvimento. Neste íterim, questiona-se a falta de abrangência das escolas nestas áreas, assim como a concentração de maior percentagem de escolas na zona urbana, um cenário de desigualdade que coopera para a situação social do país, como se observa no Gráfico 3. A Constituição da República de 2010 prevê no seu Artigo 21º - tarefas fundamentais do Estado, em seu inciso II, o qual impõe e assegura as questões sociais, como se nota:

1. Assegurar os direitos, liberdades e garantias fundamentais;
2. Criar progressivamente as condições necessárias para tornar efetivos os direitos económicos, sociais e culturais dos cidadãos;
3. Efetuar investimentos estratégicos, massivos e permanentes, com destaque para o desenvolvimento integral das crianças e dos jovens, bem como na educação, na saúde, na economia primária e secundária e noutros sectores estruturantes para o desenvolvimento autossustentável (CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA, 2010, p. 10)

Os ministérios citados têm como missão cumprir tarefas fundamentais do Estado, pois representam as entidades incumbidas de executar as tarefas citadas no Artigo 21º da CRA. Os dados históricos mostraram que o estado atual da educação no país não é recente (dados abordados adiante), mas com as políticas públicas adotadas pelo governo, vêm gerando alguns resultados satisfatórios, mesmo carecendo de melhorias e expansãoa todos os municípios de Angola.

Nos últimos cinco anos, em consoante com o MED (2020) e o MINFIN (2021), o Estado vem dando sinais claros nessa direção, adotando uma política orçamentária de incentivo para a educação em todo o sistema nacional, no orçamento geral do

estado (OGE)², na designação “despesas por função” e na implementação de programas de desenvolvimento para a educação, assinatura de acordos internacionais no ramo, reavaliação das políticas internas no setor em questão, com o intuito de desenvolver o sistema de educação em Angola. Apesar dos recursos alocados para a educação terem crescido nos últimos cinco anos (2017-2021), o sistema educacional angolano ainda recebe recursos muito abaixo do necessário, devido às demandas e necessidades que os subsistemas de ensino apresentam. Assim, faz-se necessário analisarmos o orçamento público destinado à educação para compreendermos algumas razões dos déficits escolares. A Tabela 1 descreve o investimento da educação no país no ano de 2017 a 2021.

Tabela 1 – Investimento da educação em Angola em relação ao Orçamento Geral do Estado de 2017-2021

Educação Básica x Ensino Superior	2017	2018	2019	2020	2021
	Valor - Kwanza- 6,75%	Valor - Kwanza - 5,71%	Valor - Kwanza - 6,4%	Valor - Kwanza- 14,68%	Valor - Kwanza- 14,56%
Educação Básica	419.065.164.299,00	490.609.441,05	662.441.894.770,00	870.185.075.548,00	1.023.078.253.870,00
Ensino pré-escolar	0,00%	0,0%	0,0%	0,01%	0,01%
Ensino primário	3,90%	2,32%	2,69%	5,37%	5,61%
Ensino secundário	1,38%	2,39%	1,96%	6,42%	6,66%
Ensino pós-secundário não superior					0,0%
Serviços Subsidiários à educação	0,18%	0,18%	0,24%	1,19%	0,18%
Ensino técnico-profissional	0,20%	0,18%	0,25%	0,31%	0,36%
Ensino Superior	80.781.122.357,00	68.975.634.425	78.079.178.054,00	72.440.379.921,00	10.133.318.755
Ensino superior de graduação	1,09%	0,71%	0,69%	1,11%	1,47%
Ensino Superior de pós-graduação	0,0%	0,0%	0,00%	0,11%	0,11%
Investigação e desenvolvimento em educação					0,01%
Educação de adultos				0,01%	0,10%
Educação especial	0,0%			0,02%	0,06
Outros serviços de educação	0,0%	0,0%	0,00%	0,13%	0,10%
Formação				0,00%	0,01%

Fonte: O autor (2022), a partir dos dados do OGE 207-2021 (MINFIN).

² MINFIN (2021) conceitua o Orçamento Geral do Estado como o principal instrumento da política econômica e financeira do Estado Angolano que, expresso em termos de valores, para um período de tempo definido, demonstra o plano de ações a realizar e determina as fontes de financiamento.

Os dados de 2017 descrevem as despesas por função, representando a prioridade institucional do Estado no setor. Neste sentido, permite-nos aludir sobre a distribuição da verba pública para a educação em diversos subsistemas. Entretanto, observa-se que o maior investimento neste ano é feito na educação básica (5,66% do total disponível), mas, em comparação ao ES, observa-se uma desproporção de 4,57% do total investido no setor, despertando nossa compreensão acerca da prioridade do governo nos subsistemas de educação. Analisando a distribuição de recursos no sistema de educação, nota-se que o ensino pré-escolar recebeu menos de 1% e o ensino técnico-profissional 0,20% do total do OGE, ou seja, foram os menos contemplados, fato que nos leva a questionar a qualidade do serviço educacional prestado neste ano, bem como o desenvolvimento educacional das crianças na primeira etapa da vida acadêmica e dos jovens em vias de formação, considerando que os desinvestimentos nestes subsistemas acarretam diversos danos sociais. Em contrapartida, o ensino primário se torna o subsistema com maior volume de investimento.

Na sequência da análise, os dados de 2018 revelam que houve aumento no subsistema de educação básica de 5,66% em 2017 para 5,78% em 2018, um incremento de 0,12%. Porém, o mesmo aumento resultou na redução da verba no ES, que representava cerca de 1,09% em 2017 do total disponível para 0,7% em 2018, uma redução de 0,39%, fato que caracteriza as debilidades financeiras que o ES tem apresentado entre 2017-2018 a partir da distribuição do OGE a nível nacional, o que nos leva a questionar quais eram os objetivos do Estado angolano com a universidade pública neste período diante desta política.

Em seguida, dados de 2019 permitem-nos aludir que a educação básica teve um aumento da verba pública de 0,04% se comparada ao período de 2017, enquanto os subsistemas pré-escolar e formação técnica profissional não atingiram perto de 1% do OGE. Por sua vez, no ES, houve uma redução de 0,02% de 0,71% disponível.

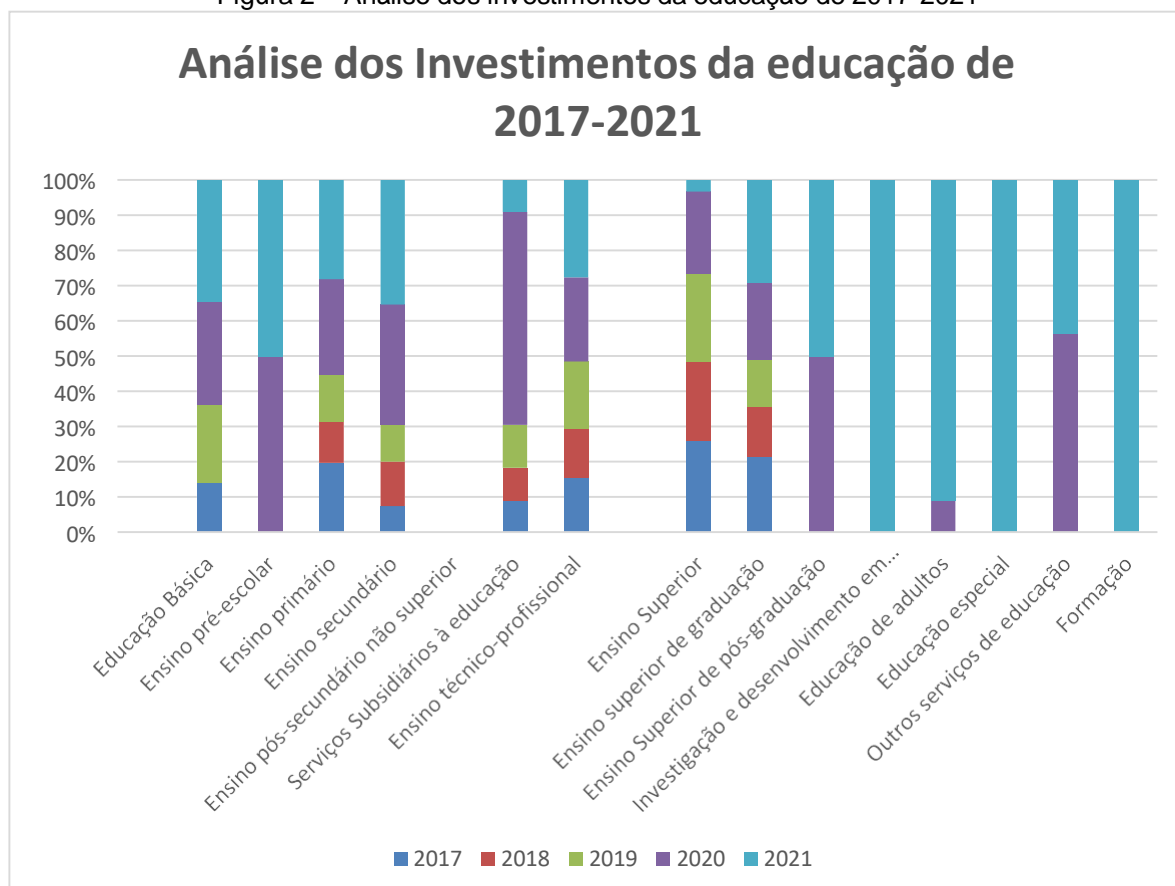
Ao analisar os dados sobre o investimento na educação em 2020, é possível compreender que há uma tendência de aumento no ES, tal como no subsistema de educação básica.

O orçamento para a educação desde 2017-2021 concernente ao subsistema de ensino pré-escolar, ao ensino médio e à formação técnica demonstra uma variação de apenas 0,31 e 5,8% do OGE. No ensino superior, a situação é ainda menos onerosa, com uma taxa de variação entre 0,70 e 1,48%, um reflexo das fragilidades

na distribuição de recursos públicos para a educação.

Outro fato que chama a nossa atenção refere-se à diminuição de investimento no ES enquanto houve aumento no subsistema de educação básica, formação técnica-profissional em tamanha disparidade entre os subsistemas e qual esfera é prioridade. Este fato demonstra o baixo investimento na educação e, conseqüentemente, dificulta a implementação de políticas para a erradicação dos problemas educacionais nos municípios (falta de vagas nas escolas, insuficiência de professores, falta de materiais tecnológicos, o fraco desenvolvimento intelectual dos alunos devido à qualidade da educação, falta de merenda escolar), comprometendo o país nas estatísticas de avaliação da educação a nível da África e do mundo, e diante dos compromissos internacionais de educação. Tais compromissos despertam a ideia de que Angola se preocupa com as avaliações internacionais acerca da educação ofertada internamente. Neste sentido, é fundamental observarmos a análise gráfica referente aos investimentos da educação de 2017-2021 para entendermos o quanto cada subsistema representa em porcentagem frente ao OGE (Figura 2).

Figura 2 – Análise dos investimentos da educação de 2017-2021



Fonte: O autor (2022), a partir dos dados do OGE de 2017-2021.

Em resumo, observa-se que de 2017 até 2021, o ensino primário é o subsistema que mais teve aporte financeiro, seguido do subsistema do ensino secundário, as formações técnicas profissionais e demais serviços ligados à educação. O ensino superior representa a menor parcela de investimento neste período, visto que todos os setores da educação são essenciais na política de formação de quadros a nível nacional, e indaga-se quais serão os critérios usados nesta distribuição e como o Estado desenvolverá o ES com esta parcela de recursos demonstrados nos dados em análise.

Para Sobreira e Campos (2008), a limitação de recursos financeiros na educação está em constante alteração devido à capacidade limitada do Estado de pressupor com precisão o cenário econômico em período muito amplo. Entretanto, numa realidade como a de Angola, cujos objetivos de desenvolvimento dependem da formação de quadros, este é um fato difícil de encarar, pois a qualidade do ensino é incapaz de atender todos os requisitos necessários para a melhoria da educação pública. Por outro lado, a distribuição de verbas no setor em questão deve obedecer alguns critérios, tais como despesa por aluno, salários dos professores efetivos e contratados, despesas administrativas, entre outras relacionadas à escola.

Os investimentos em educação devem obedecer aos critérios econômicos e não políticos, permitindo a melhoria na oferta da educação, pois “[...] a ampliação dos investimentos possibilita a melhoria dos indicadores de qualidade da educação.” (SOBREIRA; CAMPOS, 2008, p. 10). O desenvolvimento intelectual do aluno é instigado por um ambiente escolar que apresenta qualidade tanto da escola quanto dos professores e demais recursos escolares. Por isso, acreditamos que suprir as necessidades financeiras das escolas é um dos caminhos para o desenvolvimento da educação. Segundo o relatório da Unicef (2014), que apresenta as prioridades do OGE na educação, os investimentos do setor (em todo o sistema de educação) estão abaixo do previsto nos compromissos internacionais de Dakar (2000)³, em que o país

³ No Fórum Mundial sobre Educação, realizado em abril de 2000, em Dakar, os países assumiram importantes compromissos com a meta de satisfazer as necessidades básicas de crianças, jovens e adultos, erradicar o analfabetismo e universalizar o acesso à escola. Os compromissos de Dakar, assumidos pelos países membros da UNESCO, representam uma oportunidade ímpar para repensar a política educativa de cada país africano, tendo em vista os novos horizontes sociais que se desenham para o continente. Na ocasião, os países participantes comprometem-se a alcançar os objetivos e as metas de educação para todos, para cada cidadão e cada sociedade. “Os governos têm a obrigação de assegurar que os objetivos e as metas de Educação para Todos sejam alcançados e mantidos”, conforme compromisso assinado a 28 de abril de 2000 na capital senegalesa.” (PORTAL DE ANGOLA, 2013).

se compromete com a melhoria do orçamento como política de alavancar e garantir a educação para todos: “Angola investe no sector da Educação pouco mais de um terço (6,6%) daquilo que ficou previsto nos Compromissos de Dakar de 2000, onde se compromete a atribuir 20% da despesa total para o sector da Educação.” (UNICEF, 2014).

Outra questão observada na distribuição dos recursos para o setor é a prioridade do Estado em investir maior porcentagem no ensino primário, fundamental, formação técnica e não adotar a mesma política no ES, visto que todos os níveis de ensino refletem no desenvolvimento da educação, e os dados estatísticos acerca da educação em Angola demonstram que todo o sistema inspira cuidado.

2.5 DADOS GERAIS SOBRE A EDUCAÇÃO EM ANGOLA

Em Angola, dados oficiais e de entidades multilaterais sugerem que as desigualdades no acesso ao ensino são substanciais entre os meios urbano e rural. A taxa de frequência do ensino primário é de 78% para o meio urbano e 59% para o meio rural. No ensino secundário, essa taxa é reduzida para 50% no meio urbano e 14% no rural (UNICEF, 2014). As disparidades de gênero são mais acentuadas no ensino secundário, onde o índice de paridade é de 0,89% para o meio urbano e 0,62% para o rural. Contudo, cerca de 22% das crianças em Angola ainda se encontram fora do sistema de ensino e 48% das crianças matriculadas não concluem o ensino primário. Para Gaspar e Silva (2010), as desigualdades no acesso à educação e a baixa qualidade do ensino reduzem as oportunidades de desenvolvimento e integração das crianças.

Os dados descritos apontam um problema de prioridade nos subsistemas de ensino e a ineficiência na oferta da educação em todas as regiões de Angola. Na ideia de melhorar este quadro, um dos caminhos é traçar políticas públicas com base nas informações referentes ao Censo (2014)⁴, denominado Recenseamento Geral da

⁴ Cf. Angola (2014). O Recenseamento Geral da População e Habitação de Angola, realizado de 16 a 31 de maio de 2014, designado “RGPH 2014” ou “Censo 2014”, é o primeiro depois da Independência Nacional. O último Censo foi realizado em 1970, o qual apurou como população residente 5.646.166 habitantes. O RGPH 2014 foi realizado pelo INE em colaboração com outras instituições do Estado, e constituiu um acontecimento de importância nacional que proporcionará ao país dispor de uma base de dados sociodemográficos atualizados, sendo marco para a planificação, acompanhamento e avaliação dos programas e projetos de desenvolvimento, e acompanhamento e avaliação dos Programas de Combate à Pobreza em curso no país. Sua realização marca o início da realização dos RGPH com intervalos decenais, conforme recomendado pela Organização das Nações Unidas.

População e Habitação de Angola (RGPH). No estudo do INE-IDREA (2019), o primeiro dossiê apresenta os dados que ajudam a compreender a situação social e demográfica do país. Já o segundo auxilia na compreensão do contexto sociocultural, econômico e político, apresentando diversas características populacionais em cada região, as áreas com maior necessidade e urgência a se intervir com políticas governamentais, visto que os dados apontam para os desafios a serem ultrapassados. Para Paxe e Brás (2021, p. 21), os problemas e desafios da educação em Angola:

[...] podem ser caracterizados como problemas antigos, problemas ou desafios causados pela nossa inação ou abordagem inadequada sobre a questão, pois eles já vêm sendo identificados há muito tempo, porém a sua solução tem sido muito lenta ou inadequada.

Estes desafios representam a necessidade de se observar as variáveis que são consideradas na formação e implementação de políticas educacionais incluídas no sistema e subsistemas de educação, de modo a implementar políticas mais abrangentes. Outro problema relacionado com a exclusão das crianças da escola é a política centralizada do MED na organização e funcionamento do ensino em Angola, que é um entrave que contribui na taxa de 11% das crianças estarem fora da escola em 2022. A abrangência da educação é sustentada no direito à educação para todos, conforme descrito no Artigo 79º do CRA (2010):

1. O Estado promove o acesso de todos à alfabetização, ao ensino, à cultura e ao desporto, estimulando a participação dos diversos agentes particulares na sua efetivação, nos termos da lei.
2. O Estado promove a ciência e a investigação científica e tecnológica.
3. A iniciativa particular e cooperativa nos domínios do ensino, da cultura e do desporto exerce-se nas condições previstas na lei.

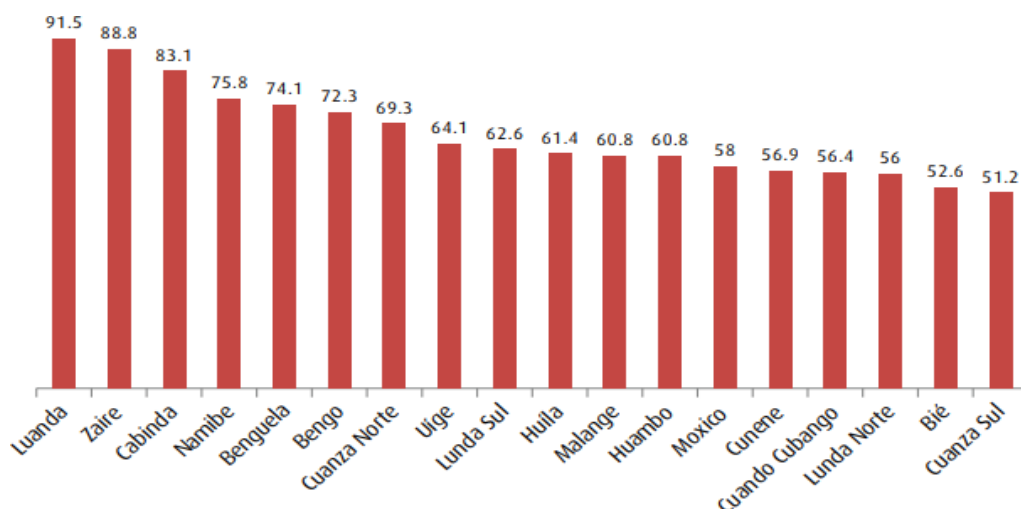
É importante evidenciar que esta colocação vai ao encontro da defesa do direito à educação como um dos direitos fundamentais do homem e da mulher que se deve garantir a todos os cidadãos, independentemente da sua condição social, física e mental (PAXE, 2017).

Ainda sobre os dados e percentual da educação, é de suma importância analisar as taxas de alfabetização no país. Conforme o relatório do INE (2019) - Características de jovens em Angola de 2018 a 2019 - Luanda, Zaire e Cabinda são as províncias que apresentam as maiores taxas de alfabetização, totalizando 91,5%, 88,8% e 83,1%, respectivamente. Em relação ao comportamento quanto ao gênero, os homens apresentam uma taxa de alfabetização maior em comparação às mulheres

em todas as províncias (Estados). Em Luanda, por exemplo, foi constatada uma taxa de 96,9% para os homens e 86,3% para as mulheres.

Olhando para outras províncias (Estados), os resultados da política educacional são vistos de forma mais ampla em termos de dados de alfabetização angolana. Segundo o INE (2019), as províncias com menores taxas de alfabetização são Kwanza Sul (51,2%), Bie (52,6%) e Lunda Norte (56,0%), onde cerca de 36,4% das mulheres e 72,3% dos homens são alfabetizados. Em relação à população jovem, a taxa de alfabetização da faixa etária de 15 a 24 anos é superior à da faixa etária de 25 a 34 anos, 79,8% e 72,3%, respectivamente, tal como se nota no Gráfico 4. Em termos de gênero, a taxa de alfabetização dos homens é maior que a das mulheres.

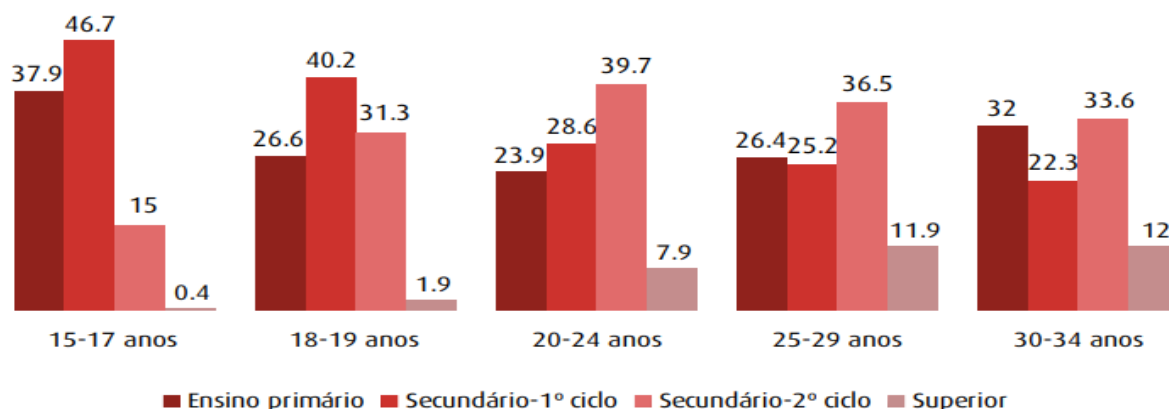
Gráfico 4 – Taxa de alfabetização por província em Angola



Fonte: INE, IDREA (2018 -2019).

Ainda segundo o INEA, IDREA (2018-2019), no que diz respeito ao ensino superior, a percentagem de obtenção de níveis de escolaridade tem aumentado. Tal fato é decorrente dos programas de desenvolvimento que o Estado vem adotando para aumentar as percentagens de alunos nas escolas. Assim, observa-se que as percentagens mais baixas para 15-17 e 18-19 anos atingiram o ensino primário e secundário, representando 0,4% e 1,9% da população, respectivamente, enquanto as faixas etárias de 25-29 e 30-34 anos representavam uma proporção maior da população, revelando que 11,9% e 12%, respectivamente, alcançaram o ES (Gráfico 5).

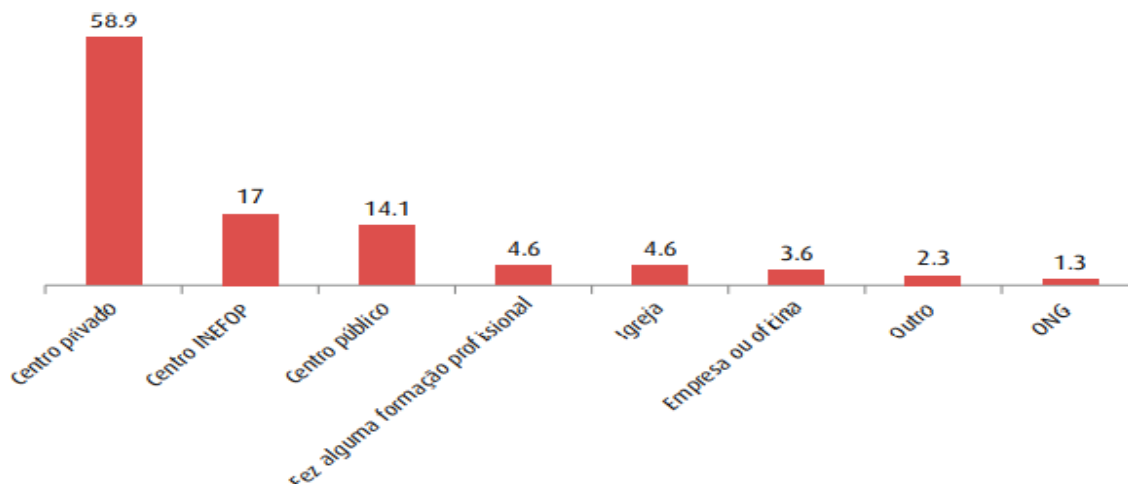
Gráfico 5 – Percentagem da população com 15-34 anos de idade, segundo o nível de escolaridade atingido no ano de 2018



Fonte: INEA-IDREA (2019).

O quadro de formação técnico-profissional, em linhas gerais, é de responsabilidade do INEFOP, cuja missão é assegurar a execução das políticas relativas à organização do emprego, bem como a direção e coordenação do sistema de formação profissional e a aplicação dos programas nos domínios da formação e reabilitação profissional definidas e aprovadas pelo governo. Considerando os resultados apresentados pelo INE, IDREA (2018/2019), podemos considerar que 58,9% da população apresenta como local de formação profissional o setor privado, enquanto 14,1% apresenta como local de formação o setor público. Existe ainda um conjunto de indivíduos que tiveram como local de formação profissional as igrejas, oficinas, ONGs, dentre outros, e a população que realizou alguma formação profissional, totalizando 16,4%. Em relação à população jovem, a situação não difere, conforme ilustra o Gráfico 6.

Gráfico 6 – Percentagem da população a partir dos 15 anos de idade segundo o local de formação profissional



Fonte: INE, IDREA (2028-2019).

Com base nos dados apresentados, podemos mensurar a situação em torno da problemática da educação, visto que há inúmeros alunos em vários níveis de ensino fora do sistema de educação, o que representa mais uma razão que fundamenta a urgência de soluções que visam à melhoria do mesmo. Porém, é notável que os problemas socioeducacionais abrangem diversas faixas etárias (pré- escolar ao ensino superior) e as ações do Estado para a resolução destes problemas são ineficientes, sendo o MED a única instituição que formula políticas nestes níveis de ensino.

Portanto, entendemos que, a partir da adaptação de um plano de ação formulado entre Prefeituras, Subprefeituras, Conselhos Municipais, Direção Nacional do Ensino, Diretores de escolas, encarregados de educação, professores, Centro de Investigação de Ensino, INE, especialistas em educação, analistas de políticas públicas, entre outros, será possível criar alternativas para auxiliar na solução/diminuição de angolanos fora da escola em diversos subsistemas, permitindo dimensionar o tipo de escola que a comunidade precisa, a idade com maior demanda, as estruturas de ensino para cada município, a política de gestão, as maiores necessidades de materiais escolares ofertados e a quantidade de alunos por turma, criando um sistema que possibilite a todos estarem na escola. Em conjunto, novas perspectivas de desenvolvimento poderão ser alcançadas no país, porém, tudo começa da base, representada pela educação. Acredita-se que é necessário estruturar políticas educacionais em todas as esferas dentro dos programas de

desenvolvimento a nível nacional, em caráter urgente, a fim de contribuir na problemática em questão.

3 PROGRAMAS DE DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL, POLÍTICAS PÚBLICAS E SUA IMPLEMENTAÇÃO NO SISTEMA DE ENSINO SUPERIOR DE ANGOLA

Escrever sobre a educação e políticas públicas em Angola no contexto atual e da prioridade que ela vem conquistando com relação às políticas do poder executivo impõe a elaboração de um roteiro das medidas de política adotadas no período que sucedeu à guerra civil. A partir deste roteiro, compreende-se que o governo constata na educação a possibilidade de superação do atraso nos mais diversos setores, incluindo o setor social, econômico e político, cuja qualificação dos recursos humanos é primordial. Nos anos seguintes à paz alcançada em abril de 2002, foram aprovados programas específicos no setor.

Tais programas são, nomeadamente, o Plano de Educação para Todos, aprovado em 2004 com a Estratégia para a melhoria do Sistema de Educação de 2001 a 2015, definida em 2001, a Estratégia de Alfabetização e Recuperação do Atraso Escolar, de 2006 a 2015, aprovada em 2005, o Plano Nacional de Desenvolvimento da Educação, de 2017, e o Programa Nacional de Formação e Gerenciamento do Pessoal Docente, aprovado em 2018.

Estes programas buscam reverter não só o quadro de atraso educativo em que opais se encontra, mas também garantir a adequação das suas políticas públicas de educação às agendas internacionais subscritas e adotadas por Angola, com destaque para a Agenda 2030, que estabelece os objetivos globais de desenvolvimento sustentável e a Agenda 2063 da União Africana.

Considerando a pertinência do setor da educação, o atual governo angolano, em seu plano de governo intitulado Plano de Desenvolvimento Nacional (PDN 2018-2022) elegeu a educação e o ensino superior na Estratégia de Longo Prazo Angola 2025, visando “[...] promover o desenvolvimento humano e educacional do povo angolano, com base numa educação e aprendizagem ao longo da vida para todos e cada um dos angolanos.” (ANGOLA, 2020).

Para a implantação da política pública de educação, o governo aprovou um conjunto de programas específicos, sendo eles: (I) Desenvolvimento da Educação Pré-Escolar; (II) Programa Nacional de Formação e Gerenciamento do Pessoal Docente; (III) Melhoria da Qualidade e Desenvolvimento do Ensino Primário; (IV) Desenvolvimento do Ensino Secundário Geral; (V) Melhoria e Desenvolvimento do

Ensino Técnico-profissional; (VI) Intensificação da Alfabetização e da Educação de Jovens e Adultos; e (VII) Ação Social, Saúde e Esporte Escolar (ANGOLA, 2020). Classifica-se que as implementações totais e concretas dos projetos traçados anteriormente aumentem com a redução dos índices de alunos que tenham como lugar de formação o setor privado, com 58,9% contra 14,1% com lugar de formação nas escolas públicas. Assim, trabalhar na redução destes índices dará sinais realísticos da preocupação do Estado em tornar a educação pública uma prioridade e sua responsabilidade, tendo-a como um direito e ferramenta de desenvolvimento. Para Goergen (2013), este direito pode ser plenamente garantido pela intervenção decisiva e política do Estado, num cenário onde há dificuldades de inserção de maior parte da população no sistema de ensino.

Neste sentido, entende-se que o intento destes programas (anteriormente citados) demonstram que o governo angolano tem examinado minuciosamente as políticas de desenvolvimento social no país, para melhorar a qualidade do sistema de ensino. O mesmo tem sido pautado em estratégias a fim de sanar déficits no setor, como a falta de vagas em regiões mais carentes, atraso escolar, escassez de escolas nos municípios, falta de professores/as, falta de meios tecnológicos nas escolas públicas, bolsas de estudos, dentre outros, na área da educação (ANGOLA, 2020).

Vários são os programas que o governo implementou e tem implementado para a melhoria do processo educativo, desde a base até ao ensino superior, numa perspectiva de elevar os índices de desenvolvimento social de Angola. Portanto, quando se fala em desenvolvimento, é preciso pensar em várias esferas: social, econômica, política e sustentável. Essas áreas são os pilares que corroboram no crescimento e progresso de qualquer estado, cidade ou país, visto que na sua ausência, não se pode considerar que uma cidade é desenvolvida (os fins e os meios que o Estado utiliza para proporcionar melhor qualidade de vida à sociedade que habita em determinado local). Entretanto, é de suma importância estudarmos sobre o conceito de desenvolvimento e as políticas nacionais para clarear nosso entendimento.

O desenvolvimento na sua concepção é entendido de maneira ampla como a análise das condições capazes de favorecer o progresso e o bem-estar humano (SATRUSTEGUI, 2013). Consequentemente, ele está associado a um objetivo que entidades públicas traçam com a finalidade de elaborar políticas sociais que colaboram para o melhoramento do bem-estar dos cidadãos, caracterizado por uma

mudança no estado atual de diversas áreas. Contudo, não se pode classificar que um país é desenvolvido (Angola) se as políticas públicas do mesmo município ou Estado não incluam os setores sociais, cultural, econômico e político como prioridade, os quais são a base para o caminho do desenvolvimento que proporcionam o bem-estar (melhoria das condições de vida de todos os habitantes).

Nas palavras de Sen (2010), o desenvolvimento é entendido como a expansão das liberdades reais que possibilita que as pessoas desfrutem do “[...] papel constitutivo e o papel instrumental da liberdade [...]” no processo de desenvolvimento. Este mesmo papel se relaciona à importância da liberdade substantiva no enriquecimento da vida humana. As liberdades substantivas incluem capacidades elementares como, por exemplo, ter condições de evitar privações como a fome, a subnutrição, a morbidez evitável, a morte prematura e, por fim, ter liberdade política e liberdade de expressão.

É evidente que, com base na concepção do autor supracitado, torna-se necessário analisar a esfera do desenvolvimento social como o elo entre as esferas. Quando não há desenvolvimento com foco no bem comum social, é difícil alcançar melhorias em outros setores, como o econômico ou até mesmo o político. Nesse sentido, dentro da área social, temos um elemento muito relevante, a educação, que nos leva a refletir sobre o tipo de sociedade que teremos se este pilar não estiver bem fundamentado, em especial no Ensino Superior, o qual representa o início da investigação científica. Assim, se não existirem políticas educacionais que contemplem todas as camadas sociais, com qualidade, rigor e investimento público a partir do OGE, ou outras fontes de financiamento, as fragilidades no acesso ao ensino superior público na UAN persistirão.

Diante da problemática do acesso em escolas nos mais diversos níveis, o governo angolano tem adotado vários projetos e programas (focaremos nos mais relevantes) visando melhorar o sistema de educação no ensino superior e a situação socioeconômica. Os programas a nível nacional são:

- Plano de Desenvolvimento Nacional (PDN) 2018-2022 e seus Impactos na educação;
- Parceria Global para Educação (*Global Partnership for Education*) em Angola e seus Impactos;
- PIIM – Programa Integrado de Intervenção dos Municípios e seus Impactos na educação.

3.1 PDN - PLANO DE DESENVOLVIMENTO NACIONAL 2018-2022

Segundo o Ministério da Economia e Planeamento (2017), o Plano de Desenvolvimento Nacional 2018-2022 constitui o segundo exercício de planeamento de médio prazo realizado no âmbito do Sistema Nacional de Planeamento em vigor, na sequência do Plano Nacional de Desenvolvimento 2013-2017, e visa a promoção do desenvolvimento socioeconómico e territorial do país. O PDN tem carácter prospectivo e plurianual, abrange os níveis nacional, setorial e provincial (estadual) de planeamento e implementa as opções estratégicas de desenvolvimento a longo prazo do país, com metas a atingir assumidas na estratégia de longo prazo (ELP)⁵ Angola 2025.

Complementares entre si, contendo objetivos, metas a alcançar até 2022, ações prioritárias (atividades ou projetos), bem como responsáveis designados, visam concretizar as políticas e os objetivos estratégicos formulados. Este plano foi lançado em novembro de 2017, com uma reunião de apresentação do processo de elaboração do plano aos departamentos ministeriais, tendo-se seguido um intenso trabalho interno e vários encontros de trabalho e interações com o Ministério da Economia e Planeamento (MEP), até chegar ao formato final dos programas, durante o mês de março de 2018.

Entre vários objetivos que o PDN (2018-2022) apresenta e em ramos distintos, estão elencadas as propostas de desenvolvimento para o setor da educação no ensino superior, sendo o enfoque desta análise, nomeadamente:

- Política de educação;
- Formação e gestão do pessoal docente;
- Melhoria da qualidade e desenvolvimento do ensino técnico-profissional;
- Intensificação da alfabetização e da educação dos jovens e adultos;
- Melhoria da qualidade do ensino superior e desenvolvimento da investigação científica e tecnológica;

⁵ O trabalho com os setores visou identificar programas que dessem resposta a desafios nacionais que se colocam ao desenvolvimento do país, nas diferentes áreas de política; para tal, cada setor foi convidado a interagir com as províncias e com os interlocutores do setor privado e da sociedade civil relevantes nas suas áreas de intervenção. Seguiu-se um processo iterativo entre o Ministério da Economia e Planeamento (MEP) e cada um dos ministérios setoriais, ou mesmo em conjunto com vários ministérios setoriais, para se chegar a programas setoriais, multissetoriais ou transversais, relevantes. E complementares entre si, contendo objetivos, metas a alcançar até 2022, ações prioritárias (atividades ou projetos), bem como responsáveis designados, visando concretizar as políticas e os objetivos estratégicos do plano (ANGOLA, 2018).

- Ação social, saúde e esporte escolar.

Estes objetivos caracterizam as atuações do governo na educação, observando a necessidade de implementar políticas que invertem o cenário de subdesenvolvimento no ensino. As políticas públicas de educação necessitam de maior abrangência a nível nacional, com isso, pode-se esperar melhores resultados. Outrossim, existe uma clara intenção de melhoria no Sistema Nacional de Ensino por parte do Estado mediante o PND. Ao nosso entender, este processo inicia-se pelo acesso de todos os cidadãos.

As garantias de que os desígnios deste plano terão efeito na progressão social se fundamentam na criação de um plano de inserção de estudantes nas escolas, aproximando a população do conhecimento, dimensionando as distâncias das escolas a serem construídas mais próximas dos utentes, criando assim o ingresso causado pela nossa inação ou abordagem inadequada sobre a questão, pois eles já vêm sendo identificados há muito tempo, favorável à comunidade em termos de locomoção e estruturas escolares que albergam os candidatos, incluindo o número de vagas e salas de aula. Sobre as instituições de ensino privado, denota-se que estas encontram-se mais acessíveis do ponto de vista de locomoção e na oferta de vagas para os concorrentes. Neste aspecto, o PND apresenta objetivos a serem melhorados, particularmente no ES. Portanto, através da execução do PND 2018-2022 na esfera do ensino superior, o governo visa:

- Melhorar a rede de Instituições do Ensino Superior (IES), aumentar os cursos e os graduados, aumentar a oferta de pós-graduações e melhorar a qualidade do ensino ministrado com o reforço da qualificação de mestres e doutores;
- Desenvolver o sistema de avaliação e certificação do Ensino Superior; promover a inovação e o desenvolvimento nas universidades e nos centros de investigação do país, com investigadores de carreira, laboratórios apetrechados e conexão com redes internacionais de investigação e de divulgação, partilha e acesso a dados, nacionais e internacionais.

A elaboração do Plano de Desenvolvimento Nacional 2018-2022 foi coordenada pelo MEP, com a colaboração dos Departamentos Ministeriais e Governos Provinciais, nos termos da Lei de Bases do Sistema Nacional de Planeamento (Lei nº 1/11, de 14 de Janeiro). Percebe-se que o PDN apresenta as opções estratégicas de desenvolvimento do país, desdobrados como planos anuais de ação, que apresenta os eixos de atuação nas distintas questões sociais, de modo

a assegurar os direitos fundamentais dos angolanos, como educação, saúde, segurança pública, ação social entre outros.

As áreas de atuação do PDN são: 1) desenvolvimento humano e bem-estar; 2) desenvolvimento econômico sustentável diversificado e inclusivo; 3) desenvolvimento de infraestrutura necessária em Angola; 4) reforço do Estado democrático de direito, boa governação, reforma do Estado e descentralização do poder local; 5) desenvolvimento harmonioso do território; 6) garantia da estabilidade e integridade territorial e no contexto do seu papel no continente. Estas ações permitiram a criação de diversos programas locais nas comunidades, porém, a sua prioridade deu-se no setor social, onde a educação consta como um dos pilares para alavancar o desenvolvimento nacional através de alguns programas de intervenção.

3.2 PARCERIA GLOBAL PARA EDUCAÇÃO (*GLOBAL PARTNERSHIP FOR EDUCATION*) EM ANGOLA E SEUS IMPACTOS

O desenvolvimento econômico e social de um Estado depende muito de acordos bilaterais e parcerias com outras nações, pois país algum é independente e autossuficiente em todos os ramos. Entretanto, o desenvolvimento da educação em Angola (em especial do ensino básico ao superior) perpassa pelos acordos bilaterais e parcerias que o Estado angolano aderir com outros países, seja no domínio de construção de escolas, formação de professores, capacitação dos diretores, bolsas de estudos, no quesito tecnologia de educação, bem como no auxílio de treinamento dos mesmos.

A adesão de Angola na Parceria Global para Educação (*Global Partner for Education* – GPE)⁶ tem como meta o fortalecimento do sistema de educação a nível nacional. Nesta ocasião, torna-se parte do leque de 76 países africanos e europeus, com acesso ao financiamento anual de 78,7 milhões de dólares americanos, visando aumentar os investimentos no setor. Em Angola, o grupo local de educação integra,

⁶ Em 25 de janeiro, dia Internacional da Educação, realizou-se em Angola o ato formal de adesão na parceria global para educação. Discutiu-se a iniciativa de financiamento e a criação de um grupo local de trabalho composto pelo ministério tutelar, Ministério das Finanças, Ministério das Relações Exteriores, Agência de Cooperação Multilateral (UNESCO, UNICEF, Banco Mundial, Banco Africano de Desenvolvimento) e organizações da sociedade civil angolana (Rede de Educação para Todos). Segundo o MED (2021), o país foi convidado pela Direção do GPE a aderir este sistema de financiamento, elegível para três categorias de financiamento: multiplicador (50 milhões de dólares), capacidade do sistema (3,7 milhões de dólares) e acelerador da educação de mulheres (25 milhões de dólares).

além do MED, o Ministério das Finanças, Ministério das Relações Exteriores, Agências de Cooperação Multilateral (UNESCO, UNICEF, Banco Mundial, Banco Africano de Desenvolvimento) e organizações da sociedade civil angolana (Rede de Associações Educação para Todos) (MED, 2021).

As decisões do Estado na questão educacional estão relacionadas à cultura intrínseca do plano de governação, com foco nas políticas públicas. Analisando o GPE e seus objetivos, fica claro o ideal de mudanças internas e externas no sistema de educação, porém, as iniciativas deveriam também refletir na política orçamentária (OGE), que é o espelho das atividades prioritárias do governo. Hodgson (1997) fundamenta que as culturas podem promover explicações e justificativas duradouras, até mesmo para as regras mais infundadas, e todas as decisões perpassam pela cultura dos agentes públicos.

Sendo uma parceria embrionária para Angola, almeja-se que, com o incremento de orçamentos externos, haja melhorias no Sistema Nacional de Ensino, ampliando os investimentos no setor da educação. A perspectiva desta parceria é focada desde o ensino primário até o Ensino Superior. Do ponto de vista social, o GPE poderá auxiliar na resolução de alguns déficits no ES de Angola se, em simultâneo, houver um objetivo coletivo entre o Estado e a sociedade, uma vez que ambos são atores primordiais na implementação e expansão das escolas. De acordo com Pereira (2011, p. 1):

Educação e sociedade estão por causas e consequências ligadas. Pois, uma é dependente da outra. A educação sempre contribuiu para o desenvolvimento da sociedade. A qual busca nas raízes da educação o verdadeiro sentido para sua evolução cultural, principalmente. Pois, é através desta interação que existem contribuições, porque a sociedade só se torna moderna com a evolução da educação. E a própria sociedade tem seu papel nestas contribuições, porque é com seu respaldo que a educação tem procurado assimilar da melhor maneira possível o que está ao seu redor.

Entretanto, como entidade responsável pela execução do GPE, o MED deve envidar esforços de modo a estreitar a relação entre o Estado e a sociedade, e vice-versa. Somente juntos poderão propor e articular políticas públicas que corroborem na resolução dos problemas de educação. A participação da sociedade e de entidades externas (GEP) em determinado problema público também é uma forma de sermos democráticos, representada por uma democracia participativa, onde a sociedade faz parte da resolução de problemas.

Diante das perspectivas do MED, a inserção do GPE no ES de Angola constitui um passo determinante para a adesão de Angola aos fundos da Parceria Global para a Educação, pelo seu grande contributo, que irá cooperar no acesso à educação pré-escolar e primária e melhorar, de forma contínua e progressiva, os resultados das aprendizagens, além de diversificar as fontes de recursos da educação e desatar a dependência do OGE. No quesito categoria, o programa prevê, ainda, o incentivo à educação das mulheres, promovendo a igualdade de gênero, garantindo um sistema de educação e ensino mais equitativo e inclusivo (CRISTÓVÃO, 2022). Essas perspectivas poderão gerar os seguintes resultados:

- Redução de crianças fora do sistema de ensino;
- Redução na taxa de desigualdade social e de gênero a nível nacional;
- Capacidade de construção e implementação de novas escolas com recursos e materiais didáticos;
- Fortalecimento das redes de ensino e dos centros de formação;
- Implementação de projetos e políticas dentro das escolas públicas;
- Inclusão social de todas as classes;
- Incentivo e aderência da sociedade na educação;
- Garantia de desenvolvimento socioeconômico.

Os resultados que se perspectivam sugerem que há indicadores de melhoria com o suporte deste programa, contribuindo na diminuição de angolanos fora da escola, de modo a integrar no conjunto de ações adotadas pelo governo.

3.3 PIIM – PROGRAMA INTEGRADO DE INTERVENÇÃO DOS MUNICÍPIOS E SEUS IMPACTOS NA EDUCAÇÃO

Ainda em relação aos programas de desenvolvimento, criou-se o PIIM, com o intuito de acelerar o processo de construção de infraestruturas nos municípios a nível nacional. No entanto, nesta seção, falaremos em especial sobre a cidade de Luanda, capital de Angola, e abordaremos sobre o programa e seus impactos na educação. Para descentralizar e desburocratizar o processo de contratação pública e execução

de projetos, o PIIM⁷ tem contribuído na aceleração da construção de escolas, hospitais, centro de formação técnico-profissional e reabilitação dos mesmos. Segundo o MINFIN (2021), este plano pretende aumentar a autonomia dos 164 municípios de Angola no âmbito da política de desconcentração e descentralização das competências administrativas e, deste modo, aumentar a qualidade de vida em todo o território nacional.

Com a implementação do PIIM, os municípios têm autonomia na gestão e implementação de políticas públicas internas, prioridades para alavancar o desenvolvimento local, tendo como tripé a saúde, a educação e o combate à pobreza. Sendo assim, em Luanda, deu-se início à contratação de empresas para a construção de escolas, hospitais, estradas, centro de formação, entre outros. Segundo o Governo Provincial de Luanda, é um plano que muda a vida das pessoas nos municípios e transforma o país. O PIIM foi lançado em 27 de julho de 2019 pelo Governo Federal:

[...] passados dois anos o país tem em execução 1.724 dos 1.749 projetos elegíveis, dos quais 50% já executados, um dos aspectos deste programa é independência de atuação das Prefeituras na realização dos projetos aprovados pelo Governo, neste intento verifica-se que 90% dos projetos são da responsabilidade dos órgãos de administração local. (ANGOLA, 2022).

Na área da educação, o PIIM tem se refletido com alguns resultados satisfatórios, contribuindo na subtração de crianças e jovens fora do sistema de ensino público, tanto na área urbana como na área rural. Segundo o Governo Provincial de Luanda, com a autonomia dos municípios em Luanda, o programa tem obtido resultados na esfera na educação, conforme consta no Quadro 4.

⁷ O Plano Integrado de Intervenção nos Municípios (PIIM) tem como objetivo materializar ações de Investimento Público (PIP), de Despesas de Apoio ao Desenvolvimento (DAD) e de Atividades Básicas (Act), com prioridade para as ações de caráter social, de modo a inibir o êxodo rural e promover o crescimento econômico, social e regional mais inclusivo no país. Este Plano pretende aumentar a autonomia dos 164 municípios de Angola no âmbito da política de desconcentração e descentralização das competências administrativas e, deste modo, aumentar a qualidade de vida em todo o território nacional. (ANGOLA, 2020).

Quadro 4 – Escolas construídas ou melhoradas no âmbito do PIIM na província de Luanda

Município	Projeto (construção – reabilitação)
Belas	Construção de uma escola primária de 12 salas de aula no Distrito Urbano dos Ramiros
	Construção de uma escola primária de 12 salas de aula no Bairro Bitá Tanque, Comuna da Barra do Cuanza
	Construção de uma escola primária de 12 salas de aula no Bairro Zona Verde, Distrito Urbano do Cabolombo
	Construção de uma escola primária de 12 salas de aula no Camama, Distrito Urbano do Cabolombo
	Construção de uma escola de 7 salas de aula no Bairro Mundial, Distrito Urbano de Morro dos Veados
	Construção de uma escola primária de 12 salas de aula no Bairro Floresta, Distrito Urbano de Morro dos Veados
	Reabilitação e apetrechamento da escola nº 2020, de 12 salas de aula, no Bairro Luquembo, Distrito Urbano de Cabolombo
	Reabilitação e apetrechamento da escola nº 2031, no Distrito Urbano dos Ramiros
	Reabilitação e apetrechamento da escola nº 2054, do Bairro Bitá Tanque da Comuna da Barra do Cuanza
	Reabilitação e ampliação da escola nº 2019, do Bairro do Sossego, no Distrito Urbano do Cabolombo
	Reabilitação e ampliação da escola nº 2024, ex. 2062; Bairro Tanque 1, no Distrito Urbano de Vila Verde
Cacuaco	Ampliação e apetrechamento da escola 4014 T/9 para T/14 no Bairro Ecocampo, Distrito Urbano de Cacuaco
	Construção de uma escola de tipologia T/12 no Bairro Kilunda, Comuna da Funda
	Reabilitação, ampliação e apetrechamento da escola 4012 no Bairro do Mulundo, Comuna da Funda
Cazenga	Construção de uma escola de 7 salas de aula no Distrito Urbano do 11 de Novembro
	Construção e apetrechamento de uma escola de 12 salas de aula no Distrito Urbano do Kalawenda
	Construção de uma escola de 7 salas de aula no Distrito Urbano do Kalawenda
	Construção de uma escola de 12 salas de aula no Distrito Urbano do Kima Kieza
	Reabilitação da escola nº 3006, no Distrito Urbano do Hoji ya Henda
	Reabilitação da escola nº 3028, no Distrito Urbano do Tala Hady
	Reabilitação e apetrechamento da Escola 3042 (Angola e Cuba), Distrito Urbano do Cazenga
Icolo e Bengo	Construção e apetrechamento de uma escola de 7 salas de aula na Comuna de Cálculo Cahango
	Construção e apetrechamento de uma escola de 7 salas de aula na Comuna da Quiminha
	Construção e apetrechamento de uma escola T7 na Comuna de Cabiri-Lalama
	Construção e apetrechamento de uma escola de 7 salas de aula na Comuna de Cabiri/Chieto
Luanda	Reabilitação e ampliação da escola nº 1063, Distrito Urbano da Maianga Luanda
Quiçama	Construção de uma escola primária de 7 salas de aula na Comuna de Kixinge
	Construção e apetrechamento de uma escola de 7 salas de aula na Comuna de Cabo Ledo
Talatona	Construção e apetrechamento de uma escola de 7 salas de aula, no Distrito Urbano do Camama (BPC)
	Construção e apetrechamento de uma escola de 7 salas de aula, no Distrito Urbano do Benfica
	Construção de uma escola de 7 salas de aula, no Distrito Urbano de Talatona
	Construção de uma escola de 7 salas de aula, no Distrito Urbano do Mussulo

Fonte: O autor (2022), a partir dos dados do PIIM.

A descentralização das políticas nacionais de educação dos Estados nos municípios de Angola teve enormes resultados positivos. No que tange ao PIIM no setor da educação, como podemos notar no Quadro 4, em Luanda, a autonomia no processo de implementação das políticas de educação reflete-se nos sete municípios e alguns distritos na ação direta das Prefeituras do Estado frente aos déficits sociais. Conforme Demos (1985), desburocratizar não é tarefa propriamente administrativa e jurídica, mas sobretudo política. A construção e apetrechamento, as reformas nas escolas validam que desburocratizar o orçamento é uma das formas eficientes e eficazes de amenizar muitos dos problemas de falta de escolas e vagas, que originam na exclusão de cidadãos fora do sistema de ensino em Angola/Luanda.

O aumento do número de salas de aula é notado como sinais de avanço frente ao problema atual. O MED, GPL e o MESCTI, entidades responsáveis pela implementação e regulamentação das políticas de educação a nível nacional, devem repensar intrinsecamente na descentralização de políticas do setor a partir do GPL e dos ministérios, na participação das Prefeituras terem autonomia de instituir políticas públicas mediante o orçamento que lhes é dado e arrecadado e com foco nos problemas essenciais do município. É preciso desburocratizar o sistema de governação na esfera social. Entretanto, a dependência dos municípios ao GPL e ao MED evidencia haver morosidade na resolução dos problemas de educação. Porém, a autonomia do PIIM permitiu de forma célere a construção de escolas e a inserção de novos candidatos nas escolas, conforme o GPL (2022): “Com a construção de novas infra estruturas no sector da Educação, entre o ano 2021/2022 foram matriculados um total de 1.784.312 alunos em Luanda, segundo o relatório do primeiro trimestre de 2022.”

Segundo Demo (1985), neste sentido, precisamos investir num processo político de extensão e intensidade geracional, que passa inevitavelmente pela educação, pela informação e pela participação. A participação de diversos autores na implementação, formação ou reformulação de um problema público é melhor aplicada. O PIIM, enquanto programa que resultou na aceleração de construção e reabilitação das escolas, demonstra haver um ciclo de políticas públicas que precisa ser reavaliado no cenário estadual e nacional, a citar:

- a) A dependência de construção e reabilitação das escolas por parte do MED, e dos Governos Provinciais (Estadual);
- b) A participação dos municípios na implementação das políticas públicas

formuladas pelo Governo Estadual;

- c) Alteração nas agendas a partir das propostas dos Municípios - “a maior debilidade está nas comunidades”;
- d) Descentralização orçamentária do Governo Estadual nos municípios;
- e) Desburocratização na distribuição orçamentária eficaz e eficiente;
- f) Construção e reabilitação das escolas nos municípios.

Sendo assim, o PIIM, como um dos programas de incentivo e desenvolvimento socioeconômico que gera resultados nos municípios, é extrato de uma política que serve como modelo de implementação de políticas sociais a nível nacional. Porém, outro pressuposto é a qualidade (infraestruturas, meios tecnológicos, estruturas de lazer, alimentação, transporte) que estas escolas podem oferecer aos alunos. O aumento significativo de escolas deve refletir em uma educação de qualidade no processo de ensino e aprendizagem, aquela que consegue causar transformações na sociedade a partir de vários elementos que compõem tal processo, uma escola onde o aluno é transformado e transforma a sociedade por intermédio do conhecimento científico, como se nota nas escolas particulares em Luanda.

De acordo com Moreira (1986), o processo de ensino e aprendizagem é composto por quatro elementos – o professor, o aluno, o conteúdo e as variáveis ambientais (característica da escola) – os quais cooperam no desenvolvimento do ensino e aprendizagem, sendo a escola o lugar onde essas variáveis se conectam. Nesse sentido, essa transformação proporcionada por intermédio da escola em conjunto com as variáveis de ensino e aprendizagem geram impacto positivo na sociedade e na vida dos cidadãos. Estes impactos contribuem positivamente na qualidade da educação e apresentam as vias de melhoria no que se refere à qualidade de educação. Não basta construir escolas e aumentar o número de alunos, é preciso que a qualidade da escola, dos professores, da tecnologia, da biblioteca e o gerenciamento escolar acompanhem esta realidade.

Segundo Oliveira (2009), a qualidade da educação é histórica e esta realidade se alterna no tempo e no espaço. A mudança na educação inicia mediante novos projetos político-pedagógicos das escolas em conjunto com diversas entidades envolvidas, e enquadrar com as políticas do governo frente à educação. Ainda neste ínterim, o autor descreve alguns requisitos que melhoram a condição dos alunos na escola, a partir das políticas (OLIVEIRA, 2009, p. 78):

- A. Acesso e permanência dos alunos na escola;
- B. Condições da oferta de ensino;
- C. Aumento de salário de acordo com a formação continuada e titulação;
- D. Corpo docente pertencente ao quadro efetivo;
- E. Cuidados com a segurança da comunidade escolar;
- F. Dedicção dos não docentes a uma só escola;
- G. Dedicção dos professores a uma só escola;
- H. Diretor eleito e com experiência docente e de gestão;
- I. Existência de bibliotecas e laboratórios;
- J. Existência de carga horária docente disponível para o desenvolvimento das atividades que não sejam de aula;
- K. Gestão e organização do trabalho escolar, formação, profissionalização e ação pedagógica;
- L. Instalações bem conservadas;
- M. Integração da escola com a comunidade local, e existência de conselho escolar ou equivalente atuante;
- N. Motivação para o trabalho;
- O. Participação da comunidade escolar;
- P. Quadro de professores qualificados.

O impacto da desburocratização na distribuição de recursos financeiros do Estado na educação em Luanda aumentou a construção de escolas que correspondem a 159 salas de aulas, 12 reabilitações de escolas e contratação de professores segundo o MED (2020). Além disso, segundo o Ministério da Educação (2020), as construções e o apetrechamento destas escolas permitiu a inserção de mais de 1260 novos alunos nos sistemas escolares em Luanda, novos professores a partir dos concursos públicos, técnicos administrativos e demais funcionários, fato que poderá impactar positivamente nas sociedades e, em especial, nas famílias.

Assim, pode-se considerar que, neste caso, o desenvolvimento das políticas educacionais é fruto de alteração na agenda pública diante dos desafios que o Estado angolano tem com a sociedade. Julga-se que este é um dos caminhos para erradicar as desigualdades no acesso ao sistema de ensino público, diminuindo a transferência de candidatos das escolas públicas nas instituições escolares participadas, visto que há enormes demandas em todo o sistema de ensino.

3.4 ESCOLAS PARTICIPADAS

Sendo a educação um processo planejado e sistematizado de ensino e aprendizagem que visa preparar integralmente o indivíduo, para as exigências da vida individual e coletiva, com vista à construção de uma sociedade democrática, o ensino e a educação de todas as atividades estão sujeitos à análise crítica de todos os agentes educativos e sociais. Aprovado pela Assembleia Nacional, em 12 de agosto

de 2020, e publicado no Diário Oficial da República série nº 123, a escola participada é uma política que o governo implementou para contribuir na subtração das taxas de crianças e não só fora do sistema de ensino público, por falta de vagas suficientes na rede pública de ensino. Diferente das escolas públicas, para que uma escola seja participada, é necessário cumprir alguns requisitos que atendam às exigências do MED, no processo de parceria entre as entidades públicas e privadas, incluindo:

- Apresentar quadro de professores completo em todas as disciplinas, com níveis equiparados à classe (série) que trabalha;
- Estar devidamente legalizado junto ao Ministério da Educação;
- Ser uma escola construída com fundos próprios, ou seja, privada;
- Ter, no mínimo, 12 salas de aula e oferecer estrutura para ministrar aulas conforme o número de estudantes permitido por sala;
- Ter salas capacitadas para albergar todos os candidatos que se propõem a integrar.

Assim, as escolas particulares recebem estes alunos encaminhados pelo Estado a partir da Secretaria Municipal de Educação de cada região, devido à pouca oferta de vagas. Porém, o custo dos discentes é de responsabilidade do Estado, assim como a emissão de certificação dos estudantes. Alguns professores da rede pública são selecionados para trabalhar em algumas escolas do gênero, inibindo o aumento de candidatos fora da escola. A transferência destes candidatos representa para as famílias a segunda oportunidade de inserir seus familiares frequentando as academias e com uma qualidade de ensino melhor, em virtude das instituições privadas que ofertam ensino de maior qualidade.

Portanto, conforme os dados expostos na seção 2.3, a falta de número de vagas suficiente ainda é alarmante, mesmo tendo as escolas participadas como parceiras do governo a nível nacional. A questão a ser analisada no íterim dessa política é o programa de ensino das escolas públicas em comparação com as escolas particulares. As condições de ensino e infraestrutura da rede pública e da rede privada demonstram uma desigualdade total no sistema de ensino e na política de acesso à educação, quando deve prezar em único modelo de ensino público para todos.

Os critérios na seleção e encaminhamento para as escolas participadas representam um ponto crucial, visto que critérios como idade, local de moradia do discente, renda por família e classe (série que o aluno irá frequentar) são

considerados inseridos no processo de encaminhamento dos alunos. Neste intento, questiona-se a qualidade de ensino entre as instituições, em virtude de as escolas privadas apresentarem melhores condições, uma realidade diferente das escolas públicas em Angola. Evidentemente, haverá segregação na formação dos estudantes, uma divisão desproporcional na política pública de educação proveniente do próprio governo. Desta feita, observa-se um contraste no direito à educação de todos, sendo que todos carecem dos mesmos direitos e deveres perante a lei, incluindo a escola como um espaço sociocultural.

Além de ser um dever, deve ser uma missão do governo prover educação de qualidade para todos, sendo este um direito dos cidadãos. A Constituição da Angola (2010), no Art 1º, defende que a “Angola é uma República soberana e independente, baseada na dignidade da pessoa humana e na vontade do povo angolano, que tem como objetivo fundamental a construção de uma sociedade livre, justa, democrática, solidária, de paz, igualdade e progresso social.” Esta igualdade deve refletir na política de acesso ao sistema de ensino no país, um dever que abrange todos que têm o direito de receber uma educação pública com equidade.

Gomes (1999) observa que “[...] a escola é um espaço sócio-cultural em que as diferentes presenças se encontram.” Para Favero (2004, p. 53), “[...] a escola é um espaço privilegiado da preparação para a cidadania e para o pleno desenvolvimento humano.” Na verdade, possibilitar as diferentes presenças na escola é um desafio que o Estado precisa assegurar dentro do PND. De acordo com Castilho (2018), “[...] a escola será um espaço sociocultural, em que as diferentes presenças se encontram, assim como o espaço privilegiado de cidadania, se criarmos condições para tanto.”

Um Estado que preza pela educação busca ferramentas que auxiliam na prevenção dos problemas sociais, tanto é que o ser humano só adquire o pensamento democrático se houver uma boa orientação profissional desde a base. O fortalecimento do sistema de educação é o mecanismo para inibir diversos problemas sociais que se mostram como desafios a ultrapassar nos próximos anos. Portanto, faz-se necessário olhar para a educação como um dos elementos que viabilizam este processo.

O censo populacional realizado em 2014 nos 18 estados evidenciou gradativamente os problemas, as regiões, a necessidade que se deve olhar realmente (INE, 2014). Educar é uma tarefa de todos, mas o autor das políticas educacionais é o Estado – com os seus órgãos auxiliares, porque um modelo de educação que não

atende as necessidades reais é lastimável (Sinprof - Sindicato Nacional dos Professores de Angola). O Ministério da Educação deve direcionar um olhar cauteloso sobre as políticas atuais de ensino, as escolas da comunidade, o ensino nas escolas comparticipadas. Um direito mal cedido não é um direito pleno, o desenvolvimento de Angola depende muito da educação, que transforma, liberta e gera novos resultados, sem o qual não se pode esperar desenvolvimento tão cedo.

Não obstante, a solução do problema público de educação perpassa também pela solução das questões socioeconômicas que estão em paralelo com as questões da educação, como a fome, o transporte, o saneamento básico, a energia elétrica, o emprego, saúde, meio ambiente e tecnologia. Estas questões contribuíram para a entrada dos estudantes e o funcionamento da estrutura de ensino. Toda estrutura educacional é suportada por diversas infraestruturas que permitem aos alunos, professores e demais usuários da instituição desfrutarem uma educação/serviços de qualidade, com os direitos que valorizam o ser humano, ou seja, toda e qualquer estrutura de ensino é suportada por uma rede de infraestrutura. Em continuidade na eminência ao nosso aprofundamento, julgamos relevante abordar as políticas públicas de modo geral e o ensino superior em Angola, rebuscando sua história, o quadro atual e o desenvolvimento, as perspectivas e seu processo de massificação.

3.5 AS POLÍTICAS PÚBLICAS E SUA IMPLEMENTAÇÃO NO SISTEMA DE ENSINO SUPERIOR DE ANGOLA

Qualquer Estado toma suas decisões com base no plano de governo elaborado a fim de gerar resultados assertivos para a sociedade. Estas mesmas decisões são baseadas em uma ou diversas políticas públicas, sejam elas micro ou macro, através da análise de dados concretos, com destino a vários setores, nomeadamente: educação, saúde, cultura, saneamento, turismo, segurança pública, migração, agricultura, meio ambiente, construção civil entre outros, que servem como bússola dos projetos na agenda para melhoria do bem-estar de todos. Entretanto, entender o conceito de políticas públicas é substancial. Secchi (2014, p. 23) define como “[...] uma diretriz para a resolução de um problema público.” Os problemas públicos são questões sociais que afetam um determinado grupo social, impossibilitando-os de exercer suas atividades num curso normal em várias áreas da sociedade.

Uma das características das políticas públicas refere-se à sua aplicação em

todos os setores em que a entidade pública atua, auxiliando os gestores na tomada de decisão diante de qualquer problema de caráter público, referindo que a política pública não garante uma boa formulação de decisão, mas contribui nas chances de assertividade. Secchi (2019) relata que uma boa solução não depende unicamente de uma boa política pública, mas sim de vários fatores como a implementação, o acompanhamento, a avaliação, outros atores da sociedade, a cooperação interna e externa.

Muitas vezes, para resolver um problema genérico, é preciso olhar para um problema específico. Por essa razão, diversas diretrizes são utilizadas para definir com clareza e eficiência uma política pública no processo de elaboração. Elmore (1979) e Berman (1978) defendem que as variáveis não podem ser definidas a priori, mas por etapas. Porém, é importante delimitarmos primeiro os ciclos de uma política pública antes de entendermos sobre o funcionamento da implementação de políticas públicas. Dalfior, Lima e Andrade (2015) consideram que uma política pública é composta por diversas etapas, a citar: 1) construção da agenda; 2) formulação de políticas; 3) processo decisório; 4) implementação de políticas; e 5) avaliação de políticas.

Para contribuir com o entendimento do problema público, debruçaremos sobre a fase de implementação, pois esta é a etapa onde as políticas formuladas se materializam, permitindo sua implementação de modo coerente e eficiente. Lima e D'Ascenzi (2013) defendem que a implementação se refere à execução das decisões adotadas na etapa prévia, assim dizendo à execução das atividades com a finalidade de obter as metas estipuladas no plano de governação.

Desta maneira, convém apresentarmos as fases de implementação. Alguns autores, como Howlett e Ramesh (1995), Van Meter e Van Horn (1996) e Sabatier e Mazmanian (1996), apresentam as fases do processo de implementação de políticas públicas, incluindo: i) a natureza do problema-alvo da política, identificação da origem do mesmo, sendo este um fator crucial para entender de que forma lidar com a situação, bem como os alvos que este problema pode atingir; ii) as variáveis normativas, as propostas de soluções, que devem estar dentro das normas estabelecidas; a previsão e a disponibilidade financeira para a execução da política; iii) o contexto social, o qual refere-se ao apoio da política pela sociedade e demais interessados nela; e iv) a organização do aparato administrativo, como a disponibilidade e qualidade dos recursos humanos e da estrutura organizacional

(LIMA; D'ASCENZI, 2013). Estes ciclos permitem a materialização da política em todas as áreas da sociedade.

Na educação, ela é fundamental e permite delimitar a ação do Estado nos eixos do sistema e subsistemas de educação que apresentam fragilidades de diversos níveis, especificamente no subsistema do ES. Observa-se que a política educacional de Portugal em Angola fragilizou as estruturas econômicas e sociais devido à privação e limitação de angolanos na academia, um reflexo do poder da política pública na sociedade, fato que levou Angola a optar por novas políticas de expansão do ES a nível nacional e tornou a educação uma política de Estado com o intuito de acelerar o desenvolvimento local.

Quando se olha para a Constituição da República de Angola de 2010, observa-se que a política de educação no ES no país é tratada como uma temática de Estado, o MESCTI como formador destas políticas busca, em conjunto com as ações colaborativas de diversos atores da sociedade, entender que ambos são parte do cenário social e econômico, os quais podem articular melhor os projetos educacionais em todo o sistema.

4 ENSINO SUPERIOR EM ANGOLA: HISTÓRIA, PERSPECTIVAS E DESAFIOS

Esta etapa da pesquisa tem como fundamento o conceito do ES, além dos contextos históricos do ensino superior em Angola, seu surgimento e o processo de desenvolvimento da educação nesta esfera, com o propósito de entendermos a situação anterior e o quadro atual do ES em Angola. Dentro das suas perspectivas e desafios a se alcançar, a partir do plano de governação do país e seus objetivos, apresentamos as instituições de ES público a partir do processo de desenvolvimento e expansão a nível nacional.

Entender o conceito de ES é primordial para situarmos a nossa abordagem em consonância com a temática em questão, visto que o subsistema do ensino superior apresenta algumas características diferentes de outros subsistemas. Logo, enunciar o conceito segundo o subsistema é relevante. Em relação à universidade, Cerqueira (2003, p. 12) reputa como:

[...] uma instituição em que, por um lado, o conhecimento produzido é socializado, sem se reduzir à sua mera reprodução por parte do estudante, e, por outro, a investigação, enquanto ato de construir o conhecimento novo, tem em vista o seu benefício social, buscando e sugerindo caminhos de transformação para a sociedade.

Varela (2013, p. 16) apresenta diversos elementos-chave que caracterizam uma universidade:

A Universidade não é um estabelecimento qualquer, mas uma entidade (em regra, uma instituição) que se posiciona no mais alto nível do subsistema de ensino superior e, por consequência, do sistema educativo; Não é uma mera transmissora do saber ou da ciência mas é, também, e primordialmente, produtora do conhecimento científico; Não se limita à transmissão do saber, isto é, ao ensino, mas este associa-se à investigação; As funções de ensino e de investigação não são funções estanques ou fins em si, mas, antes, devem propiciar a promoção da cultura, assim como o desenvolvimento de capacidades de análise crítica, inovação, desenvolvimento experimental e de inserção na vida ativa.

O Ensino Superior em Angola não é recente, porém o tardio surgimento deve-se a vários fatores que contribuíram no atraso da implementação de universidades em Angola, sejam elas públicas ou privadas. Historicamente, devido à guerra, o país tornou-se independente de Portugal em 11 de novembro de 1975. Antes dessa data, Angola era província ultramarina de Portugal, proclamada pelo seu primeiro presidente

considerado fundador da nação, Dr. António Agostinho Neto. Com a colonização, contribuiu no retrocesso do desenvolvimento do país se comparado a outros países do continente africano, como a África do Sul, Namíbia e Egito. Segundo Silva (2004, p. 151):

A universidade em Angola tem uma história relativamente recente, comparativamente à de outras universidades em África, mas passou a ser, desde o seu início, uma instituição indissolúvelmente ligada à história e ao desenvolvimento do país. O seu próprio surgimento abrupto e toda a sua evolução conturbada produziram-se sob a consideração de políticas sociais que tinham como fundamento traduzir a ideia de desenvolvimento embora nem sempre o seu papel real fosse dessa prova.

A ideia do surgimento de universidades em Angola começou de forma setorizada, não permitindo o acesso a todos os angolanos, o que nos remete a um panorama antigo das dificuldades dos cidadãos na universidade desde 1975. Kandingi (2016) citado por Brás (2019) indica que, em algumas áreas rurais ou periféricas, os missionários católicos e protestantes administravam um ensino que servia de instrumento à missão evangelizadora, cujo objetivo era o de formar uma classe de quadros africanos, dando início às relações entre as instituições religiosas com o Estado na educação. Segundo Carvalho (2014), a Igreja Católica havia criado, em 1962, o Instituto Pio XII, com formação em Assistência Social, um claro contributo na formação e ensino no país.

Para Brás (2019, p. 91), o ensino superior teve seu surgimento em Angola como consequência das “[...] revoltas político-sociais que atingiram os territórios africanos e portugueses, anos 60 do século XX.” Outrossim, uma verdadeira luta pela educação, sem o qual não se via alternativas para o desenvolvimento que o Estado angolano mirava na época. Por outro lado, a revolta em questão deve-se ao fato de Portugal, na época colonial, ver Angola apenas como polo de exploração comercial de recursos minerais, sem velar pela educação no ensino superior, e limitando o acesso ao sistema de ensino até a 4ª série, o que resultou em pressão social no que se refere aos aspectos acadêmicos. Silva (2004) afirma que o ensino superior em Angola é resultado da crescente pressão das populações de Angola que almejavam pela independência do país, como pressuposto ao direito pelo ensino a todos os níveis.

Sendo assim, deu-se início à implementação e desenvolvimento do ensino superior em Angola, de modo a materializar os objetivos que os angolanos almejavam. O processo de efetivação e desenvolvimento das políticas de educação no ensino

superior surgem no ano de 1962, com a composição dos Estatutos Gerais Universitários (EGU), criados através do Decreto-Lei nº 44.530, de 21 de agosto, que posteriormente evoluiu e adquiriu o estatuto de universidades mediante o Decreto-Lei nº 48/09, de 23 de dezembro de 1968, adotando a designação de Universidade de Luanda (SILVA, 2004; BRÁS, 2019).

Segundo Crespo (1993, p. 73), “[...] os Estatutos gerais universitários são sociedade, procurando desenvolver-se em estreita articulação com as necessidades locais, comprometido com o serviço comunitário.” Além da crescente pressão social que resultou na origem do ES em Angola, outros fatores contribuíram no feito tanto a nível interno como externo. Como Silva (2004, p. 152) afirma, internamente, “[...] a burguesia colonial desejava que os seus filhos continuassem os estudos superiores sem terem de abandonar o território [...]”, pelo que exigia insistentemente a criação de uma universidade. Verifica-se que:

[...] a inexistência de ensino superior nas antigas colónias portuguesas numa fase em que se considerava haver já um certo desenvolvimento social, económico e cultural (provocado até pela intensificação da exploração dos recursos, o que exigia a instalação de infra-estrutura e tecno estrutura adequada) fazia com que a formação superior no exterior fosse a única possibilidade de continuação dos estudos, o que originava bastantes reclamações de uma crescente população estudantil oriunda da burguesia colonial, que exigia soluções alternativas à ida para Portugal para dar continuidade aos estudos liceais com o objetivo de conseguir uma licenciatura. (SILVA, 2004, p. 157).

Externamente, a descolonização de várias colônias portuguesas em 1957 permitiu denúncias a entidades internacionais, como a ONU e organizações africanas, para que Portugal concedesse independência às suas colônias, e os direitos que o mesmo buscava, inclusive na educação. A escolarização em Angola não foi um ato dado, mas sim conquistado, fruto de enormes reivindicações e prepotência ao regime colonial que muito tardava e limitava os angolanos de aceder ao ensino superior (SILVA, 2004).

Sendo assim, considera-se que este fato contribuiu para o desenvolvimento do país neste período, e mesmo após implementado o ES em Angola, o acesso segregou, tanto na questão de raça quanto de gênero. Carvalho (2014) reitera que, antes da conquista da independência, o ES demonstrava características centralizadas, e afirma em relação às dificuldades de acesso (tópico que abordaremos com mais detalhes no decorrer da pesquisa) à universidade desde o tempo colonial:

[...] destinava-se somente a quem integrava as camadas superiores da hierarquia social, podendo mesmo dizer-se que, nos primeiros anos de implantação em Angola, era difícil que alguém pertencente às camadas médias da hierarquia social tivesse acesso ao Ensino Superior. O local de nascimento, o local de residência e a posição social determinavam claramente o acesso a este nível de ensino, que reproduzia para as gerações seguintes a estratificação social de Angola colonial. (CARVALHO, 2014, p. 3).

Ainda neste ínterim, Silva (2004) fundamenta que, devido ao crescimento populacional, alguns estudantes se deslocaram a Portugal para dar sequência aos estudos, de modo a conseguirem o grau de licenciatura. Porém, esse deslocamento estava ao alcance da minoria, que era beneficiada mediante o apoio do Estado ou das Igrejas, fato que não assegurava o seu retorno à Angola, que se encontrava em franco subdesenvolvimento, arriscando prestarem seus serviços definitivamente na Europa.

Sendo assim, em 1975, ano da independência, fruto de enormes lutas, inicia o processo de implementação de novas políticas nacionais que visavam o melhoramento da qualidade de vida dos cidadãos, políticas educacionais no ES e reformas institucionais no ES. Para Carvalho (2014), Angola adota a reforma no ensino superior, tornando-se um dos subsistemas do sistema de educação, o que não existia anteriormente. Assim, durante este período (1975), a Universidade de Luanda passou a denominar-se Universidade de Angola, de caráter pública, e em 1985, foi renomeada Universidade António Agostinho Neto, em homenagem ao primeiro reitor e Presidente de Angola. Nesse sentido, Moura (2013, p. 30) afirma que atribui esse mérito à sua “[...] liderança durante o difícil período da escravidão, quando a ignorância, o preconceito, o dogma e o oportunismo ameaçavam a continuidade da Instituição.”

Com isso, inicia-se o processo de desenvolvimento da universidade. Nesse mesmo ano, a UAN foi fragmentada em sete universidades regionais, funcionando em Luanda e na província do Bengo, enquanto as faculdades, institutos e escolas superiores localizados nas demais províncias passaram a ficar afetos às demais seis novas universidades estatais, em Benguela, Cabinda, Dundo, Huambo, Lubango e Uíge (SILVA, 2004).

O processo de expansão dos cursos no ES nas distintas áreas corroborou no desenvolvimento e alargamento de cursos a demais províncias do país, permitindo o acesso em diversas áreas do saber (NGULUVE, 2019). Com a fixação da reitoria em Luanda (1965), os cursos de Silvicultura, Medicina Veterinária e Agronomia

funcionaram na província do Huambo, antiga Nova Lisboa; o curso de Ciências Pedagógicas na província da Huíla, cidade de Lubango, antiga Sá da Bandeira; os cursos de Medicina e Engenharia na província de Luanda, os quais foram implementados conforme as necessidades de cada região e potencial econômico (SERRÃO, 1983; SILVA, 2016).

Além dessas universidades, no ano de 2009 surge com maior abrangência o ES em Angola. Nesse período, iniciou-se a política de expansão de ingresso na escola em nível nacional, na perspectiva de garantir o acesso universal ao ensino superior. Entre as 18 províncias pertencentes a Angola, em 14 foram construídas instituições universitárias, entre uma ou duas universidades com diversas áreas de estudo. Este procedimento contribuiu para a oferta de diferentes especializações e acesso à universidade. Segundo Moura (2013), o maior eixo de expansão do ES em Angola deu-se por via das possibilidades legais para a abertura da educação superior pública e privada, abrindo margens para a inserção de angolanos na universidade.

No entanto, a pouca oferta de vagas nestes Estados desde 2009 era ainda inferior em relação ao número de candidatos inscritos, o que caracterizava uma política não abrangente, evidenciando enormes desafios a se atingir no ES.

Apesar da política de expansão e desenvolvimento do ES público, Angola ainda se apresenta num quadro com enormes desafios a vencer. Internamente, observa-se que a falta de um plano nacional de acesso ao sistema de ensino público compromete a perspectiva do Estado diante dos desafios que surgem no ES, como, por exemplo, o PDN 2018-2022. No que tange às universidades públicas, constata-se a plena centralização das universidades e seus respectivos polos na maior parte na capital do país, sugerindo a necessidade de massificação do plano de acesso a todos. As políticas formuladas até 2023 estão aquém da realidade que o país busca através da educação, o aumento dos índices sociais internos e externos, o desenvolvimento socioeconômico, a erradicação da pobreza, entre outros. Sendo assim, observando as instituições devido ao aumento de universidades, surgiram também algumas necessidades internas, como recursos diversos, implementação de políticas internas, melhoria nas estruturas e acervo para pesquisa.

Este fato deve ser analisado a partir de um olhar na descentralização das políticas de acesso por parte do MESCTI, a disponibilidade orçamentária no ES público, visto que, em Angola, a educação tem como fonte de recurso o Estado por intermédio do OGE, sem entidades financiadoras no ES. Entretanto, a política, a

estrutura e o orçamento formam um tripé que podem contribuir para o desenvolvimento do país e do ES público se estiverem alinhados. Para Friedman e Friedman (1980, p. 34), “[...] os governos que disponibilizam serviços de educação superior aos seus cidadãos criam mais benefícios sociais à estrutura socioeconómica, no seu todo.” Neste sentido, entende-se a ótica da criação e expansão de universidades em Angola por parte do governo tendo como referência as primeiras universidades públicas em questão, visto que, entre 1962 até 2012, foram as únicas universidades públicas de Angola, como mostra o Quadro 5, bem como sua evolução (Quadro 5).

Quadro 5 – Instituições públicas de Ensino Superior em Angola

Regiões Acadêmicas	Nº	Designação	Ano de criação	Localização
I	1	Universidade Agostinho Neto	1962	Luanda
	2	Instituto Superior de Serviço Social	2009	Luanda
	3	Instituto Superior de Tecnologia de Informação e Comunicação	2012	Luanda
	4	Instituto Superior de Artes	2009	Luanda
	5	Instituto Superior de Educação Física e Desportos	2013	Luanda
	6	Instituto Superior de Ciências da Comunicação	2009	Luanda
	7	Instituto Superior Ciências da Educação	2009a	Luanda
	8	Escola Superior Pedagógica do Bengo	2009	Bengo
II	9	Universidade Katyavala Buila	2009	Benguela, Cuanza Sul
	10	Instituto Superior Politécnico do Cuanza Sul	2009	Sumbe
	11	Instituto Superior de Petróleos	2009	Sumbe
III	12	Universidade 11 de Novembro	2009	Cabinda, Zaire
IV	13	Universidade Lueji A´Nkonde	2009	Malange, Lunda Norte, Lunda Sul
	14	Escola Superior Politécnica de Malanje	2009	Malange
	15	Instituto Superior Politécnico de Malanje	2009	Malanje
	16	Escola Superior Pedagógica da Luanda Sul	2009	Lunda Sul
	17	Instituto Superior Técnico Agro Alimentar de Malanje	2009	Malange
V	18	Universidade Eduardo dos Santos	2009	Huambo, Bié, Moxico
	19	Instituto Superior de Ciências de Educação do Huambo	2009a	Huambo
	20	Escola Superior Pedagógica do Bié	2009	Bié

	21	Universidade Mamdume ya Ndemofaio	2009	Huíla, Namibe
	22	Instituto Superior de Pescas	2009	Namibe
	23	Instituto Superior de Ciências da Educação da Huíla	2009	Lubango
VII	24	Universidade Kimpa Vita	2009	Uíge, Kwanza-Norte
	25	Escola Superior Pedagógica do Cuanza Norte	2009	Ndalatando
	26	Instituto Superior Politécnico Cuanza Norte	2009	Ndalatando
	27	Instituto Superior de Ciências de Educação do Uíge	2009a	Uíge
	28	Academia de Ciências de Saúde		
VIII	29	Universidade Cuito Cuanavale	2009	Cunene, Cuando Cubango

Fonte: Brás (2018).

O ano de 2009 é conhecido como o período de crescimento no ES público, momento em que o Estado angolano expande as universidades em várias províncias (Estados), com a crescente demanda de jovens no ES, visando contribuir com a aceleração de novas universidades, institutos superiores, escola superior, favorecendo a entrada no ES em maior escala nacional. Ainda neste ínterim, podemos observar o processo de evolução do ES em Angola segundo a análise de Mendes (2013) (Quadro 6).

Quadro 6 – Síntese da evolução do Ensino Superior em Angola 1964-2012

Período	Instituições	Traços revelantes
1962-1968	Estudos Gerais Universitários (Decreto-lei nº 44530, de 21 de agosto)	Integrado na Universidade Portuguesa; gestão centralizada; nomeação dos reitores; cursos reduzidos; em apenas três cidades – Luanda, Huambo e Lubango.
1968 - 1976	Universidade de Luanda (Decreto-lei nº 48790, de 23 de dezembro)	Integrado no Ministério da Educação e Cultura (MEC); criação do lugar de Diretor Central do Ensino Superior; caráter hierarquizante, antidemocrático e imobilista do ensino; reconversão dos Institutos Industriais em Escolas Superiores de Tecnologia (Institutos Superiores); criação de três núcleos universitários; gestão centralizada (Luanda); tentativa de descentralização dos núcleos universitários.
1976-1985	Universidade de Angola (Portaria nº 77-A/76 de 28 de Setembro)	Recentralização da universidade; massificação do ES; primeira explosão escolar; integração do Instituto de Investigação Científica de Angola na Universidade; extinção do lugar de Diretor-geral do ES; insuficiência de quadros; contratação de docentes estrangeiros; excessiva dependência externa; realização do primeiro Conselho Universitário.
1985-2009	Universidade Agostinho Neto (Resolução nº 1/85, de 28 de janeiro)	Consolidação estrutural e orgânica; crise institucional (instabilidade política, social e económica); êxodo do corpo docente e técnicos diferenciados; paralisação da investigação; primeira avaliação externa; expansão universitária; instauração do exercício democrático; fim da hegemonia (criação da primeira universidade privada); primeira avaliação interna; autonomização da Universidade Agostinho Neto (UAN); nomeação do Vice-Ministro do ES; Autonomização do ES (Secretaria de Estado para o Ensino Superior - SEES); criação do Gabinete de Apoio do Ensino Superior (GAA ESS); recolha da democracia; nomeação direta dos titulares de cargo de direção; integração ES no Ministério do Ensino Superior Ciência e Tecnologia (MESCT).
2009-2012	Universidade Agostinho Neto (Decreto nº 5/09, de 7 de abril e Decreto nº 7/09, de 12 de maio)	Redimensionamento da UAN; regionalização do ES; expansão nacional do ES; restrição da UAN a duas províncias; criação de mais seis universidades públicas; criação do Instituto Nacional de Avaliação, Acreditação de Estudos Superiores INAAES, inauguração do primeiro campus universitário; ⁸ e transformação do INAAES em Instituto Nacional de Avaliação, Acreditação e Reconhecimento de Estudos do ES.

Fonte: Mendes (2013, p. 39).

Porém, o maior entrave neste período ainda se apresentava pelos fatores orçamentário, qualidade e quantidade de docentes, sendo o orçamentário resultante na contratação de professores, bolsa aos pesquisadores, estrutura universitária que possibilite a realização de pesquisas no ES que cada curso carece. Em suma, se uma política pública não é abrangente de forma equânime, precisa ser reformulada ou corrigida, gerando melhorias em relação às perspectivas esperadas no futuro.

Assim, entende-se que é urgente que o Estado, no rol de suas políticas públicas, reavalie a questão orçamentária no ES para permitir resultados mais expressivos na universidade, de forma a contribuir com a redução dos problemas de Angola. Paralelamente ao déficit orçamentário, o país se depara com a falta de docentes prontos para atuar em diversas áreas. Segundo o MESCTI (2019, p. 3), apontado no anuário estatístico, as 85 IES contam com 19.381 funcionários, dos quais 11.433 são docentes (4.613 nas IES públicas e 6.820 nas IES privadas) e 7.948 são técnicos administrativos (3.905 nas IES públicas e 4.043 nas IES privadas).

A falta de quadros especialistas dificultou o início de vários cursos dentro das universidades públicas, levando o Estado a repensar o modelo de expansão. Alguns professores da rede pública foram designados a assumir novas turmas e laboratórios a fim de cobrir a falta de docentes em 2009, uma clara falha na implementação de políticas públicas de educação no ES. Para Correia Filho *et al.* (2020, p. 4), “[...] a massificação institucional ocorreu sem ter em conta um planejamento adequado que conduzisse ao aumento gradual e proporcional de recursos humanos, financeiros e físicos para lidar com a nova realidade.”

Para Mendes (2013), que faz um estudo sobre a avaliação da qualidade e educação superior em Angola, com o caso focado na Universidade Agostinho Neto, o processo de evolução e expansão do ES em Angola acarretou na maior problemática desta política pública, a “escassez de docentes” para as universidades de cunho público, além da abertura de diversas IES privadas neste período, que favoreceu a contratação de docentes das universidades públicas com a finalidade de colaborarem no setor privado. Mendes (2013, p. 34) aponta ainda que:

A multiplicação de IES privadas foi exercendo influência no contexto de intervenção das IES públicas, simultaneamente em dois sentidos: como fator de moderação da pressão sobre as IES públicas e como fator de pressão sobre o corpo docente afeto às mesmas instituições.

Toda estrutura é suportada por infraestruturas e recursos humanos que sustentam e justificam as funções e finalidades que todas as universidades representam. A universidade é uma instituição educativa que visa o permanente exercício da crítica, que se sustenta na investigação, no ensino e na extensão (BRÁS, 2018, p. 97). Este exercício só é possível por intermédio de quadros qualificados, recursos financeiros cabíveis, estruturas adequadas e um gerenciamento eficiente. Este feito faz-se necessário de modo a alinhar-se com os objetivos do ES em Angola, nos termos do artigo 4º do Decreto nº 90/09, de 15 de dezembro, que estabelece as normas gerais reguladoras do subsistema do ES, conforme descrito:

- a) Preparar quadros com formação científico-técnica e cultural, em ramos ou especialidades correspondentes a áreas diferenciadas do conhecimento;
- b) Realizar a formação em estreita ligação com a investigação científica para a solução dos problemas postos em cada momento pelo desenvolvimento do país e inserida no quadro de progresso da ciência, da técnica e da tecnologia;

- c) Preparar e assegurar o exercício da reflexão crítica e da participação na produção;
- d) Realizar cursos de graduação e pós-graduação ou especialização para superação científica e técnica dos quadros de alto nível superior;
- e) Promover a pesquisa e a divulgação dos seus resultados para o enriquecimento e o desenvolvimento multifacetado do país;
- f) Promover ações que contribuam para o desenvolvimento das comunidades em que as instituições estão inseridas.

Alinhar os objetivos entre o estado e as universidades é um percurso que ajudará na expansão e desenvolvimento do ES público e os quadros advindos das mesmas em uma engrenagem que possibilitará a conquista dos desafios no ES público.

4.1 PERSPECTIVAS E DESAFIOS

De forma abrangente, nota-se que há enormes desafios no sistema de educação em Angola, como descrito no Quadro 7. Alinhar os desafios junto às perspectivas é um objetivo a se alcançar para a melhoria da educação em todos os níveis, portanto, no que tange ao subsistema do ES público, não é diferente. Observa-se que os desafios no âmbito da educação no ES em Angola estão interligados com os desafios do país. Para Brás (2018, p. 99), é necessário que estejam interligados, visto que almejar o desenvolvimento de um país exige repensar na forma de governação, ajustar as políticas públicas, melhorar o plano de intervenção, investimentos robustos nas ciências, priorizar a educação como fator primordial e uma governação participativa. As perspectivas estão ligadas ao plano a se alcançar, em contrapartida, os desafios apontam para a realidade. Sendo assim, de acordo como (PND)⁸, podemos elencar as perspectivas de Angola no ES:

⁸ O Plano de Desenvolvimento Nacional (PDN) 2018-2022 constitui o segundo exercício de planejamento de médio prazo realizado no âmbito do Sistema Nacional de Planejamento em vigor, na sequência do Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) 2013-2017, e visa a promoção do desenvolvimento socioeconômico e territorial do país. É complementares entre si, contendo objetivos, metas a alcançar até 2022, ações prioritárias (atividades ou projetos), bem como responsáveis designados, visando concretizar as políticas e os objetivos estratégicos do plano. (ANGOLA, 2018).

Quadro 7 – Perspectivas de desenvolvimento da educação superior em Angola

Política	Educação e Ensino Superior
Desenvolvimento local e combate à pobreza	Formação e Gestão do Pessoal Docente
Proteção e Promoção dos Direitos da Criança	Desenvolvimento da Educação Pré-escolar
Promoção do Gênero e Empoderamento da Mulher	Melhoria da Qualidade e Desenvolvimento do Ensino Primário
Valorização da Família e Reforço das Competências Familiares	Desenvolvimento do Ensino Secundário Geral
Desenvolvimento Integral da Juventude	Melhoria e Desenvolvimento do Ensino Técnico-profissional
	Intensificação da Alfabetização e da Educação de Jovens e Adultos
	Melhoria da Qualidade do Ensino Superior e Desenvolvimento da Investigação Científica e Tecnológica
	Ação Social, Saúde e Desporto Escolar

Fonte: O autor (2023), a partir do Plano Nacional de desenvolvimento (2018-2022).

Espera-se que as implementações das políticas descritas no Quadro 7 contribuam no desenvolvimento do ensino em Angola, com foco no ES, visto que ainda há enormes fases a serem alcançadas na educação. Por outro lado, observam-se os desafios a serem melhorados no que se refere ao subsistema de ensino superior público. Analisando o quadro acima, identifica-se que as perspectivas poderão se confrontar com diversos entraves que as IES públicas enfrentam no cotidiano em virtude da exclusiva autonomia do governo (MESCTI)⁹ na formação e implementação de políticas educacionais neste subsistema. Portanto, há vários fatores que contribuem para a falta de crescimento e desenvolvimento do ensino superior, os quais devem ser destacados:

- a) A centralização das políticas educacionais pelo Estado;
- b) A falta de bolsas de estudos, alimentação para discentes que estudam em tempo integral;
- c) A falta de expansão das Universidades a todas as regiões do país, em especial nos municípios com poucos recursos financeiros;

⁹ Neste sentido, compreende-se que o MESCTI, como entidade formadora e implementador de políticas no ES, crie as mesmas em consonância com as secretarias estaduais de educação de cada Estado. Este processo evitará a descentralização de diversos processos e aplicação das políticas. A título de exemplo, temos o INAGBE, o único Instituto que concebe todas as bolsas de estudos internas e externas das IES públicas, quando se sugere que esta política deveria ser feita a partir das universidades mediante recursos disponibilizados pelo governo nos Estados. Esta decomposição poderá ocorrer para: contratação direta de professores; abertura de concurso público interno; criação de políticas internas, entre outros. Entrando em acordo com o Decreto Presidencial nº 310/20, de 7 de dezembro, no Artigo 7º, que vela acerca dos princípios do ES, na qual a autonomia das instituições se assenta no conjunto de princípios.

- d) A falta de um plano nacional de acesso ao ensino superior;
- e) Evasão de discentes devido a fatores internos e externos que dificultam a permanência dos alunos na universidade;
- f) Exclusividade de trabalho dos docentes nas universidades públicas;
- g) Formação dos discentes no tempo estabelecido pela grade curricular;
- h) Oferta de cursos de especialização na pós-graduação (mestrado, doutorado, pós-doutorado);
- i) Orçamento público destinado ao ensino superior, e a dependência do OGE para o desenvolvimento de pesquisas;
- j) Pesquisa, investigação no ensino superior, escassez de centros de pesquisa dentro das Universidades;
- k) Publicações científicas das universidades e dos alunos, tanto no cenário interno como externo;
- l) Recursos humanos, tais como professores titulares, assistentes e técnicos administrativos em todo o subsistema.

Os desafios a serem superados no ES estão concatenados com os desafios das Universidades em Angola, que é o nosso objeto de estudo. Porém, dentro desta universidade, o principal desafio externo é o acesso, e, internamente, há os desafios financeiros, visto que a dependência do OGE para o desenvolvimento de pesquisa limita as pesquisas (internas e externas) e a falta de recursos cabíveis à universidade é um fator que reduz a qualidade do ensino, investigação e demais produções científicas.

Atualmente, o resultado da baixa qualidade do ensino contribui no retrocesso de desenvolvimento do país, tal qual no futuro, e um futuro desprovido de universidade com qualidade é inconcebível para os jovens. Para Zeleza e Olukoshi (2004, p. 617), “[...] não é possível construir o desenvolvimento sustentável sem grandes investimentos na investigação avançada e na aprendizagem como acontece em qualquer país ou região do mundo.” Por este motivo, os desafios da Educação Superior descritos anteriormente precisam ser ultrapassados, sendo este um esforço inevitável.

Por outro lado, observa-se um contraste entre a oferta e a demanda, justificando a urgência de pesquisarmos sobre as políticas de acesso ao ES em Angola. É relevante pensarmos em um modelo de acesso que não exclui, mas sim que inclui, sendo que a educação é um direito de todos, e a exclusão reflete em muitos

danos sociais no país. Por essa razão, pesquisar a respeito de como se dá o processo de entrada no ES público é importante, na iminência de entendermos as dificuldades e os fatores que contribuem na desigualdade de angolanos na universidade a partir de várias perspectivas, com o intuito de propormos alternativas que possam contribuir no problema público em questão.

Importa-nos referir que os desafios e as perspectivas não estão culminados, mas espera-se que, no desfecho desta pesquisa, se apresentem de forma integral inseridas nas políticas públicas de educação, sendo o nosso objeto de estudo. Assim sendo, discutiremos o acesso em Angola numa perspectiva histórica na era colonial e pós-colonial (1964 até 2019) para compreendermos o contexto histórico e contemporâneo da educação no ES, tal como o processo de massificação deste subsistema como política de Estado.

5 INCENTIVO DO ENSINO SUPERIOR EM ANGOLA

Este capítulo visa analisar o processo histórico de massificação do ES em Angola, a partir do contexto passado, de maneira a compreendermos as debilidades, razões, facilidades e motivos que contribuíram nesta esfera para o desenvolvimento do ES, o surgimento de diversas instituições de ES entre os anos de 1962 a 1975, 1976 a 1991 e 1992 até 2019, observando os objetivos do ES na era colonial e a história da política educacional de Angola. A análise do crescimento do ensino superior em Angola será realizada considerando estes períodos. O primeiro período (1964 a 1975) marcou o início do ensino superior em Angola e a difusão dos currículos escolares por todo o país. O segundo período buscava a reestruturação do ES. Por fim, o período de 1992 a 2019 aponta para a criação de IES privadas com o desígnio de desenvolver o acesso em diversas dimensões onde não havia universidade, e mudanças na gestão da universidade.

5.1 O ENSINO SUPERIOR COMO POLÍTICA EDUCACIONAL

Tornado como uma política pública após o processo colonial, de lá para cá, Angola enfrentou a questão do aumento e do acesso ao ensino superior. Portanto, é relevante entendermos como diversos autores conceituam o assunto. Segundo Filho, Aleaga e Sacomboio (2020, p. 4), “[...] a massificação desse subsistema de ensino foi constituída como uma política pública com avanços e retrocessos, causando várias consequências negativas e positivas [...]” e gerando enormes desafios no Estado. Para Mohamedbhai (2008), citado por Filho *et al.* (2020, p. 3), “[...] a massificação é um fenômeno global resultante da democratização da educação e do advento da economia do conhecimento e da globalização.” Scott (1995) conceitua como o aumento de candidatos no Ensino Superior.

Neste sentido, torna-se necessário entendermos o processo de crescimento do ES em Angola na perspectiva histórica. Na ótica de Filho *et al.* (2020), esta etapa se encontra conectada com o passado e o surgimento do ES em África, em especial em Angola devido ao objetivo de desenvolvimento que o país buscava após a independência. Nesta perspectiva, a UNESCO (1999) argumenta que o ES no Continente se caracterizou por três etapas: a fase da universidade como símbolo de soberania, na qual os países do continente africano delimitaram a educação como

fator primordial de desenvolvimento social, econômico e cultural; a fase da expansão, que entendiam como ser primordial a formação de quadros de modo a impactar no bem-estar da população; e a fase da crise, em que o ensino superior constituiu um fardo excessivo em termos de custos e em termos de rácio-professor-aluno e pessoal não docente.

A este respeito, Makosso (2009) citado por Filho *et al.* (2020) apresenta quatro estágios do ES em África: o primeiro consistia na africanização dos postos dos professores e investigadores; o segundo ressalta a expansão e multiplicação dos estabelecimentos de ensino; o terceiro trata da elaboração dos quadros estatutários e, por último, a criação de órgãos destinados a orientar as políticas nacionais.

Katúmua (2016) analisa o período de 1962 a 1975 no contexto de Angola e o considera como uma fase importante para a compreensão da trajetória histórica do ensino superior a nível nacional. O autor refere que este período marca o início do ES em Angola, bem como a distribuição da oferta nacional, que corresponde ao início dos estudos gerais universitários, sustentado pelo Decreto-Lei nº 44530, de 21 de agosto. Não obstante à criação de um dispositivo legal de forma a regulamentar o início do crescimento do ES em Angola, Filho *et al.* (2020, p. 20) relata que: “Apesar disso, no período de 1962-1975, não se encontram muitos registros documentais que indiquem o aumento [...]”, visto que, nesta época, o ensino superior era destinado particularmente à classe burguesa, tornando-o exclusivo para algumas pessoas.

De acordo com Filho (2019), essa discriminação fez com que o ensino superior se limitasse aos moradores das zonas litorâneas e dos centros metropolitanos com maior concentração de colonos. Para Coimbra e Gomes Junior (2013), a política educacional servia principalmente ao bem-estar da aristocracia portuguesa que dominava todos os setores da sociedade. Com isto, entende-se que na ideologia portuguesa que reinava em Angola, havia um consenso de que o ES não é relevante para os nativos.

A Tabela 2 descreve com maior detalhe a comparação entre o número de professores em relação à quantidade de alunos nesta época, evidenciando o acréscimo de estudantes como parcela maior se comparada ao número de professores no ES entre os anos de 1964 até 1975.

Tabela 2 – Comparativo de estudantes e professores na era colonial

Ano	1964	1965	1966	1967	1968	1969	1970	1971	1972	1973	1974
Professores	38	38	38	77	84	123	160	232	273	274	274
Estudantes	531	584	706	989	1252	1784	2369	2668	-	-	4176

Fonte: Anuário Estatístico Ultramarino (1961-1974).

Em 1964, as províncias (Estados) ultramarinas recrutaram 38 professores e 531 alunos, então, 10 anos depois, 4176 com 274 professores. Portanto, já no governo provisório formado por três movimentos de libertação às vésperas da descolonização, houve uma tentativa de popularização em Angola em 1975. Com o fim do processo colonial, no ano de 1975, este número baixou significativamente em cerca de 73,4%. No ano de 1977, o contingente estudantil era de 1.109 estudantes (CARVALHO, 2013).

A então única Universidade de Luanda dá lugar a três universidades próprias com autonomia, ou seja, Universidade de Luanda, Universidade do Huambo e a Universidade do Lubango. A formação universitária em Angola visava formar profissionais que pudessem responder de imediato às necessidades do país, principalmente portuguesa (KATÚMUA, 2016). Segundo Filho *et al.* (2020), infelizmente, este projeto não teve continuidade devido a alguns problemas de infraestrutura, condições do quadro técnico, condições materiais e, fundamentalmente, a situação política do país imediatamente após a Declaração de Independência no dia 11 de novembro de 1975. Em suma, nesta fase, esta foi apenas uma tentativa devido a uma série de restrições impostas pelo sistema colonial, a popularização sobre o acesso ao ensino superior e a falta de legislação e documentação para apoiar esta etapa.

5.2 ENSINO SUPERIOR EM 1975

O plano de expansão da UAN, enquanto única universidade pública de Angola desde 1975, foi produto de diversos estudos. Entre eles, Silva (2004) considera que, após o seu surgimento em 1975 e as tratativas do processo de desenvolvimento, a UAN servia como o principal elo na continuação de Angola dentro do processo de evolução na esfera da educação superior.

Tal fato permitiu a fragmentação da UAN em sete universidades (NGULUVE, 2019; SERRÃO, 1983; SILVA, 2004). Para Barbosa (2013), o governo pautou a

educação como prioridade. Porém, este processo de expansão da UAN se limitou no quesito abrangência, ou seja, até 1975, a UAN não atingiu todos os Estados (províncias) de Angola, porém surgiram outras universidades públicas no tocante as ES. Entende-se que existiram alguns fatores que corroboram para o crescimento. A este respeito, Silva (2004, p. 188) afirma: “[...] efetivamente, debateu-se permanentemente com uma escassez de recursos de toda a ordem que inviabilizaram a cabal realização dos planos de desenvolvimento e expansão da Universidade Agostinho Neto.”

Silva (2004) considera que, na questão “recursos financeiros”, em 1975, a UAN firmou parcerias com empresas petrolíferas e diamantíferas que lhes permitiu constituir fontes alternativas de recurso. Além disso, o OGE não destinava parcela suficiente para o ES em Angola, mas, nesta altura, a UAN proveu significativamente em grandes projetos de desenvolvimento de Angola. Para Barbosa (2013), os fatores de ordem política, humana e material, insuficiência e preparação dos docentes, e inadequação das infraestruturas contribuíram na fraca expansão da UAN.

Portanto, além das fragilidades financeiras, a universidade carecia de um corpo docente qualificado que pudesse atender às necessidades de pessoal exigidas pelo ensino superior em vários cursos. Como alternativa de qualificar o corpo docente, foram enviados alguns professores ao exterior para concluírem o Curso de Mestrado e Doutorado, os quais preconizavam e assentavam na ideia de ofertar ES de qualidade, visto que, no processo de expansão, a falta de docentes com níveis acadêmicos elevados ameaçava a excelência do ensino superior na universidade. Em 1986, foi criado o primeiro Colégio de Pós-graduação que ministrava cursos na área de Ciências Médica¹⁰. Esta política mirava no regresso de estudantes do curso de pós-graduação no exterior a fim de darem continuidade no ES na UAN na graduação e pós-graduação. Segundo Barbosa (2013, p. 30):

A partir do início do ano 2000, a UAN deu início a uma nova fase de desenvolvimento, no plano institucional (abertura de novas Faculdades, Institutos, Escolas, Departamentos e Centros de Investigação) e, no plano académico (multiplicação e diversificação de cursos) o que concretizou a

¹⁰ Silva (2004, p. 189), através da Resolução nº 6/86, de 3 de novembro, do Conselho de Defesa e Segurança. Este Colégio envolvia uma parceria entre a Universidade, o Ministério da Educação e o Ministério da Saúde. Contando com um júri internacional, conferia o título de especialista aos médicos que o frequentavam. O reitor, Eng. J. L. G. M. reconheceu em entrevista ao Jornal de Angola, de 23 de abril de 1993, p. 9, o deficiente funcionamento deste Colégio devido a ingerências de outros na vida interna da universidade estando a ser “espezinhada”, e mais concretamente devido a desentendimentos com o Ministério da Saúde que “tomou decisões à revelia da universidade.”

expansão territorial da UAN.

Entende-se que o processo de expansão tinha como objetivo o cumprimento do papel do Estado na educação no período pós-independência, observando os interesses supremos do país com o desenvolvimento do ES a partir da Universidade, que, no contexto de Angola, representa uma alternativa diante dos projetos de crescimento e progressão social e garante aos jovens maior remuneração salarial, desenvolvimento intelectual, crescimento profissional, capacidade de criação de políticas públicas e reconhecimento social.

Apesar do plano de expansão da UAN, os estudos de Carvalho (2013), Barbosa (2013), Katúmua (2016) e Paxe (2017) indicam que a instituição em questão enfrenta desde sua criação a problemática do acesso equitativo. Outrossim, fazendo um comparativo entre 1975 com os dados a serem analisados referentes ao período de 2014-2018, os dados acerca do acesso à UAN nos últimos quatros anos (Anexo 1) servirão como nosso período de orientação para analisarmos os fatores que dificultam a entrada de candidatos no ES. Nota-se que, nestes anos, menos de 40% dos candidatos têm sucesso no vestibular, ou seja, a cada dez inscritos, menos de cinco são admitidos, o que sugere o nosso estudo a respeito da temática, visto que a problemática de acesso na UAN não é recente.

5.3 O ENSINO SUPERIOR ENTRE OS ANOS DE 1976-1991

Com o fim da era Colonial, o Ensino Superior em Angola teve enorme queda na frequência de alunos e professores em sala de aula, de 4176 estudantes em 1974 para 1109 em 1977. Segundo Filho *et al.* (2020), esta ação aconteceu devido à ausência de portugueses em Angola, demonstrando a fraca preparação neste subsistema após a era colonial e como a colonização portuguesa somou no retrocesso educacional, fato que forçou a junção das três universidades criadas. Com a união, passou a se chamar Universidade de Angola, no ano de 1976, originado do Decreto nº 60/76, de 19 de junho, na qual permaneceu até 1985, cujo reitor era o Dr.º António Agostinho Neto, que tinha como objetivo a reformulação de todo o subsistema de ES a nível nacional.

Conforme Filho *et al.* (2020), a esta altura, se provaram o Decreto nº 37/80, de 17 de abril, o Estatuto orgânico da Universidade de Angola e o Estatuto da carreira

Docente, o Decreto nº 31/80, de 10 de abril, que permitiu a origem de parcerias com indústrias petrolíferas e diamantíferas para preencherem as dificuldades orçamentais que a universidade enfrentava e dar, assim, continuidade ao projeto de desenvolvimento do ensino superior a nível interno entre os Estados.

Apesar da política de investimento financeiro para reerguer a universidade neste período, a instabilidade social, econômica e política somou na causa de extinção da Universidade de Angola. Criou-se a Universidade António Agostinho Neto (UAN), pela Resolução nº 1/85, de 28 de Janeiro de 1985 (FILHO *et al.*, 2020), que tinha como meta a continuação do incentivo do ES. Neste período, a UAN era constituída por seis unidades universitárias, como mostra a Tabela 3.

Tabela 3 – Centros Universitários distribuídos por Províncias (Estados)

N.º	Centro Universitários	Província
01	Centro Universitário de Luanda	Luanda e Bengo
02	Centro Universitário de Cabinda	Cabinda e Zaire
03	Centro Universitário do Uíge	Uíge, Cuanza-Norte e Malange
04	Centro Universitário do Huambo	Huambo e Bié
05	Centro Universitário de Benguela	Benguela e Cuanza-Sul
06	Centro Universitário da Huíla	Namibe, Huíla, Cunene e C.-Cubango

Fonte: Relatório da UAN (2002-2004), p. 28.

Os centros universitários eram hierarquicamente dependentes dos centros universitários de cada Província por proximidade geográfica. Assim, os polos universitários do Cuanza-Sul contaram com Benguela, Polo Universitário do Bié (Huambo) e Polo da Universidade do Namibe, Huíla, Cuando Cubango dependiam da Huíla, e assim sucessivamente. Entende-se que o aparecimento de diversos Centros Universitários em diversas regiões do país favoreceu positivamente a expansão e massificação do ensino superior e, conseqüentemente, o aumento do número de alunos neste período.

5.4 DEMOCRATIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR ENTRE OS ANOS DE 1992-2019

Em 1990, após a transição do regime único partidário¹¹, Angola adota o

¹¹ Segundo Pestana (2003), todas as instituições operavam sob responsabilidade do Estado, que mantinha sua influência e controle sobre todas as áreas de intervenção.

multipartidarismo mediante a assinatura dos Acordos de Paz em Bicesse¹², em 13 de maio de 1991, entre as forças políticas MPLA e UNITA, fato que permitiu a realização das primeiras eleições dos partidos no ano seguinte (1992). Com isso, o reflexo das mudanças políticas internas resultaram na abertura da economia e, junto com a iniciativa privada, ambos motivaram a abertura do ES privado, garantindo a criação de universidades particulares no país e a regulamentação de diversos dispositivos que orientam a profissão docente em Angola. A este respeito, Filho *et al.* (2020, p. 10) afirmam que:

Nessa etapa a forma da gestão da universidade sofreu transformações substanciais, distanciando-se do partido e encetando, assim, a democratização interna, num contexto plural de cultura e corporativismo profissional académico, promovendo assim, a autonomia e a liberdade académica, permitindo a criação do sindicato e a eleição dos órgãos de gestão em 1971 à luz do Estatuto Orgânico de 1995.

Para Baroni (2010), o sentido da democratização do acesso ao ensino superior, portanto, é o aumento da oferta de vagas. Historicamente, a década de 90 em Angola foi marcada por constantes problemas sociais e políticos devido à guerra civil, que dificultou a política interna de crescimento do ES público e privado. Somente em 2002, findado o período destes conflitos, contribuiu na continuação da massificação do ensino no país, assim como no aumento de instituições de ensino. Inicia-se neste período a reforma do ES, no qual se fundamentava no aumento de IES privadas¹³, a ampliação da UAN em distintas Províncias (Estados) do país, aumento dos docentes e demais técnicos que as instituições careciam (Tabela 4).

¹² Conforme o Internacional (2022, p. 1), o Governo da República Popular de Angola e a União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA), com a mediação do Governo português e a participação de observadores dos Governos dos Estados Unidos da América e da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, aceitam como obrigatórios os documentos seguintes, que constituem os Acordos de Paz para Angola: 1) Acordo de cessar fogo; 2) Princípios fundamentais para a instauração da paz em Angola, (incluindo o Anexo 1, relativo à Comissão Conjunta Político-Militar); 3) Conceitos para resolver as questões ainda existentes entre o Governo da RPA e a UNITA; 4) Protocolo do Estoril. Os presentes Acordos de Paz foram rubricados a 1 de maio de 1991 pelos respectivos chefes de delegação e posteriormente aprovados pelo Governo da República Popular de Angola e pela União Nacional para a Independência Total de Angola (tal como consta de comunicação dirigida ao Primeiro-Ministro de Portugal até às 24 horas de 15 de maio de 1991, a qual implicou a suspensão de facto das hostilidades em Angola a partir dessa data) e entrarão em vigor imediatamente após a sua assinatura.

¹³ Nesta fase, surgem a Universidade Jean Piaget de Angola em 2001, o então Instituto Privado de Angola e a Universidade Lusíada de Angola, em 2002.

Tabela 4 – Comparativo de estudantes e professores de 1997 a 2008

Ano	1997	1998	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2008
Professores	-	-	839	869	988	1169	1239	1329	3128
Estudantes	7916	8536	-	9129	12566	17866	24620	32173	87196

Fonte: Relatório da UAN (2006); MESCTI (2012).

Pode-se observar na Tabela 4 que, na questão professor *versus* alunos, há aumento significativo de 988 professores para 3128 e de 12566 estudantes para 87196. Este crescimento deve-se à Paz conquistada em 2002, que possibilitou o surgimento de novas universidades no país. Além do aumento do número de professores e estudantes, Filho *et al.* (2020) afirmam que, neste período, Angola passa de 5 IES para 13. Para Migon e Rodrigues (2019), os benefícios da paz trouxeram viabilidades de crescimento e desenvolvimento no ES e demais áreas.

Apesar do incremento de instituições particulares em diversas províncias (Estados), neste subsistema, notava-se a ausência de instrumentos normativos que sustentassem este processo, apesar do ambiente político favorável para aplicação efetiva das políticas educacionais mediante dispositivos jurídicos. Em 2009, Angola aprova três decretos legais para orientar o ES, a citar: Decreto nº 7/09, de 12 de maio, que estabelece a reorganização da rede de universidades públicas, a criação de novas universidades e o ajustamento da dimensão da UAN; o Decreto nº 5/09, de 7 de abril de 2009, que cria as regiões acadêmicas, que dividiam o domínio territorial de atuação e expansão das IES; e o Decreto nº 90/09, de 15 de dezembro, que estabelece as Normas Gerais Reguladoras do Subsistema de Ensino Superior. O percurso da massificação, de forma geral, colaborou positivamente na quantidade de alunos(as) dentro do ES, como podemos observar na Tabela 5.

Tabela 5 – Comparativo de estudantes e professores de 2009 a 2018

Ano	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Professores	3.741	4.652	5.499	-	-	4.129	8.666	8.758	10.198	10.441
Estudantes	98.777	107.099	140.016	150.000	218.678	146.001	221.037	241.284	254.816	261.214

Fonte: MESCT (2012) e Anuários Estatísticos de 2014 a 2018.

Entre 2009 a 2018, houve aumento significativo de estudantes no ES. Porém, questiona-se se a qualidade de ensino nesse período de crescimento acompanhou a evolução (em foco nas IES públicas), visto que, a este nível, há exigências específicas tais como: estrutura e infraestrutura das universidades, grau acadêmico do corpo

docente, grade curricular correspondente aos cursos, biblioteca para pesquisa e novas tecnologias, os quais servem como pilares básicos para promover uma educação de qualidade. Filho *et al.* (2020, p. 13) afirmam que:

[...] esse processo também teve consequências negativas nomeadamente: falta de prioridade em termos de abertura de cursos, pouca oferta de cursos na área de ciências e engenharia, um número substancial de professores colaboradores e com grau de licenciados sem experiência pedagógica, infraestruturas adaptadas para o funcionamento de instituições de Ensino Superior, diminuição da qualidade do perfil de entrada dos candidatos ao ingresso no subsistema do Ensino Superior, defeituoso apetrechamento e funcionamento das bibliotecas, existências de poucos laboratórios, excessiva carga horária dos docentes, fomentando a turbo-docência, pouca produção científica, entre outras.

Analisando o contexto histórico da massificação, observa-se que este processo também teve viés político para melhorar as estatísticas do ES em diversas regiões do país. Contudo, a qualidade do ensino não acompanhou a realidade tal como o subsistema exige (CHIVUKUVUKU, 2020). No cenário angolano, apesar dos desafios, é possível notar grandes benefícios na conjuntura interna e externa, como o maior número de jovens no curso de pós-graduação (especialização, mestrado, doutorado, pós-doutorado), institutos e universidades com maioria de professores nacionais, participação dos jovens na política, aumento de jovens no ES e empreendedorismo nas camadas juvenis (MESCTI, 2018; INE, 2019).

Internacionalmente, através do MESCTI (2022), foram criados mecanismos de cooperação mediante acordos dos quais Angola faz parte (UNESCO, 2022), entre eles, a participação no diálogo de política sobre educação para o desenvolvimento sustentável, que visa a formação de técnicos superiores na área. Espera-se com estas políticas a redução dos desafios e perspectivas que se busca na educação superior.

Em 2009, a expansão de diversas universidades públicas e privadas despertou o interesse de jovens e não só a se inserirem no ensino superior, acompanhando o processo de mudanças que o país mirava (INE, 2019). Para Freire (1959), é preciso redimensionar a Universidade dentro de um projeto popular de educação, ou seja, tornar a expansão universitária um projeto permanente, conceder a educação de forma geral em todos os subsistemas de ensino. Para tanto, é necessário conceituarmos a compreensão de “expansão” a fim de entendermos como alguns autores definem o termo. Severino (2009) conceitua a expansão universitária como a ampliação do acesso com igualdade de oportunidade. Alonso (2010) entende como uma política que visa a melhoria de acesso na escola. Sendo assim, ambos

concordam que a política educacional eficiente e eficaz está atrelada a maior oferta possível que o governo pode ofertar, espelhando a capacidade da política no processo de governação.

Olhando para as políticas nacionais de desenvolvimento traçadas pelo Executivo, a educação se apresenta como o elo primordial, conforme se vislumbra no PND 2018-2022, “[...] no qual a educação é pensada como o promotor de progresso social [...]”. Porém, sua efetividade não atingiu completamente o ES (política de expansão). Do ponto de vista de estrutura, a universidade alcançou todas as Províncias do país até 2019; todos os Estados têm, em média, duas universidades públicas (MESCTI, 2018), mas o acesso não alcançou todos os utentes. Por isso, é fundamental que a extensão de mais polos acadêmicos possa inibir as dificuldades de ingresso na universidade, facilitando a socialização do conhecimento mais perto do cidadão. Acreditamos que esta via de “expansão” seja um dos caminhos para a resolução da problemática concernente ao acesso no ES, visto que, internamente, um dos pilares da UAN no seu slogan é: ensino, pesquisa e extensão, e tornar a extensão como uma política permanente é necessário para permitir maior possibilidade de crescimento educacional e social de Angola.

A ideia de termos universidades em todo o território não foi equânime. As estruturas desenhadas para cada Estado apresentam objetivos distintos (cada região com sua demanda e, assim, os cursos são oferecidos). A carência de vagas redirecionou a maior parte dos jovens a se deslocarem em Luanda na UAN, sendo a instituição com maiores e melhores chances de entrada devido à estrutura, número de vagas ofertadas e diversidades de curso (UNIRANK, 2022), ou seja, não se formulou uma política de entrada além das demandas que cada Estado tem, ficando a critério de cada entidade. Em continuação, é necessário entendermos as fases e o processo histórico e atual de acesso como política pública dentro da Universidade Agostinho Neto, para compreendermos que tipo de barreiras influenciam na problemática vigente do acesso no ES público, bem como suas implicações sociais e econômicas e, com isso, analisar quais fatores estão concatenados na problemática de inserção de candidatos no ES público.

6 ACESSO À UAN: INSCRIÇÃO, SELEÇÃO E PERMANÊNCIA

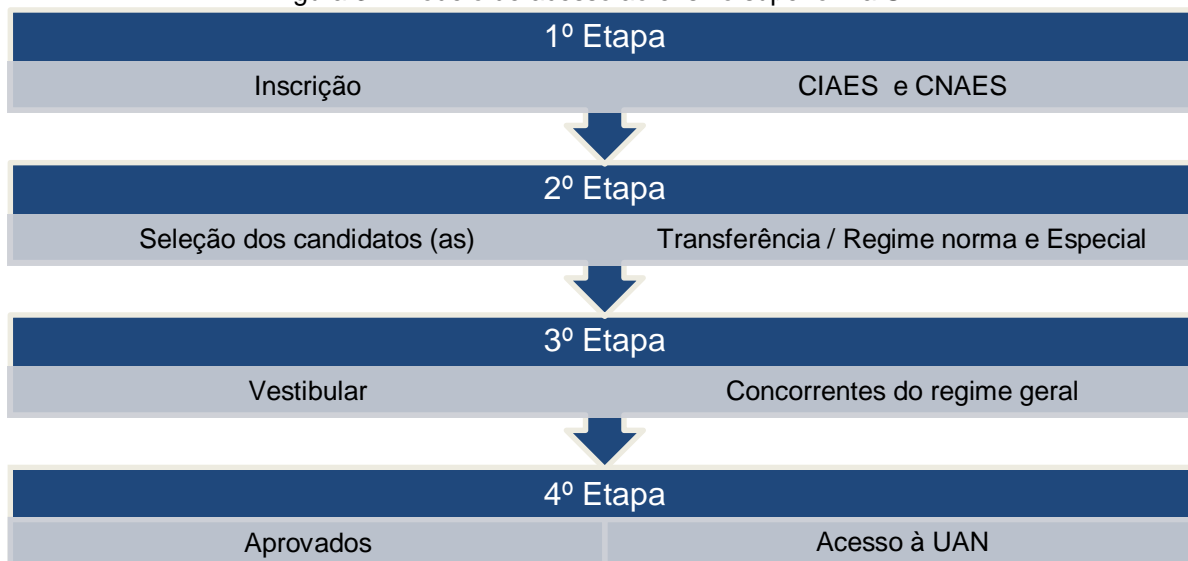
Neste capítulo, discutimos alguns indicadores de acesso e permanência de estudantes na UAN, considerando os seguintes pressupostos: bolsa de estudos, bolsa trabalho, alimentação, apoio pedagógico, livros e cursos de aperfeiçoamento, alojamento, transporte, inclusão digital e saúde. Para tanto, abordamos também a política de acesso a partir da legislação que rege o ES.

As questões essenciais que garantem a inserção de candidatos na universidade serão discutidas a partir dos decretos que orientam o ES. Sendo assim, apresentamos este capítulo a partir das seguintes vias: acesso, permanência e formação completa, o que entendemos ser o tripé de acesso completo ao ES. Nossa discussão terminará com a análise dos dados, demonstrando as taxas de acesso e número de candidatos inscritos por categorias entre 2014 a 2018.

6.1 A LEGISLAÇÃO DE ANGOLA SOBRE O ACESSO AO ENSINO SUPERIOR

O acesso ao ES em Angola é regido pelo Decreto Presidencial nº 5/19, de 8 de janeiro de 2019, aprovado pela Assembleia Nacional, que preconiza as orientações, funcionamento, abrangência, âmbito de aplicação, candidaturas nas IES públicas, privadas, público-privadas e demais diretrizes. Neste sentido, analisaremos se as diretrizes orientadas por este decreto favorecem as IES, sobretudo a UAN e os candidatos no que concerne à entrada neste subsistema. O mesmo estatuto retrata acerca das etapas que os candidatos são submetidos até alcançar os requisitos que garantem a vaga (inscrição-aprovação), bem como os regimes de acesso. Estes estágios, na ótica dos candidatos, servem como bússola na tentativa de assegurar uma vaga na universidade, apesar dos enormes desafios aos quais são submetidos num país com maior número de candidatos em relação às vagas ofertadas desde a criação e expansão do ES. Para analisar tais desafios, apresentamos o modelo ilustrado na Figura 3.

Figura 3 – Modelo de acesso ao ensino superior na UAN



Fonte: Autoria própria (2023), a partir do Decreto nº 5/19.

O organograma 3 direciona com clareza os passos que são necessários para entrar na UAN a partir das normativas exigidas pela universidade. Desta feita, é relevante detalharmos a fundo as exigências de cada estágio. Porém, focaremos apenas nas etapas como inscrição, seleção, vestibular e aprovação, pois estas fases apontam para o nosso objeto de estudo (entradas no ES na UAN) dentro do Decreto 5/19¹⁴. As demais fases são complementares, mas não direcionam a candidatos que estejam fora do ES público.

Entende-se que a aprovação do disposto citado na era de expansão das universidades em Angola é um mecanismo de regular o funcionamento deste subsistema nacional, visto que o mesmo apresenta conceitos, características e exigências diferentes dos demais subsistemas. Importa-nos também discursar alguns pontos considerados cruciais do Decreto Presidencial nº 90/9 de dezembro de 2009. Sendo assim, o Artigo 3º do Decreto 90/9 conceitua este subsistema, a citar:

O subsistema de ensino superior é o conjunto de órgãos, instituições, disposições e recursos que visam a formação de quadros de alto nível para os diferentes ramos de atividade econômica e social do país, assegurando-lhe uma sólida preparação científica, técnica, cultural e humana, bem como, a promoção da investigação científica e a prestação de serviços à comunidade.

¹⁴ No contexto angolano, em especial na Universidade Agostinho Neto, os candidatos ao Ensino Superior são avaliados pelas notas do vestibular, estipulados de 0 a 10, classificando os candidatos em ordem de maior pontuação à menor pontuação, independente da opção do curso que escolher.

Concatenado aos dispostos citados do Decreto nº 90/9, o Artigo 4º descreve os objetivos do governo angolano neste subsistema. A partir disso, observa-se que estas metas passam pela preparação científica, técnica e cultural em diversas áreas de formação correspondentes aos interesses de crescimento nacional traçados no PND, e incluem estreitar a ligação entre a universidade e o governo na resolução dos problemas sociais apontados em cada região do país visando o pleno desenvolvimento nacional, garantir e assegurar a prática do pensamento crítico na produção de alternativas para o crescimento social, a continuidade dos angolanos na graduação e pós-graduação, de modo a atingirem todos os níveis do ES, e promover pesquisas capazes de resolver os déficits sociais a nível nacional.

Ainda neste íterim, o Decreto nº 5/19 descrito no Artigo 7º aborda os princípios que norteiam o ES, os quais não ferem os princípios da LBSEE, visto que o funcionamento deste subsistema se difere dos demais, apresenta características exclusivas, como a oferta de cursos da graduação e pós-graduação. Assim sendo, são princípios exclusivos do ES em Angola:

- a) O papel do reitor do Estado;
- b) Autonomia das IES;
- c) Liberdade acadêmica;
- d) Gestão democrática;
- e) Qualidade de serviço;
- f) Equilíbrio da rede de instituição de ensino superior.

O papel do reitor do Estado perpassa pela formulação e orientação do ES, bem como a execução da política do mesmo, garantindo a autonomia das IES com liberdade acadêmica de ensinar, pesquisar e instruir a partir de uma gestão autônoma da própria instituição, simultaneamente na qualidade que o serviço deve ser prestado no rol das redes de ensino. Logo, estes princípios funcionam como pilares de base na fundamentação das decisões frente às ações das universidades na graduação e na pós-graduação nos regimes de acesso ao ES.

6.2 REGIME DE ACESSO AO ENSINO SUPERIOR

No âmbito das relações internacionais, Angola adota diversos critérios especiais de entrada no ES face aos compromissos externos firmados com diferentes países descritos no Decreto nº 5/19.

Neste estágio, temos duas formas de acesso: o regime normal e o regime especial. O primeiro regime é destinado a todos os candidatos sem benefícios ou políticas que garante-lhes a entrada livre. Por outro lado, o regime especial (Artigo 20º) delimita e regula a entrada neste regime, orientando a reserva de 3% das vagas de cada curso para os beneficiários com proteção especial, nomeadamente, os antigos combatentes, deficientes de guerra e filhos de antigos combatentes tombados ou parecidos, nos termos da lei. Em continuação, o Artigo 22º descreve os candidatos em regime especial, os quais são amparados no quadro de compromissos internacionais que Angola possui com outras entidades internacionais.

As instituições de ensino superior devem reservar 5 vagas para cada curso em cada ano letivo para candidatos nomeados pelo departamento do ministério que gere o subsistema de ensino superior (1º). Aplicando-se o disposto no número anterior, consideram-se os seguintes casos: a) filhos de membros de embaixadas diplomáticas acreditadas em Angola; b) candidatos de países que tenham acordo de cooperação com Angola, cuja cláusula preveja a atribuição de vagas em instituições de ensino superior inciso (2º).

O inciso 3º descreve que, por obrigações internacionais, os candidatos não são admitidos às provas nacionais do ensino superior, desde que observado o princípio da reciprocidade do direito internacional. As IES devem apresentar ao ministério que controla o subsistema o número total de vagas de estudo no currículo dos candidatos apoiados por compromissos internacionais. Assim, neste sistema, as vagas são preferenciais e não excludentes, conforme dispõe o artigo 23º deste regulamento, que permite a inclusão dessas vagas no exame de acesso (4º).

6.3 PROCESSO DE INSCRIÇÃO E SELEÇÃO DE ESTUDANTES AO ENSINO SUPERIOR

A inscrição é a etapa que os candidatos escolhem uma ou mais opções de cursos a frequentar na universidade, a si mesmo ou outro concorrente, permitindo somente a realização através do vestibular. No contexto angolano, este estágio é possível somente mediante as condições delimitadas no Artigo 6º do Decreto Presidencial nº 5/19, de 8 de janeiro de 2019.

Nos termos deste diploma, são candidatos ao exame de Admissão do Ensino Superior os cidadãos que tenham concluído o segundo ciclo do ensino secundário

(ensino médio) ou proporcional e tenham demonstrado capacidade para fazê-lo (inciso 1º). Em seguida, o inciso 2º delimita que os exames de admissão para candidaturas a um determinado programa devem, geralmente, respeitar a relação entre o programa a que se candidata e a área correspondente do ensino secundário (ensino médio). O inciso 3º relata que o tratamento especial das incompatibilidades entre a formação do ensino secundário e a formação do ensino superior deve ser gerido pelos ministérios que tutelam o subsistema do ensino superior. Quanto às candidaturas, o inciso 4º refere que o processo de candidatura contém requisitos gerais e específicos, sendo assim, os requisitos específicos são determinados pelas Instituições de Ensino Superior (CIAES) de cada instituição, dependendo da natureza do curso, tal como determina o inciso 5º no tocante aos requisitos específicos às CIAES junto à Comissão Nacional de Acesso (CNAES), como se pode observar no inciso 6º.

Os requisitos para as candidaturas descritas nesta fase são inevitáveis para o vestibular, exceto os concorrentes que entram pelo regime especial. Uma das críticas quanto a esse processo são os prazos disponibilizados pela universidade para os concorrentes no regime normal, que têm duração entre 10 e 15 dias. A título de exemplo, os prazos de inscrição do ano 2022-2023 na UAN, conforme a CNAES, aconteceram de 03 a 13 de outubro. Este intervalo, na ótica dos concorrentes, é injusto devido aos empecilhos que os mesmos enfrentam nesta etapa, tais como: dificuldade de acessar a internet para efetuar as inscrições, o reconhecimento dos certificados do ensino médio no notário, dificuldade da entrega dos certificados por parte das escolas do ensino médio, pagamento das taxas consideradas altas pelos candidatos no ato de inscrição, exigidas pela UAN, estipuladas em torno de 19,99 dólares americanos, em 2022.

Portanto, uma das alternativas que propomos para erradicar as entraves na etapa de inscrição passaria pela inscrição dos candidatos a partir das escolas do ensino médio no último ano de formação, evitando burocracias, deslocamento para inscrição e dificuldades de acesso à internet em casa; inscrições gratuitas aos alunos de baixa renda mapeados pela escola; oferta de redes de internet dentro das escolas e para que o candidato(a) faça sua inscrição na secretaria escolar. Por sua vez, a escola, tanto pública quanto privada, encaminhará estas inscrições à UAN.

Por outro lado, nota-se ausência de políticas afirmativas que servem como base de inclusão social na sociedade. Nesta fase, se soma no rol das dificuldades enfrentadas pelos cidadãos de diversos estratos, ou seja, na prática, não há

gratuidade total ou parcial no ato de inscrição adotada pela instituição nem descrita no decreto que rege as normas de inserção dos candidatos na UAN de baixa renda ou em condições de vulnerabilidade social (pessoas em situação de risco). Para Sousa, Espírito Santo e Motta (2008), e Tarachuque e Souza (2013), a vulnerabilidade social está relacionada a situações de risco, como doenças infecciosas e situações sociais e políticas adversas, que podem afetar o bem-estar de indivíduos, famílias ou grupos. De acordo com Hashizume e Alves (2022, p. 7):

As políticas afirmativas propõem, de forma compulsória, uma sociedade livre, justa e solidária ao objetivar erradicar a pobreza, a marginalização e as desigualdades sociais e regionais, promovendo o bem de todos, sem preconceito de origem, raça, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

Para Moura (2020, p. 134) as ações afirmativas expressam um projeto de mudança social no sentido de maior equidade entre estudantes de escolas públicas e de escolas privadas no ensino superior ou, em sentido mais amplo, de uma sociedade mais igualitária.

“As ações afirmativas têm seu alcance limitado e, ao mesmo tempo, um caráter paliativo.” (BARONI, 2010, p. 30). Neste caso, as políticas afirmativas serviriam como alternativa das barreiras enfrentadas pelos candidatos, sendo que as duas comissões (CNAES e CIAES) têm a missão de delimitar os requisitos a que os concorrentes são submetidos. Ao nosso entender, a ausência de políticas afirmativas nesta fase é considerada uma barreira de acesso. Sendo assim, após a fase da inscrição, é dado início ao processo de seleção dos candidatos que prestarão o vestibular nas áreas escolhidas pelos concorrentes.

6.4 PROCESSO DE INGRESSO NO ENSINO SUPERIOR (VESTIBULAR)

Após as etapas de inscrição e seleção dos candidatos, inicia-se a fase do vestibular em todos os cursos para candidatos do regime geral, permitindo a avaliação das competências acadêmicas entre os concorrentes. O vestibular é a forma mais utilizada na UAN como meio de acesso ao ES. Para Amorim Junior e Moura (2007, p. 11), “[...] as formas de acesso, baseadas em provas avaliativas, não avaliam de maneira efetiva a capacidade de aprendizagem do aluno [...]”. Contudo, os candidatos são selecionados a partir de avaliações a que são submetidos, e cada curso tem tópicos essenciais que os concorrentes devem estudar para o vestibular.

Por outro lado, nota-se a fraca qualidade das escolas públicas do ensino médio no tocante à formação e qualificação dos alunos quando se compara os conteúdos impostos pela UAN (diante das exigências do vestibular), dificultando aos candidatos atingirem a nota suficiente para aprovação. Ao nosso entender, levanta-se a hipótese de que o Ensino Médio tem como foco a preparação e formação geral dos indivíduos, enquanto o ES prepara os alunos à formação específica. As famílias com melhores condições financeiras conseguem pagar o curso pré-vestibular, vulgo preparatório¹⁵, para reforçar as capacidades dos candidatos, gerando uma enorme desigualdade na concorrência ao ES na UAN, bem como nas escolas privadas do ensino médio.

Além disso, outro ponto crítico são as disciplinas de ingresso exigidas para os vestibulares da UAN. O volume da disciplina é considerado amplo, dificultando o ingresso dos candidatos. Conforme a Tabela 8, é necessário concluir, em média, quatro disciplinas distintas por curso pretendido. De acordo com Amorim Júnior e Moura (2007), o vestibular desencadeia um formato de conteúdo das escolas, tudo em vista da aprovação ao ES, quando este formato deve ser pensado no desenvolvimento intelectual e formação integral dos alunos, desencadeando o conhecimento para a vida pelo conhecimento do vestibular.

Para Alves (2004, p. 11), “[...] os pais são os maiores inimigos da educação, porque eles não estão interessados na educação dos filhos; estão interessados em que eles estejam preparados para passar no vestibular.” Mas, no contexto real de Angola, é o mecanismo que mais insere candidatos na UAN (o preparatório). Sendo assim, vejamos a seguir os conteúdos exigidos e publicado pela Subcomissão de Comunicação e Imprensa da UAN em 2022.

¹⁵ Os cursos de vestibular em Angola são chamados de Preparatórios, que, de forma geral, são oferecidos por instituições de ensino privado em diversas regiões do país. Porém, sua onerosidade dificulta os concorrentes de baixa renda que, em sua maior parte, frequentam escolas públicas, acarretando desde cedo insegurança alimentar, dificuldade de transporte, trabalho, estágios remunerados no ensino médio. Os preparatórios acontecem de 4 a 6 meses antes do início da fase de vestibular da UAN, permitindo aos candidatos a preparação antecipada aos exames. O maior empecilho dos candidatos de escolas públicas nos preparatórios é o financeiro, estimado em torno de 70 a 120 dólares em 2022, porém, os candidatos pagam por matéria estudada, visto que cada curso na UAN tem, em média, 4 disciplinas como requisitos de acesso. Porém, cada curso tem sua obrigatoriedade quanto ao teor do conteúdo programático que os candidatos devem estudar para o vestibular.

Quadro 8 – Tópicos de acesso à UAN 2022/2023

Área	Unidade orgânica	Conteúdos a avaliar
Ciências Exatas	Faculdade de Ciências Naturais	Língua Portuguesa
	Faculdade de Engenharia	Biologia
		Matemática
		Química
		Desenho
Ciências da Saúde	Faculdade de Saúde Instituto de Ciências da Saúde	Língua Portuguesa
		Biologia
		Matemática
		Química
Ciências Sociais	Escola de Hotelaria e Turismo Faculdade de Ciências Sociais Faculdade de Direito Faculdade de Economia Faculdade de Humanidades Instituto de Ciências da Saúde* Instituto da Educação Física e Desportos	Língua Portuguesa
		História
		Matemática
		Cultura Geral

Fonte: UAN (2022).

Neste quesito, entende-se que um dos entraves entre o vestibular e os candidatos está na fraca preparação dos candidatos do ensino médio, acarretando uma preparação genérica, visto que são exigidos conteúdos específicos nos exames de acesso ao ES. Para Freire (1992, p. 110), isso significa “[...] saber quem escolhe os conteúdos, a favor de quem e de que estará o seu ensino, contra quem, a favor de que, contra que.” O tempo de formação no ensino médio varia entre 3 e 4 anos ao todo, currículo médio que não viabiliza o aprofundamento de tudo o que é exigido no vestibular. Logo, não temos um sistema democrático de entrada entre a inscrição, a candidatura e o vestibular, pois este não proporciona igualdade no acesso entre os candidatos de diversas classes sociais.

Pressupõe-se também que este quadro é um sinal da burocracia do exame de acesso por parte do Estado no intento de frear a entrada de todos ao ES, demonstrando a incapacidade de albergar todos. Para reverter este quadro, Amorim Junior e Moura (2007) apresentam algumas propostas com viés de melhoria nesta etapa, a citar:

- Equiparar o nível de educação entre as escolas públicas e privadas;
- Redefinir os conteúdos programáticos entre as escolas;
- Avaliar os processos pedagógicos adotados em sala de aula;
- Remuneração dos professores;
- Extinção de qualquer mecanismo de acesso ao ES, substituindo por outras

formas de seleção.

Por ser a última etapa de seleção dos candidatos, esta política deve ser bem delimitada, justificado pela razão de ser o estágio que permite ou não a materialização de sonhos e perspectivas de diversas famílias e gerações, sendo a etapa que garante o acesso parcial aos resultados do vestibular, materializado com o Artigo 16º do Decreto nº 5/19 de 2019, que delimita a entrada a este subsistema mediante aos requisitos descritos anteriormente.

Em suma, os vestibulares e preparatórios são um demonstrativo que evidenciam as burocracias e exclusão de candidatos que deveriam ter os mesmos direitos à educação em todos os níveis de ensino e aprendizagem. A seleção por vestibular, de forma alguma, garante o acesso justo e equânime quando se compara a formação média em escolas públicas e escolas privadas. É neste sentido que entendemos a necessidade de equiparar a qualidade do processo educativo entre as escolas do Ensino Médio, tal como defendem Amorim Junior e Moura (2007).

6.5 O ACESSO AO ENSINO SUPERIOR

O acesso à educação representa uma dimensão importante na garantia do direito constitucional à educação. A garantia de vagas e matrículas nos diferentes níveis e subsistemas de ensino constitui tarefa fundamental do Estado. A literatura conceitua o acesso de diversas formas. Para Mendes (2013), o acesso à educação caracteriza-se como um direito do cidadão e um bem público, com responsabilidade do Estado, comprometimento público e função social, independente do meio em que esta instituição se encontra inserida.

Chandler, Sá e Teixeira (2014) entendem o acesso como uma via para o progresso social que contribui no crescimento intelectual e profissional do indivíduo. Baroni (2010) define o acesso como possibilidade e garantia dos candidatos de diversos estratos sociais se inserirem na universidade igualmente. O meio que permite aos indivíduos estarem dentro do sistema de Ensino Superior ocorre pelo acesso à escola. Assim, o ingresso escolar é uma das garantias de desenvolvimento social e intelectual que o cidadão obtém para escapar da ignorância, o que não difere no ES, visto que, na educação, todos os níveis posteriores dependem dos níveis anteriores de formação. Porém, atingir sequencialmente todos os graus ainda é um dos desafios a nível internacional e nacional, em especial no ES em Angola, onde o

Estado tem confrontado enormes demandas de alunos provenientes de escolas públicas, privadas e compartilhadas do ensino médio com objetivos de ascenderem ao ES nas universidades públicas e darem sequência aos estudos.

O aumento da demanda por acesso na UAN pode resultar de fatores associados: ser gratuito, ser considerada uma das melhores e a maior universidade de Angola, de acordo com o Unirank (2022), ser considerada referência do ES no país (UAN, 2022); acréscimo de alunos provenientes do ensino médio nas escolas públicas fruto da contribuição das escolas fomentadas pelo PIIM, escolas privadas e compartilhadas, maior número de vagas ofertada entre as Universidades e Faculdades públicas, maior diversidade de cursos na graduação e pós-graduação¹⁶, a qualidade dos docentes — descrito na análise Swot¹⁷ da UAN, a classificação a nível nacional, representação de *status* social, maiores e melhores oportunidades no mercado de trabalho e bolsas de estudo para o exterior, a centralização de polos da UAN somente em Luanda (UNIRANK, 2022), bolsas de estudos internas do INAGBE, e a condição socioeconômica¹⁸ (como podemos observar no inquérito socioeconômico – INE, 2021), sendo que a maior parte das famílias angolanas buscam na escola pública a oportunidade de frequentar o ES.

Por outro lado, o aumento da densidade populacional observado no Censo realizado em 24 de maio de 2014 a nível nacional tem contribuído com o aumento da população que, em sua maioria, é composta por jovens que buscam se inserir no ES. Segundo o INE, no mesmo ano, estima-se que o total da população em Angola seja de 32 milhões de habitantes, dos quais 32,42% representam a população jovem

¹⁶ A Universidade Agostinho Neto, até 2022, oferecia 45 programas de graduação em 9 faculdades, institutos e instituições de ensino superior que cobrem uma ampla gama de áreas de estudo. Na pós-graduação oferece cerca de 30 cursos de Mestrado e 19 especializações

¹⁷ Este é um diagnóstico da situação da UAN, baseado na análise de pontos fortes e fracos, combinados com a identificação de oportunidades e ameaças do ambiente externo. Sua publicação tem importância na academia e com alguns stakeholders do Plano Estratégico 2016-2020, e representa importante ferramenta de gestão, incorpora a visão da UAN e integra elementos específicos de sua missão, mostrando os pontos fortes e fracos da universidade. Na categoria qualidade dos docentes, a análise relata como pontos fortes: maioria dos docentes são nacionais; aumento progressivo de número de docentes na pós-graduação; capacitação do corpo docente com curso de pós-graduação *lato-sensu*; experiência de avaliação de desempenho científico dos docentes na Faculdade de Engenharia (UAN, 2016).

¹⁸ O Inquérito de conjuntura socioeconômica é o documento que apresenta com profundidade as alterações econômicas durante o ano. Este diploma avalia a situação econômica das famílias em Angola em diversos contextos e aspectos. O documento conclui que, entre 2012 e 2019, a situação econômica das famílias de baixa renda piorou (sem apresentar dados em porcentagens). A pesquisa detalha que o desemprego nestes anos teve aumento entre 83% e 84%. A fraca situação econômica das famílias nos leva a entender que a maior parte destes candidatos recorrem à UAN pela dificuldade de suportar os custos em IES privadas.

dos 18 aos 35 anos.

Portanto, o aumento populacional evidencia que é urgente repensar no sistema de ensino a partir de políticas públicas que atendam às demandas de candidatos no ES, composto majoritariamente por jovens e não só, visto que em Angola nota-se a ausência de uma política nacional de acesso nas escolas públicas, em especial na graduação e pós-graduação. Para Chivukuvuku (2020), o aumento da demanda de jovens no ES em Angola se deve também ao fato da proximidade das relações entre as instituições de ensino superior e os candidatos, direcionando o olhar para o acesso e as avaliações de todo o subsistema de ES público no país, principalmente aos alunos vindos de todos os estratos sociais, o que não era comum anteriormente.

Nesta linhagem, segundo Elias (2013), a relação estudante e universidade no contexto de Angola é feita a partir de enormes desafios por se tratar de uma nova etapa na vida. Porém, ao nosso entender, defendemos que esta proximidade precisa servir como elo de desenvolvimento entre a escola, o país e os alunos, promovendo conhecimento e trabalhos que se somam nos desafios de desenvolvimento local ou internacional.

Carvalho (2014) sugere que a ideia de desenvolvimento social por parte do governo passava pela educação, fato que levou o governo a investir na educação, fomentando o ES em todo território, numa média de duas a três IES públicas em cada Estado, totalizando 13.547 graduados no ano de 2014. Em 2018, esse número caiu para 9711. De acordo com a UAN¹⁹, 6.197 quadros foram formados em 2014 e, em 2018, 1.689. Portanto, para este nível, o autor ainda aponta algumas causas que estão na base da demanda neste subsistema:

- a) o término da guerra civil e o conseqüente aumento do orçamento destinado ao ensino superior;
- b) a expansão do ensino superior para todas as províncias do país – primeiro no quadro da Universidade Agostinho Neto e a partir de 2009, com a criação de instituições estatais de ensino superior de âmbito regional;
- c) a liberalização do ensino superior, com a promoção da criação de uma rede de instituições privadas de ensino superior.

¹⁹ Dados do Anuário Estatístico da Universidade Agostinho Neto (2014-2018).

Ainda assim, a nível nacional, a exigência de grau académico como licenciatura, graduação e pós-graduação por parte de entidades privadas e pelo Estado para concursos públicos cooperou igualmente no crescimento desta procura, buscando nesta política recrutar técnicos de nível superior e com conhecimento sobre as áreas de atuação, em especial na saúde, docência, agricultura e construção civil, justificando assim a excessiva procura pela UAN.

Entende-se que o acesso não deve ser feito de qualquer forma, mas com abrangência a todos, ou seja, um acesso com mínimas barreiras e que garantam a permanência dos alunos até a conclusão do curso. Tal fato nos levará a entender sobre o modelo atual de acesso ao ES e as normativas que regem o ingresso no ES em Angola.

Historicamente, o acesso ao ES em Angola foi marcado por diversos fatores que colaboram no retrocesso de construções de instituições universitárias e candidatos na universidade, tais como o processo de colonização de Portugal em Angola que limitava a entrada de jovens neste subsistema, a falta de políticas nacionais para a inserção de angolanos na universidade, poucas instituições universitárias, dificuldades de quadros técnicos para atender a demanda e ideologia. Com a independência, encaminharam-se transformações internamente no quesito educação, e via-se a necessidade de reestruturar as políticas conforme as perspectivas e realidade de Angola. Esta reorganização gerou enormes desafios no tocante ao acesso ao ES em todas as Províncias pelo modo que se deu o processo de descolonização no país (houve luta para que o país se tornasse livre), como colônia portuguesa (SILVA, 2002).

Para garantir maior acesso de candidatos neste subsistema e diante da demanda em Angola, é preciso olhar para alguns fatores essenciais, como os professores, número de vagas por curso, quantidade de turmas ofertadas por curso, laboratórios, bolsas de estudos, biblioteca e demais políticas afirmativas.

Estas condições servem como base que sustenta a permanência dos alunos nas universidades, desde a entrada até a formação dos estudantes, de referir que quando se trata de inserção no ES refere-se a todo o processo que garante a conclusão que cada curso requisita a este nível. Este percurso chamamos de “acesso completo – política de acesso, política de formação”, aquele que garante a entrada, a permanência, o aprendizado e a conclusão inclusas nas normas exigidas.

6.6 PERMANÊNCIA NO ENSINO SUPERIOR

Em relação ao ES, no contexto angolano, a UAN se apresenta como uma instituição predominante. A inscrição e o vestibular apontam para uma segregação social que não beneficia igualmente as candidaturas entre os concorrentes (CARVALHO, 2013). Portanto, a partir deste pressuposto, defendemos que as políticas de permanência favoreçam os estudantes de forma igualitária, desde a entrada do aluno até a formação. Para Amorim Junior e Moura (2007), “[...] a entrada dos candidatos aprovados no ensino superior não significa a permanência e a conclusão.” A falta de garantia da continuidade estudantil põe em risco tanto o processo de aprendizagem dos alunos quanto a tarefa da universidade na garantia de formação integral do cidadão. De acordo com Silveira, Barbosa e Silva (2015, p. 1), “[...] ao enfrentar o desafio da criação de políticas de acesso ao ensino superior, as nações se deparam com uma questão mais fundamental: como proceder à seleção e permanência daqueles que farão parte da sua elite intelectual?”. Este desafio impulsiona o interesse do país pela educação no que diz respeito à retenção dos alunos, que, no contexto de Angola, não atende a todos aqueles que ingressam na universidade, mas mesmo em condições sociais desfavoráveis, buscam na educação uma oportunidade para seu próprio desenvolvimento, para a família e a sociedade.

Para Altbach (2009) citado por Vargas e Hering (2019), o ensino superior segue sendo um meio primordial para a mobilidade social. As universidades são, por norma, instituições urbanas e assimiladas às camadas médias e altas da população, e separadas física e intelectualmente da maioria da população, excluída cultural e territorialmente.

A exclusão da parte que não tem acesso a este subsistema está interligada com as políticas de acesso que são formuladas, observando as dificuldades em todos os estágios a que os concorrentes são submetidos. Neste sentido, entendemos ser necessário um modelo de acesso abrangente. Este aumento pode se dar pela extensão da UAN em todos os Estados de Angola, criando campos em regiões estratégicas, possibilitando o deslocamento dos candidatos até a universidade, o tamanho do polo a se inserir em cada região e as devidas áreas de formação, contratação de professores para atender estes polos, parceria entre o município e o Estado, integrando as bases de dados de cidadãos que estão fora do ES, autonomia dos Estados na criação e implementação de polos da UAN obedecendo aos requisitos

do MESCTI .

Percebe-se que este é um dos caminhos de tornar o acesso menos restrito e com maior efetividade. Seguido de uma política de acesso que permite ao aluno se candidatar um ano antes da formação do ensino médio, a partir das escolas de formação, estes interagem com a UAN sobre as demandas que cada escola possui, interligando a escola média com a universidade, dando assim o panorama das demandas de cada curso das escolas públicas e privadas. Deste modo, entende-se que o acesso ao ES se torna mais robusto, diminuindo as desigualdades. Segundo Reisberg e Watson (2010), a desigualdade de alunos no ensino superior está relacionada à cultura e ao aumento populacional e do sistema de ensino.

Diferentes trabalhos de pesquisa têm mostrado, nos últimos anos, as dificuldades e os limites em tornar o sistema de ensino superior mais aberto a diferentes públicos, pois este permanece como um espaço de distinção social e de seletividade(VARGAS; HERING, 2019, p. 5). A integração do maior número possível de cidadãos no ES é um caminho na prática de inclusão social, integração das classes sociais, redução da desigualdade social, e a valorização de todos na sociedade e no trabalho. Para tanto, é necessário investimento no setor e extensão do acesso a este nível, tornando a educação um direito pleno.

No que tange à valorização social, dados do relatório *Education at a Glance* (Instituto Nacional de Pesquisa e Pesquisa Educacional Anísio Teixeira, 2016) apontam que a taxa média de crescimento econômico para pessoas altamente educadas é duas vezes maior em comparação às pessoas menos educadas. Este reflexo no cenário angolano é visível nas categorias dos concursos públicos, administrações municipais, ministérios, departamentos nacionais, provinciais, bem como nas entidades privadas. De acordo com Moura (2020), concluir o ensino contribui na condição financeira, menor participação em atos criminosos, participação na política e maior participação em trabalhos voluntários. É neste sentido que se fundamenta a importância do acesso amplo e a permanência do candidato até o término do curso.

A permanência é um dos pilares na construção e formação do egresso, permitindo a materialização da formação, da pesquisa e do cidadão. Porém, as políticas de continuidade são indispensáveis nesta fase — os alunos se encontram no processo de formação —, possibilitando a retenção e a conclusão, dificultando a evasão na escola.

Entendemos por permanência todo apoio estudantil que corrobora no processo de formação e continuidade do aluno. Para Vargas e Hering (2019), a política de assistência estudantil está incluída na política permanente, mais especificamente nas ações que precisam ser tomadas diante das possibilidades de participar de cursos e outras atividades acadêmicas que são essenciais no processo de formação dos alunos no ES.

No processo de permanência, o curso que o aluno frequenta contribui tanto na continuidade ou evasão no ES. Moura (2020) relata que é necessário o acompanhamento das escolhas em cada curso, visto que a não realização do curso desejado pode intensificar a insatisfação por não estarem frequentando a primeira opção desejada. Sendo assim, fatores como Bolsa de Estudo representam outro pilar fundamental na continuidade do estudante no seio universitário, por ser um quesito de suporte que assegura os estudantes em condições sociais desfavoráveis.

Barbosa (2009) *apud* Imperatori (2017, p. 288) observa que, historicamente, as atividades de assistência estudantil têm sido desenvolvidas pelas instituições a partir das demandas dos estudantes. As bolsas internas são ofertadas aos candidatos que frequentam universidades em Angola, tanto públicas e privadas, selecionados diante de critérios socioeconômicos. Em Angola, observam-se alguns passos que apontam para a política de permanência no ES, de modo a evitar a desistência de alunos na universidade. O Instituto Nacional de Bolsa de Estudos representa a entidade responsável por um dos alicerces fundamentais na permanência de bolsas de estudos internas (BEI), que têm impacto direto na continuidade dos estudos. Segundo Vasconcelos (2010), é indispensável pensar na política de permanência no ensino superior por via de bolsas, que se caracterizam em duas modalidades: bolsas internas e bolsas externas. A primeira modalidade é destinada a estudantes que frequentam estudos dentro do país, enquanto a segunda categoria destina-se a alunos que frequentam o ES no exterior.

O apoio financeiro dado pelo Estado no ES é fundamental devido à condição socioeconômica da maior parte dos jovens que frequentam a universidade. Na UAN, devido à exigência de estudo em tempo integral em cursos como Medicina, Direito, Engenharia Mecânica, Enfermagem, Biomedicina e demais cursos, são necessárias bolsas de modo a suprir as necessidades dos estudantes em vias de formação, permitindo a dedicação exclusiva dos acadêmicos e ajudando os estudantes que se deslocam de outros Estados a se manterem em Luanda, onde se encontram os polos

das faculdades que compõem a UAN, bem como aqueles que vivem distante da escola.

Na política de permanência a este subsistema, o INAGBE se apresenta como o único instituto que oferta subsídios de permanência aos estudantes na UAN, que tem como fonte de recurso o OGE, outras instituições internacionais e doações, fato que limita e dificulta a concessão destes benefícios a todos os estudantes que solicitam, esbarrando na quantidade de oferta e demanda solicitada todos os anos. Devido a questões relacionadas à oferta e demanda de bolsas, os estudantes são submetidos a um processo seletivo, que considera alguns critérios no ato de concessão de bolsas, a citar: situação socioeconômica do estudante diante do extrato de rendimento financeiro do aluno ou dos encarregados de educação, notas finais descritas no certificado de conclusão de curso do ensino médio, proveniência do candidato, entre outros.

O Decreto Presidencial nº 154/14 é o instrumento normativo que regulamenta as diretrizes do INAGBE, dentro do seu objeto, aplicação, objetivos, âmbito e natureza, definição, princípios e valores financeiros, no âmbito das políticas nacionais de ensino. Para tanto, é necessário analisarmos os principais Artigos que compõem este disposto no que tange à BEI na universidade, por ser o principal elo na permanência de estudantes na academia de ensino.

Esta normativa tem como objeto o gerenciamento inerente à bolsa de estudos para frequência do ES (Artigo 1º). Tais concessões são feitas mediante o processo de candidatura dos aprovados no vestibular e em frequência escolar, desde que preencham todos os requisitos legais (Artigo 2º). Com isso, o Estado preza materializar a sua participação no desenvolvimento acadêmico do aluno no processo de formação superior (Artigo 3º). O Artigo 4º descreve os objetivos principais da política de apoio aos estudantes, como o apoio na formação dos quadros de modo a contribuir em áreas estratégicas de desenvolvimento nacional, estimular a dedicação dos alunos e assegurar a igualdade na frequência escolar a partir dos diversos estratos sociais. Espera-se, com estas políticas, o incentivo à permanência e a conclusão dos estudantes de baixa renda na universidade.

Segundo Vargas (2008), o poder econômico, social e cultural afeta os estudantes e afeta a probabilidade de concluir a escola. Outrossim, dificuldades de cunho econômico podem interferir na trajetória acadêmica de estudantes de baixa renda, seja através da falta de recursos necessários para o acesso a importantes bens e práticas culturais, seja pela necessidade de conciliar estudos e trabalho (VARGAS,

2008, p. 50). Finatti, Alves e Silveira (2006, p. 248) afirmam que, “[...] para que o aluno possa desenvolver-se em sua plenitude acadêmica, é necessário associar, à qualidade do ensino ministrado, à uma política efetiva de assistência, em termos de moradia, alimentação, saúde, esporte, cultura e lazer, entre outras condições.” O Quadro 9 mostra a política de atribuição de bolsas de estudos em Angola.

Quadro 9 – Quotas das BEI a nível da Graduação por Província - Ano Acadêmico 2021-2022

Províncias - Estados	Bolsas atribuídas
Bengo	54
Benguela	569
Bié	215
Cabinda	230
Cuando Cubango	68
Cuanza Norte	136
Cuanza Sul	147
Cunene	38
Huambo	547
Huíla	553
Luanda	3.171
Lunda Norte	138
Lunda Sul	88
Malanje	192
Moxico	183
Namibe	166
Uíge	383
Zaire	122
Total	7.000,00

Fonte: INAGBE (2021)

Observa-se nesta política de distribuição (Tabela-6) as maiores porcentagens nas Províncias de Luanda, Benguela, Namibe, Huambo, Huíla e Bié. As menores estatísticas são notadas nas Províncias do Bengo, Cuando Cubango, Zaire, Lunda Sul e Cunene. Os dados revelam as províncias que são beneficiadas no apoio político-social das bolsas de estudos, o que leva a diversos questionamentos sobre desigualdade e prioridade entre os Estados. Segundo o Artigo 9º do Decreto nº 154/14, a concessão deste subsídio é feita mediante categorias, como podemos observar na tabela abaixo.

Tabela 6 – Categorias de Bolsa de Estudo na Graduação em Angola

Tipo de bolsa	Requisitos	Duração
A	É concedida aos estudantes selecionados que tenham registrado e comprovado mudança de local de residência, conforme definido na alínea j) do artigo 5º do presente Diploma.	Durante a formação exigida pela universidade pública ou privada.
B	É concedida aos estudantes selecionados que não tenham registrado qualquer mudança do local de residência.	Durante a formação exigida pela universidade pública ou privada.

Fonte: O autor (2023), a partir do Decreto nº 154/14 de 2013.

As categorias A e B são concedidas de acordo com a necessidade do discente, mediante os valores que cada curso custa mensalmente nas universidades privadas. Nas públicas, não há custo com mensalidade, diminuindo a possibilidade de evasão na escola. Ainda neste interím, Vasconcelos (2010) citado por Imperatori (2017, p. 290) também compreende que a assistência estudantil concede recursos para a superação dos obstáculos para o bom desempenho acadêmico, permitindo que o estudante desenvolva sua graduação e obtenha um bom desempenho curricular, diminuindo situações de abandono e trancamento de matrícula.

Para tanto, é relevante a política de assistência estudantil, apresentada por Barbosa (2009, p. 39) como “[...] o conjunto de políticas realizadas através dos programas de Promoção, Assistência e Apoio [...]”, que pretende criar condições que contribuam para a permanência dos estudantes nos estabelecimentos de ensino superior, melhorando sua qualidade de vida e, conseqüentemente, seu desempenho acadêmico e de cidadãos.

Analisando as políticas de assistência estudantil da UAN, nota-se poucas modalidades de bolsas de estudos e permanência, visto que a instituição em questão não possui alojamento para alunos, professores, pesquisadores, visitantes estrangeiros e nacionais, comprometendo a efetividade da política em todos os aspectos. Além disso, observa-se a ausência da política alimentar²⁰ para estudantes, a qual possibilitaria refeições diárias, com café da manhã, almoço e jantar. Amaral e Nascimento (2010, p. 3) reafirmam a importância da assistência estudantil, defendendo que:

²⁰ Na UAN, não existem Restaurantes Universitários (RUs) com valores que possibilitam a alimentação dos candidatos em formação. De modo geral, os RUs são alugados por empresas privadas que comercializam os valores de alimentação acima da realidade financeira dos alunos. As bolsas de estudos A e B não cobrem a alimentação mensal dos estudantes.

[...] entende-se que os programas e projetos de assistência estudantil devam ser desenvolvidos como instrumentos de acesso, permanência e conclusão de curso dos estudantes nas instituições públicas, tendo como pressuposto que a assistência estudantil é uma política essencial no contexto do ensino, da pesquisa e da extensão.

Ao retratarmos as políticas de assistência estudantil, como mostrado na Tabela 7, estamos nos referindo aos moldes que podem contribuir com a política de continuidade dos alunos em formação.

Tabela 7 – Política de Assistência Estudantil Integral

Assistência	Política	Formato
Bolsa de estudos	Bolsas que cobrem todo os custos dos cursos em regime integral, considerando a situação social do estudante	Criação de edital específico
Bolsa trabalho	Implementação de bolsa trabalho, a qual permite ao aluno trabalhar em meio período e estudar em outro período na universidade, ou em instituições conveniadas com a UAN, com preferência na área de formação da graduação	Estudo » Trabalho, correlacionando a teoria com a prática, seguido de um plano de estágio para os alunos em formação
Alimentação	Criação de restaurantes universitários na UAN, com gratuidade aos alunos, todos os dias da semana	Café da manhã » Almoço » Jantar. O acesso ao RU deve ser mediante comprovação da situação acadêmica
Apoio pedagógico	Criação de grupo de docentes e discentes que apoiam os estudantes em diversas disciplinas	Aulas de reforço em formato híbrido
Livros/cursos de aperfeiçoamento	Implementação de bolsa específica de caráter obrigatório, suprimindo a necessidade de livros, e participação dos alunos em diversos eventos	Candidatura mediante edital específico, publicado semestralmente ou anualmente
Alojamento	Criação de residência estudantil	Permanência do aluno até o ciclo de formação, ou professores visitantes
Transporte	Passagem livre aos estudantes	Mapeamento das linhas de deslocamento entre a residência do aluno e universidade
Inclusão digital	Apoios com materiais informáticos	Edital específico, que contempla de forma temporária meios digitais que permitem a continuidade dos estudos em casa, ou em alojamentos
Saúde	Apoio médico, psicológico e psiquiátrico	Convênio com os hospitais universitários ou privados no atendimento aos estudantes em vulnerabilidade social

Fonte: O autor (2023), a partir do relatório do INAGEB (2013).

Entendemos que, com estas características, teremos a política efetiva de permanência dos alunos, tornando a universidade um local com possibilidades de garantir a formação digna e completa, ou seja, a universidade que os angolanos necessitam e buscam dentro da política de acesso — tendo os 8 elementos que compõem a política de assistência — ao ensino superior, considerando os diversos desafios e exigências que este subsistema impõe aos alunos. Gerando mudanças de universidade para universidade completa, neste ínterim, as assistências estudantis se tornam suporte para este fim.

Ela é relevante devido às grandes proporções de desigualdade entre os alunos que frequentam a UAN. Para Angelim (2010), a política de assistência estudantil junto aos estudantes de universidades públicas tem se caracterizado na contemporaneidade por sua natureza focalizada; pela inexistência de mecanismos de controle social sobre a mesma; pela terceirização dos serviços; pela concessão de bolsas financeiras para apoio à moradia, alimentação e transporte em detrimento da oferta de serviços como restaurante universitário e residência estudantil (ANGELIM, 2010).

O Decreto Presidencial nº 154/14 de junho de 2013, que trata exclusivamente das políticas de assistência estudantil, apresenta algumas lacunas na sua composição ao ensino superior em foco na UAN, uma vez que não caracteriza no seu entendimento a obrigatoriedade de elementos como alojamento, transporte, apoio pedagógico, bolsa trabalho/estágio, inclusão digital, saúde dos estudantes, que são fundamentais no processo de formação ao ES. Por esta razão, no nosso entendimento, sugerimos a inserção destes componentes dentro da política de assistência estudantil por serem pontos indispensáveis, contribuindo na continuidade e retenção dos alunos na UAN no processo de formação. Desta feita, observa-se que, se adicionados os itens essenciais sugeridos à UAN, estaremos caminhando para a materialização dos objetivos propostos no Decreto nº 154/14 de 2013, a citar:

- A. Socializar as circunstâncias de continuidade dos estudantes na UAN;
- B. Diminuir os efeitos das desigualdades sociais entre os egressos;
- C. Diminuir as taxas de evasão e retenção dos alunos;
- D. Sustentar na promoção de inclusão social, e tornar as políticas assistenciais cultura interna da UAN;
- E. Formação integral em todos os cursos.

A esta política, designamos como efetiva e eficiente frente aos desafios e perspectivas da universidade com os alunos e vice-versa. Para Imperatori (2017, p. 298), “[...] é importante considerar o pressuposto da assistência estudantil de que fatores socioeconômicos interferem na trajetória dos estudantes nos seus cursos de graduação, gerando inclusive abandono escolar.” Para entendermos as questões do acesso na UAN, convém analisarmos os dados abaixo:

6.7 ANÁLISE DOS DADOS DE ACESSO AO ENSINO SUPERIOR NA UNIVERSIDADE AGOSTINHO NETO 2014-2018

Nesta fase da investigação, compreenderemos o acesso ao ensino superior com base no número de diplomados e o gênero através de dados que evidenciam de modo claro e abrangente a quantidade de candidatos, aceitos e não aceitos, em cada ano, representado em porcentagem (Quadro 10). Essas categorias servirão como elementos representativos das estatísticas ambientais inerentes à UAN discutidas nos anuários de Estatísticas da Educação entre os anos de 2014 a 2018, como descrito no Quadro 10.

Quadro 10 – Distribuição do número de candidatos inscritos para o exame de acesso ao ensino superior na Universidade Agostinho Neto (2014-2018).

Ano	Total de inscritos	Não admitidos	Porcentagem de alunos não admitidos em relação ao total de inscritos	Admitidos	Porcentagem de alunos admitidos em relação ao total de inscritos
2014	34.276	24.078	70,247%	10.198	29,752%
2015	29.023	24.033	82,806%	4.990	17,194%
2016	44.148	5.497	12,451%	38.651	87,548%
2017	55.710	50.512	83,553%	5.198	16,447%
2018	62.206	9.065	14,572%	53.141	85,43%

Fonte: O autor (2023), a partir dos anuários estatístico do MECSTI (2014-2018).

Com base nos dados acima, verifica-se que houve menos candidatos admitidos em 2014, o que significa que 70,2% dos candidatos neste ano não obtiveram acesso ao ES da UAN. A situação se agravou em 2015, quando a UAN enfrentou um aumento de 12,55% no número de inscritos em relação ao ano anterior. Em 2016, os dados mostram um aumento nas matrículas universitárias, com 87,5% de matrículas

garantidas em relação ao total de alunos matriculados, mas 12,5% não tiveram o mesmo direito à educação. Os dados de admissão da UAN em 2017 mostram que a admissão de 60.455 candidatos diminuiu significativamente, dos quais 83,55% não foram admitidos. Porém, o ano de 2017 se caracteriza como o período com maiores taxas de candidatos não aprovados no processo seletivo, mesmo sendo o segundo ano com elevada taxa de inscrição entre 2014 a 2018. Analisando o orçamento da educação superior em 2017, observa-se que, em comparação com 2019-2020 (ver Tabela 1), a UAN recebeu menos recursos financeiros do OGE. Por isso, entendemos que o fator financeiro pode ter impactado no curso da universidade em diversos setores, tal como defende Imperatori (2017). No último ano de análise (2018), a situação mudou favoravelmente, com 53.141 candidatos aprovados de um total de 62.206 inscritos no vestibular, correspondendo a 85,3% dos candidatos qualificados.

Essas flutuações entre matrículas e não matrículas podem ser explicadas por vários fatores, incluindo políticos e econômicos, que afetam os programas de graduação a cada ano. Mancebo (2017) descreve que a conjuntura econômica e política afeta o funcionamento das instituições de ensino básico e superior, pois esses fatores estão diretamente relacionados ao desempenho das universidades públicas, cuja principal fonte de receita é o OGE em Angola.

A partir das informações de 2014-2018, constata-se que a política educacional do ES adotada pelo governo de Angola apresenta enormes obstáculos, nomeadamente maior porcentagem de candidatos não admitidos em relação à quantidade de inscritos, ausência de uma política a curto ou longo prazo que inverta este quadro e igualdade no acesso. Para Barbosa (2013), Kadingi (2016) e Paxe (2017), a demanda do ensino superior público em Angola não acompanha o número de candidatos inscritos. Entende-se que os quadros atuais do acesso na UAN indicam insuficiência na oferta educativa, o qual é reflexo da política pública do Estado no ES, que, na realidade do país, não se encontram ao alcance da maior parcela das famílias. A este respeito, Kadingi (2016) afirma que as famílias angolanas com menos recursos financeiros recorrem às universidades públicas e só quando não ingressam, vão para o setor privado como alternativa, não como primeira opção. Neste sentido, Balsa *et al.* (2007) defendem que a escolha de faculdades públicas está relacionada, por exemplo, à qualidade e ao prestígio.

O título de professor que leciona em universidade pública ou privada é

considerado um fator importante para os candidatos. Ao examinarmos a profissionalização dos professores entre as duas esferas, observa-se que as instituições públicas de ensino superior são melhores em ambos os graus — mestres e doutores — no tocante às qualificações, conforme mostrado na Tabela 8.

Tabela 8 – Diplomas de professores em instituições públicas em comparação com instituições privadas (2018-2019)

Título	2018		2019	
	Docentes	%	Docentes	%
Docentes Doutores	1.040		1.244	
Doutores nas Públicas	682	16,8	814	17,6
Doutores nas Privadas	358	5,6	430	6,3
Docentes Mestres	3.541		4.096	
Mestres nas Públicas	1.836	45,3	2.129	46,2
Mestres nas Privadas	1.705	26,7	1.967	28,8
Docentes Licenciados	5.860		6.084	
Licenciados nas Públicas	1.531	37,8	1.670	36,2
Licenciados nas Privadas	4.329	67,7	4.423	64,9

Fonte: Dados do GEPE/MESCTI (2022).

Apesar da maior porcentagem de mestres e doutores nas IES públicas que qualifica positivamente o processo de ensino, os dados de acesso — admitidos e não admitidos — demonstram que a maior parte não tem as mesmas condições de ascenderem na UAN. Tal fato nos leva a questionar: Qual é o destino de angolanos excluídos na universidade que não conseguem arcar com os altos custos das universidades privadas?

Fruto dos resultados da insuficiência de vagas no ES na UAN, associa-se a política e ao tratamento da educação por parte do Estado que afeta as IES públicas. Analisando profundamente, é possível observar a comparação do número de vagas entre as universidades públicas e privadas (Quadro 11), assim como se nota a partir dos dados do Gabinete de Estudos e Planeamento e Estatística do MESCTI entre os anos de 2017-2018.

Quadro 11 – Vagas no setor público em comparação com vagas no setor privado IES (2017 - 2018)

Vagas	2017					2018				
	Total	Públicas	% das IES Públicas	Privadas	% das IES Privada	Total	Publicas	% da IES Públicas	Privadas	% da IES Privadas
Candidatos	134.418,00	27.567,00	20,51%	106.851,00	79,49%	154.023,00	27.835,00	18,07%	126.186,00	81,93%
Admitidos	234.369,00	167.167,00	71,33%	65.202,00	27,82%	254.754,00	155.701,00	61,12%	99.053,00	38,88%
Matriculados	87.198,00	29.191,00	33,48%	58.007,00	66,52%	106.749,00	20.512,00	19,22%	86.237,00	80,78%
Vagas	78.574,00					92.824,00				

Fonte: Dados do GEPE/MESCTI (2022)

Por razões como gratuidade, qualificação dos docentes e perfil do aluno, as IES públicas tendem a ter maior procura entre os candidatos, porém, a quantidade de vagas disponíveis é menor em relação às IES privadas. Para Buza, Leher e Canga (2022), as escolas públicas ofertam maior número de vagas devido a sua gama de cursos. A partir destes dados, os números sugerem ser urgente reavaliarmos a política de acesso na maior universidade de Angola. Esta ação tem a ver com a agenda dos governos no ES dentro do PND 2018/2022, o qual recai a responsabilidade de reverter estes dados, possibilitando a entrada na escola com maior abrangência, a fim de desmercantilizar a educação no ES. Tal como corrobora Kandingi (2016), no subsistema de ensino superior nas diferentes províncias do país, mais de 50% pertencem ao setor privado.

Portanto, fornecemos um resumo dos cursos com as taxas de aceitação mais altas e mais baixas. O Apêndice 1 detalha as admissões para cada curso, os aceitos e não aceitos na UAN. Nosso estudo constatou que cursos de 2014, como Medicina, Direito, Comunicação Social, Gestão e Administração Pública, Economia e Psicologia aparecem como os cursos com maior número de candidatos que não foram aceitos. Biologia é o curso com maior índice de aceitação.

Nos anos de 2015 e 2016, os cursos de Gestão e Administração Pública, Economia, Comunicação Social, Psicologia, Análises Clínicas e Enfermagem são os cursos com maior número de candidatos não admitidos (MESTIC, 2016). No mesmo ano, Ciências da Computação, Secretariado Administrativo, Gestão e Administração Pública, Ciências Políticas, Engenharia Informática e Engenharia Civil apresentaram taxas com maior número de concorrentes admitidos. Em 2015 e 2016, os dados do Anexo 1 comprovam que houve alternância significativa na fração de concorrentes admitidos nos seguintes cursos: Medicina, Gestão e Administração Pública, Psicologia, Economia e Comunicação Social, ou seja, houve maior quantidade de aprovados em relação ao número de candidatos (MESTIC, 2016).

Em 2018, os dados detalham que, de forma geral, tal como em 2014, 2015 e 2016, a questão do ingresso é maior se comparada à quantidade de inscritos na maior parcela dos cursos ofertados, com exceção de: Língua e Literatura Portuguesa, Línguas e Literatura Africana, Línguas e Literatura Inglesa, Línguas e Literatura Francesa, que apresentam maior aprovação de candidatos em relação ao número de inscritos. A partir dos anuários do MESTIC de 2018, observa-se que em 2018 houve a implementação de mais um curso na UAN, Relações Internacionais, o que

demonstra progresso nas opções para os candidatos. No entanto, a deficiência no acesso de grande parte dos candidatos permanece (Anexo 1).

Em relação à família, à universidade e ao curso escolhido, no contexto de Angola, há uma relação entre os pares. Segundo Kandingi (2016), as famílias tendem a participar ativamente no processo formação dos filhos por acreditarem no resultado positivo da formação superior, as universidades públicas representam o alvo da maior parte dos candidatos e o curso representa o sonho e as expectativas da maior parte dos concorrentes, desde a candidatura até ao final da formação.

Ainda neste íterim, entendemos que a decisão de qual curso frequentar direciona o formando para a profissão a seguir, realização pessoal, o enquadramento em instituições públicas ou privadas e a remuneração salarial da categoria. A partir deste fundamento, podemos compreender a tamanha procura entre os cursos mais disputados da UAN pelos concorrentes.

Após a discussão sobre a quantidade de ingressos, egressos, vagas nas IES públicas e privadas (Tabela 11), oferta e demanda dos cursos, é relevante entendermos a quantidade de graduados na UAN (objeto de estudo) no período de 2014 a 2018 (Tabela 9) nas categorias masculino e feminino. Nesta categoria, nossa análise se limitara no total de formados em geral e não os egressos por curso específico. Assim, pode-se entender o número de graduados a partir da Tabela 9.

Tabela 9 – Comparação do número de graduados na Universidade António Agostinho Neto por gênero

Ano	Feminino	Masculino	Total
2014	3. 283	2.914	6.197
2015	392	708	1.100
2016	687	827	1.514
2017	721	559	1.280
2018	822	867	1.689

Fonte: O autor (2023), a partir dos anuário estatísticos do MESCTI (2014-2018).

Os quatro anos de estudo dos formados na UAN detalham tamanha diferença entre os egressos. Em 2014, especificamente, o total de formados foi de 6.197. No ano seguinte, este número reduziu para 5.097. Em 2016, houve aumento no total de formados de 1.514. Comparando o ano de 2017 com 2018, existe uma diferença de 409. Ao analisar a quantidade de egressos na questão de gênero, percebe-se que as mulheres estão em menor quantidade de 2014 até 2018, levantando a seguinte

questão: Quais fatores internos e externos estão na desigualdade de formados? Sobre o mapeamento entre a quantidade de admitidos *versus* a quantidade de formados no período de análise, a UAN totaliza 58.339 ingressos e 11.780 egressos, uma diferença de 46.559, ou seja, 79,9% dos candidatos aceitos entre 2014a 2018 não se formaram no tempo estipulado pelo MESCTI, e somente 20,1% tendema terminar o curso segundo a grade curricular.

6.8 BREVE COMPARAÇÃO: ACESSO AO ENSINO SUPERIOR EM MOÇAMBIQUE, CABO VERDE E BRASIL

Analisando o panorama internacional, observamos que o acesso ao ES tem sido um desafio para muitos países, assim como em Angola. Bene *et al.* (2022) afirmam que, em Moçambique, o ES em 1962 teve como prioridade a elite. Após reformas internas no sistema nacional de ensino na década da independência, entre 1975-1985, o acesso atingiu uma parcela maior da população. A este respeito, Mechisso (2017, p. 9) afirma que: “[...] ao longo do período que antecedeu a independência nacional, o ensino superior manteve um acesso discriminatório e excludente [...]”, pois, ao contrário do que ditou o seu surgimento para formar todos os moçambicanos, destinou-se majoritariamente aos filhos dos governantes e empresários. Nesta conformidade, “[...] em 1991, um diploma governamental institui, por exemplo, os exames de admissão ao ensino superior para todos candidatos que pretendiam ingressar na universidade.” (NOA, 2011, p. 227).

Até 2022, Moçambique conta com 56 universidades, incluindo 22 IES públicas e 34 privadas. De 2003 a 2017, seu contexto histórico sobre acesso a este subsistema apresenta o quadro de alunos da seguinte dimensão: 119.944 frequentam instituições públicas, e 80.705 alunos são da rede privada, segundo o Ministério da Ciência e Tecnologia, Ensino Superior e Técnico Profissional (MCTESTP).

Para Bene *et al.* (2022), estes dados apresentam um grau de melhoria no acesso em Moçambique, porém, quando confrontados com a quantidade de candidatos do ES público, se apresenta como um quadro incapaz de atender as demandas, reiterando que a inserção neste nível continua limitado, considerando que Moçambique conta com uma população de 20,2 milhões de habitantes registrados no último Censo de 2017, mas, até 2022, menos de 1% tem acesso ao ES conforme dados do MCTESTP. Neste sentido, apesar do aumento em termos de vagas, o

acesso não acompanhou o crescimento populacional, pois em dez anos tivemos uma redução em termos percentuais no acesso (BENE et al. 2022).

No contexto de Cabo Verde, o ES se depara com diversos obstáculos, onde a maior parte dos jovens busca o acesso a este nível. Desde os anos 90, o ensino nos níveis superiores passava por uma reestruturação (VIEIRA; LOPES; VIEIRA, 2022). Ainda neste ínterim, em 1990, as maiores parcelas dos estudantes cabo-verdianos contavam com o exterior do país como local de formação. Segundo os referidos autores, os destinos mais desejados com base no número de alunos foram: Portugal (1203); Cuba (559); ex-União Soviética (360) e Brasil (100). Vieira, Lopes e Vieira (2022) afirmam que, em 1992, foi instituída a Comissão Instaladora do Ensino Superior, que tinha como intento o dimensionamento do ensino; além disso, apontou quadros institucionais para capacidades existentes e futuras, e Coordenação de programas internacionais de ensino superior. Anteriormente à década de 90, em sua maioria, as formações em nível superior ocorriam em outros países e eram em grande parte financiadas pelo Tesouro Público e Fundo de Desenvolvimento Nacional de Cabo Verde.

Em 2002, surgiu a Universidade Jean Piaget, pertencente a Portugal e de natureza privada. Neste período, o número de alunos estudando no exterior diminuiu devido ao surgimento de uma universidade privada em Cabo Verde. No ano de 2003, a aplicação de políticas de desenvolvimento no ES se somou à redução de candidatos fora da universidade. Os dados do ano acadêmico 2010/2012 entre as universidades públicas e privadas demonstram que, dentre as instituições com maior número de alunos, destacam-se a Uni-CV²¹ (4.549) de natureza pública, o ISCEE²² (1.907) e a Uni-Piaget²³ (1.870). No tocante aos percentuais de alunos entre a rede pública e privada, a Uni-CV, de caráter público, possui 4.549 alunos, que representa 39% do total de alunos que frequentaram as 9 instituições de ensino superior já existentes no país (VIEIRA; LOPES; VIEIRA, 2022). Estes dados demonstram que 61% dos cabo-verdianos têm como local de formação superior às instituições privadas devido à fraca oferta nas escolas públicas. O estudo de Hirsch e Giacomini (2007) citado por Vieira, Lopes e Vieira (2022, p. 506) relata que:

²¹ Uni-CV –Universidade de Cabo Verde, de natureza pública.

²² ISCEE - Instituto Superior de Ciências Económicas e Empresariais, enquanto primeira iniciativa de ensino superior privado, no país que é de natureza privada

²³ Uni-Piaget, criada em 1979, de cariz público, que se somam no rol nas Instituições de Ensino Superior no em Cabo Verde.

A história recente, bem como a falta de alguns cursos de formação profissional e o prestígio da obtenção de diplomas no exterior continuam a ser os principais motivos que levam os jovens a migrarem em busca de formação. Como se depreende destes fatos, o desafio reside na oferta de cursos, na qualidade e confiança dos diplomados das instituições de ensino superior e no reflexo da proporção de candidatos que as universidades conseguem absorver nas 9 instituições públicas.

Baroni (2010) argumenta que o número de candidatos do ensino superior público tem aumentado, pois, até 1970, a proporção de alunos no ensino superior era menor, o que aumentou as áreas do ensino superior privado. Em 1990, o número de diplomados do ES aumentou devido à diversificação dos cursos universitários e à introdução de cursos de curta duração (geralmente de 2 ou 3 anos). A este respeito, o autor afirma:

Essa situação começa a mudar: pelos dados do Censo da Educação Superior, realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), entre 2006 e 2007 houve um aumento de 23,6% na oferta de vagas em cursos de educação tecnológica, chegando a 394.120. Se considerarmos o total oferecido, 2.823.942, essa modalidade já representa quase 14% das vagas. (BARONI, 2010, p. 9).

No contexto do Brasil, o ensino à distância (EAD) tem servido como alternativa aos candidatos que almejam o ensino superior, que representava 7% dos alunos que ingressavam no ensino superior em 2007. “Em 2011, essa taxa aumentou para 25,5%.” (MEC/INEP, 2009b, p. 14). Na visão de Baroni (2010), o crescimento de candidatos neste subsistema colabora com o desenvolvimento pessoal e do país em diversas esferas.

Segundo Fernando Costa, da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) *apud* Baroni (2010), apenas 13% dos brasileiros entre 18 e 24 anos frequentam o ensino superior, em comparação com uma média de 30% na Europa e 60% na Coreia do Sul. Mas, na Europa e na Coreia do Sul, constata-se que 50% dos matriculados estão em cursos de formação técnica profissional (COSTA, 2008). Assim, entende-se como em outros países observa-se a semelhança no quesito insuficiência ao acesso democrático, ou seja, não há um contexto de igualdade na educação superior, apesar de os números apresentarem taxas diferentes quando comparadas entre os países (BARONI, 2010).

Segundo o relatório do Instituto de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep,

2020)²⁴, na análise sobre evolução de instituições de ES de 2020, o Brasil conta com diversas IES públicas e privadas, dentre as quais 118 são universidades federais, 129 são estaduais e 57 municipais. A Tabela 10 descreve o processo de desenvolvimento escolar no Brasil.

Tabela 10 – Evolução do número de Instituições de Educação Superior, por categoria Administrativa-2011/2020

ANO	TOTAL GERAL	CATEGORIA ADMINISTRATIVA				
		PÚBLICA				PRIVADA
		TOTAL	FEDERAL	ESTADUAL	MUNICIPAL	
2014	2.368	298	107	118	73	2.070
2015	2.364	295	107	120	68	2.069
2016	2.407	296	107	123	66	2.111
2017	2.448	296	109	124	63	2.152
2018	2.537	299	110	128	61	2.238
2019	2.608	302	110	132	60	2.306
2020	2.457	304	118	129	57	2.153

Fonte: Elaborada por Deed/Inep com base nos dados do Censo da Educação Superior.

O setor privado conta com 2.153 universidades. Analisando os dados descritos nas questões percentuais, observa-se em relação às IES públicas que 42,4% são estaduais (129 IES) 38,8% são federais (118), 18,8% são municipais (57), e a maioria das universidades é pública (55,2%). Neste sentido, nas modalidades de ensino, o relatório afirma que 85,3% dos cursos de graduação nas universidades são na modalidade presencial. Em relação à frequência escolar, em 2020, a participação subiu para 53,4%.

Estas comparações, de forma sintética, nos permitem avaliar que a questão da frequência escolar em Moçambique, Cabo Verde e Brasil apresenta uma característica em comum: a “desigualdade no acesso”, apesar de algumas variações nas taxas e restrições, bem como contextos diferentes quando se compara, por exemplo, o tamanho da população entre os países e as políticas públicas.

²⁴ Este documento consiste em uma edição especial cujo objetivo é dar publicidade aos principais resultados do Censo da Educação Superior (Censo Superior) 2020 e às séries históricas dos últimos dez anos. Para tanto, apresenta informações quantitativas e qualitativas, a partir da análise descritiva dos dados. (INEP, 2020.p,10).

O acesso ao ensino superior é limitado em diversos países. Em nossa opinião, essas limitações podem estar relacionadas aos principais fatores como vagas, número de professores, alto investimento em educação, política interna, etc. Ao mesmo tempo, observou-se que entre os países citados existe um método que garante aos candidatos o acesso às faculdades, embora de formas diferentes, garantindo assim uma participação razoável.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O principal objetivo desta dissertação foi investigar a política nacional do subsistema de ensino superior de Angola, focada no acesso, analisando as dificuldades enfrentadas pelos jovens angolanos para ingressar na Universidade Agostinho Neto (UAN) entre 2014-2018, e suas implicações sociais e econômicas. A nossa intenção era perceber quais são os obstáculos relacionados no processo de acesso de angolanos na universidade e quais políticas públicas poderiam ser implementadas para reduzir ou resolver os obstáculos com vista à ampliação do acesso da UAN, bem como entender o acesso em um contexto internacional.

Inicialmente, os aspectos da economia, política e outras questões socioeducacionais nos permitiram entender Angola neste tripé (INE, 2021), os quais são indispensáveis para compreender o Estado da educação básica, média e superior. A história de Angola e o processo de colonização portuguesa explicam diversas razões do atraso escolar em vários níveis no sistema de ensino, em especial no ES. A partir das dificuldades de acesso escolar nos distintos subsistemas, os programas de crescimento escolar estabelecidos pelo Governo (PND 2018-2022, PIIM e PGE), constata-se os objetivos de melhoria no acesso escolar nos níveis de ensino pré-escolar, básico, fundamental e no ensino médio, os quais são requisitos para chegar no ES dentro da legislação de Angola. Portanto, as políticas públicas praticadas no ramo educacional demonstram que há necessidade de alargar o número de vagas em todo sistema de ensino (MESTIC, 2022).

No ES, em especial, a história do ensino universitário, bem como as perspectivas e obstáculos de acesso demonstram ser histórico desde 1975 (SILVA, 2004). A criação de IES públicas de ensino demonstraram ser um desafio na agenda do Governo de Angola, que enfrenta problemas de várias ordens na formulação de políticas para este setor, tal como afirmam Serrão (1983), Carvalho (2013) e Brás (2019). A democratização do ES após 1975 entra na agenda do Governo, a fim de garantir o direito à educação (ALEAGA; SACOMBOIO, 2020), assim como na agenda de diversos países africanos. Ainda neste interím, somente em 2009, as IES abrangem diversos estados de Angola devido ao passado colonial.

A história da educação e do ensino superior em Angola nos remete necessariamente à história da colonização portuguesa e seus efeitos no crescimento e desenvolvimento ao longo dos 47 anos de independência — de 1975 a 2023. Os

resultados do processo colonial colaboram na fraca escolarização dos cidadãos em todos os níveis de ensino, tal como indicam Carvalho (2013) e Silva (2004). Após a independência, Angola enfrentou desafios nos domínios social, político e econômico. A esta altura, as políticas públicas foram voltadas em diversos setores, quais sejam: educação, agricultura, construção civil, saúde e transportes públicos (BELO, 2022). Esses desafios foram pensados num ambiente de paz e de reconciliação nacional mas, dramaticamente, todos eles se apresentavam e se apresentam como prioritários.

Em 2002, com o término da guerra civil, tornou-se possível a implementação de políticas em diversas áreas, conforme descrito nos “Acordos de Bicesse”. Os desafios da pós-independência se resumiam essencialmente: (I) No domínio político, na construção de uma nação, na afirmação do país no concerto das nações, bem como na ideia de Angola fazer parte da trincheira firme da revolução em África. Assim, se justifica todo o sacrifício de Angola para a independência da Namíbia e abolição do *Apartheid* na África do Sul; (II) No domínio econômico, o desafio era o desenvolvimento do país, fazer da agricultura a base e a indústria o fator decisivo, mas a economia excessivamente centralizada e verticalizada do socialismo de forte inspiração soviética colocou em xeque o processo de desenvolvimento num ambiente internacional marcado pela globalização neoliberal.

Os resultados da paz permitiram estabelecer mais instituições públicas e privadas de ensino superior, visto que, em 2009, foram instituídos os três decretos normativos a fim de orientar o ES e democratizar o acesso (item 6.4). No entanto, o número de matrículas revelou os desafios que Angola tem enfrentado no ES desde o seu surgimento, assim como a expansão das universidades em diferentes pontos do país, a qualidade dos professores, a qualidade do ensino, etc.

A partir da literatura estudada e fundamentada por autores como Paxe e Brás (2012), Paxe (2017), Nguluve (2020) e MESTIC (2020), entre outros, sobretudo com base nos dados do MESCTI de 2014-2018 observados nos Anuários Estatísticos da Educação no Ensino Superior (Anexo 1), assim como no Decreto no 90/09 de 15 de dezembro, que trata do processo de acesso ao ES tais como: Legislação do Ensino Superior; Regime de acesso ao Ensino Superior; Processo de Inscrição e Seleção de Estudantes ao Ensino Superior; Processo de Ingresso no Ensino Superior (vestibular); Acesso ao Ensino Superior e modalidades de ingresso, é possível notar adversidades que Angola enfrenta no ES com base nos dados estatísticos e na formulação da política educacional, em específico na UAN. Portanto, os documentos descritos formam a

estrutura que compõe a política formulada pelo Governo Nacional a respeito do ingresso no ES.

No Decreto no 90/09, observam-se algumas informações que sinalizam que nos últimos 4 anos, o acesso na UAN é marcado por barreiras políticas e institucionais. As questões políticas englobam ausência de vagas para ações afirmativas, falta de gratuidade na etapa de inscrição de candidatos em vulnerabilidade social, o modelo de acesso (vestibular), a formulação de políticas do ES centralizadas e exclusivamente pelo governo central, a centralização de polos da UAN na capital do país, falta de obrigatoriedade em relação a docentes exclusivos em universidades públicas, oferta de vagas inferior à quantidade de inscritos, escassez de bolsas de estudos, as quais contribuem com a permanência de estudantes em formação e colaboram nas barreiras de ingresso dos candidatos, onde se nota que acada 10 inscritos, menos de 5 candidatos são aceitos. Sendo assim, a política afeta a instituição que tem como modelo de referência as orientações descritas no referido decreto, o qual necessita de (re)avaliação nas questões de ações afirmativas e exclusividade dos docentes em IES públicas, a fim de evitar barreiras institucionais.

Em nosso entendimento, consideramos como barreira de entrada todas as dificuldades que incitam os concorrentes a não ingressarem na universidade, que limitam e retardam o processo de formação dos angolanos. Acreditamos que a maneira mais eficaz de impulsionar a mudança social é por meio da política e das instituições. A política é entendida como uma forma de resolução de conflitos ou um conjunto de ações formais e informais que expressam relações de poder voltadas para a resolução pacífica de conflitos de interesse público (SCHMITTER, 1984). Ainda neste ínterim, a política também pode ser entendida como a ciência de governar um país ou um povo, e a arte de negociar para conciliar interesses. A partir dos conceitos sobre políticas públicas de autores como Secchi (2014), Secchi (2019), Elmore (1979) e Berman (1978), Dalfior, Lima e Andrade (2015), entendemos que o processo de tomada de decisões políticas se caracteriza pelos elementos que constituem determinada ação política. Para Schmitter (1984), as instituições, os recursos, os processos e as funções exercidas pelas entidades formam os elementos que viabilizam as tomadas de decisões.

De acordo com Geoffrey (2018), as instituições são concebidas como sistemas de regras sociais bem estabelecidas e governantes que regulam a interação social. Portanto, a operacionalização da política educacional angolana na UAN é baseada na

política adotada pelo MESCTI, cujas atividades refletem na universidade. Como a UAN tem enfrentado um grande número de candidatos desde a sua criação (SILVA, 2004), estas demandas face à pouca oferta de vagas por curso somam-se nas restrições de várias ordens que formam as barreiras institucionais, desde o vestibular até a matrícula.

A UAN, como entidade tutelada pelo MESCTI, encontra-se neste quadro devido às políticas definidas pelo Ministério. Nesse sentido, recomendamos as seguintes ações para reverter o atual quadro político-institucional na universidade: (I) autonomia de contratação de professores, (II) criação de polos nos 18 Estados — governos estaduais — que compõem Angola, investimento massivo em recursos financeiros destinados para a universidade. Essas articulações em curto espaço de tempo possibilitariam o aumento de candidatos e um acesso menos restrito, num país onde a maior parte da população é jovem (INE,209) e tem a intenção de frequentar a universidade pública. No nosso entendimento, essa solução permitiria mudanças no quadro atual apresentado na seção referente ao incentivo do ensino superior em Angola e a política de acesso à UAN.

Além disso, notamos que os programas de desenvolvimento educacional como o PIIM e o GPE têm contribuído positivamente para o aumento do número de alunos matriculados no ensino médio, o que acreditamos refletir na crescente demanda pelo ensino superior da UAN. Argumentamos que o problema de acesso ao ensino superior é global, como tem sido em outros países. Baroni (2010) e Bene *et al.* (2022) defendem que a igualdade de acesso às universidades são um problema que os governos enfrentam em contexto internacional, quando se compara países como Moçambique, Cabo-Verde e Brasil em relação a Angola. A partir desta comparação, julgamos, portanto, que no contexto de Angola e da Universidade Agostinho Neto, seja necessário adotar políticas públicas no ES que visam não só aumentar a oferta de vagas e a extensão da UAN em diversas regiões de Angola, mas também promover melhorias na política e processo de acesso ao ensino superior, da qualidade do ensino, equidade no acesso, permitindo que os candidatos que terminam o ensino médio possam prosseguir com seus estudos, buscando a formação acadêmica necessária para o desenvolvimento pessoal e de Angola, que tem a educação superior no PND 2018/2022 como fator indispensável em todos os setores.

REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE, A. E. **O princípio da gestão democrática na educação pública**. Brasília: Progressiva Ltda, 2012. 394 p.
- ALMEIDA, L. H. de; MOLL, J. Aproximações entre Educação Integral e Ciência, Tecnologia e Sociedade (CTS). **Revista de Ciências Humanas**, v. 19, n. 2, p. 118-142, 2018.
- ALONSO, K. M. A expansão do ensino superior no Brasil e a EAD: dinâmicas e lugares. **CEDES**, v. 31, n. 113, p. 1-17, 2010.
- ALTBACH, P. G. **Educación superior comparada: el conocimiento, la universidad y el desarrollo**. Buenos Aires: Universidad de Palermo, 2009.
- ALVES, R. As mutações no mundo do trabalho na era da mundialização do capital. **Revista Profissão Mestre**. Ano 6 – Nº 62 – novembro, 2004.
- AMORIM JUNIOR, R. F.; MOURA, D. H. A máquina de tortura: uma síntese dos efeitos do vestibular na educação e na sociedade. **Holos**, [s. l.], v. 2, p. 4–13, 2005. DOI: 10.15628/holos.2005.68.
- ANGELIM, I. C. S. Política de assistência estudantil na universidade pública: desafios para construção de uma concepção de direito de cidadania. In: **Anais...** Seminário Políticas Sociais e Cidadania, Salvador: UCSAL, 2010. Disponível em: http://www.interativadesignba.com.br/III_SPSC/arquivos/sessao7/199.pdf. Acesso em: 16 ago. 2022.
- ANGOLA, PORTAL DE. **Compromisso de Dakar adiado por mais dois anos**. Portal de Angola, On-line, n. 1, p. 1, 23 maio 2013. Disponível em: <https://www.portaldeangola.com/2013/03/25/compromisso-de-dakar-adiado-por-mais-dois-anos/>. Acesso em: 4 jul. 2022.
- ANGOLA. **Constituição da República de Angola**. Diário da República, I Série, nº 23. Luanda: Imprensa Nacional, 2010.
- ANGOLA. **Decreto executivo nº 38-A/92, de 7 de agosto de 1992**. Criação da Universidade Católica de Angola (UCA).
- ANGOLA. **Decreto nº 7/09, de 12 de Maio de 2009**. Diário da República: Imprensa Nacional. I Série - nº 87 - A reorganização da rede de instituições de Ensino Superior públicas, a criação de novas instituições de Ensino Superior e o redimensionamento da Universidade Agostinho Neto (UAN).
- ANGOLA. **Decreto nº 90/09, de 15 de dezembro de 2009**. Diário da República: Imprensa Nacional. I Série - n.º 237 – Do Subsistema do Ensino Superior Angolanos.
- ANGOLA. **Decreto nº 90/09, de 15 de dezembro de 2009**. Diário da República I Série, Nº 87. Luanda: Imprensa Nacional – Normas gerais reguladoras do subsistema

do ensino superior.

ANGOLA. **Decreto-Lei nº 5/09, de 7 de Abril de 2009**. Diário da República. I Série – n.º 64. Luanda: Imprensa Nacional - Regiões Académicas que delimitam o âmbito territorial de atuação e expansão das instituições de ensino superior.

ANGOLA. **Decreto-Lei nº 154/14, de 13 de junho de 2013**. Diário da República. Luanda: Imprensa Nacional. I Série – n.º. 112. Regime Jurídico do Subsistema do Ensino Superior.

ANGOLA. **Decreto-Lei nº 310/20, de 7 de dezembro de 2020**. Diário da República. I Série – n.º. 196. Luanda: Imprensa Nacional – Regime Jurídico do Subsistema do Ensino Superior.

ANGOLA. **Decreto-lei nº 44530, de 21 de agosto de 1962**, da Administração Colonial Portuguesa – Criação dos Estudos Gerais Universitários.

ANGOLA. **Decreto-Lei nº 5/9, de 8 de Janeiro de 2019**. Diário da República. I Série – n.º. 64. Luanda: Imprensa Nacional – Regulamento Geral de Acesso ao Ensino Superior.

ANGOLA. Governo da República de Angola – Casa Civil da Presidência da República de Angola (2012a). **Relatório Final da Estratégia Nacional de Formação de Quadros**. Lisboa: Grupo CESO CI.

ANGOLA. Instituto Nacional de Estatística. **Inquérito de Conjuntura no Consumidor – IV Trimestre 2021**. Disponível em: Acesso em 31/10/2022.

ANGOLA. Instituto Nacional de Estatística. **Recenseamento Geral da População e Habitação – 2014**. Disponível em: (www.ine.gov.ao e <http://censo.ine.gov.ao>). Acesso em: 28 out. 2022.

ANGOLA. **Lei nº 13/01, de 31 de Dezembro de 2001**. Lei de Bases do Sistema de Educação. Diário da República, I Série, nº 170. Luanda: Imprensa Nacional, 2001.

ANGOLA. **Lei nº 17/16, de 07 de outubro de 2016**. Lei de Bases do Sistema de Educação e Ensino. Diário da República. I Série, nº 70.

ANGOLA. **Plano de Desenvolvimento Nacional 2018-2022**. Ministério da Economia e Planeamento Vol. I. Disponível em: <https://www.ucm.minfin.gov.ao/cs/groups/public/documents/document/zmlu/njax/~edi sp/minfin601408.pdf>. Acesso em: 08 jun. 2022.

ANGOLA. **Plano Nacional de formação de Quadro 2013-2020**. Ministério da Educação. Vol. I. Disponível em: PNFQ 2013-2020 Sumário

ANGOLA. Notícias. **95% dos projectos PIIM já estão em execução**. Ministério das Finanças. Disponível em: <https://www.minfin.gov.ao/PortalMinfin/#!/sala-de-imprensa/noticias/9576/95-dos-projectos-piim-ja-estao-em-execucao>. Acesso em: 20 abr. 2022.

ANGOLA. **Orçamento geral do Estado / Angola 2018 – 2022**. Despesa por programa. Ministério das Finanças. Disponível em: <https://www.minfin.gov.ao/PortalMinfin/#!/materias-de-realce/orcamento-geral-do-estado/oge-passados>. Acesso em: 09 jun. 2022.

ANGOLA. **Orçamento Geral do Estado**. OGE passados. Ministério das Finanças. Disponível em: <https://www.minfin.gov.ao/PortalMinfin/#!/materias-de-realce/orcamento-geral-do-estado/oge-passados>. Acesso em: 20 abr. 2022.

ANGOLA. **Programa Integrado de Intervenção nos Municípios**. Ministério das Finanças. Disponível em: <https://www.minfin.gov.ao/PortalMinfin/#!/programa-de-investimento-publico/plano-integrado-de-intervencao-nos-municipios>. Acesso em: 09 jun. 2022.

ANGOLA. Ministério do Ensino Superior, Ciência, Tecnologia e Inovação (MESCTI). Gabinete de Estudos, Planeamento e Estatística (GEPE). 2022.

BALSA, C.; ALBERTO, J.; NUNES, P.; CARMO, R.; CAMPOS, R. **Perfil dos estudantes do ensino superior**: Desigualdades e diferenciação. Lisboa: Edições Colibri, 2007.

BARBOSA, Roseane de Almeida. **A assistência ao estudante da residência universitária da UFPB**. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) — Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2009.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa, Edições 70, 1977.

BARONI, José Marcelo Biagioni. **Acesso ao ensino público**: realidades e alternativas. 2010. 175 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

BENE, Leonel; RUMBANE, Sebastião; GARCIA, Fabiane; MOURÃO, Arminda. As tensões entre a expansão e as desigualdades sociais no acesso: ao ensino superior em Moçambique. **Revista de Gestão e Avaliação Educacional, REGAE - UFSM**, v. 11, n. 20, p. 1-16, 20 jan. 2022. DOI 10.5902/2318133868642. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/regae/article/view/68642>. Acesso em: 24 out. 2022.

BELO, António. **Angola e a Independência**: Diário da transferência de soberania. Portugal: Edições Colibri, 2022. 564 p.

BERMAN, P. **The study of macro and micro implementation of social policy**. Santa Monica: The Rand Paper Series, 1978.

BRÁS, C. A. **Extensão universitária nas instituições de ensino superior públicas em Angola**: Políticas de institucionalização e processos de gestão na Escola Superior Pedagógica do Bengo e Instituto Superior de Ciências da Educação de Cabinda. 2019. 174 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Instituto Superior de Ciências da Educação, Luanda, 2019.

BRÁS, C. A. **Papel da escola na formação para a cidadania**. Luanda: ECO7, 2018. 175 p.

BUZA, A.; LEHER, R.; CANGA, J. O público e o privado diante da mercantilização da educação em Angola. **Revista Trabalho Necessário**, [s. l.], v. 20, n. 42, p. 1-29, 2022.

CASTILHO, R. **Direitos Humanos**. 5. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2018.

CAMILLO, C. M; MEDEIROS, L. M. Educação do campo e suas práticas educativas: a tecnologia em prol da formação de professores. *In: **Simpósio de Tecnologias e Educação a Distância no Ensino Superior***, 2018.

CARVALHO, P. de. Uma breve história do ensino superior: O Rede Angola apresenta uma grande reportagem sobre o ensino superior nacional em seis capítulos – uma breve história do ensino superior. **RedeAngola.info**, On-line, p. 1, 2014. Disponível em: <http://m.redeangola.info/uma-breve-historia-do-ensino-superior/>. Acesso em: 1 jun. 2022.

CARVALHO, P. de. **Evolução e Crescimento do Ensino Superior em Angola**. Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL), Lisboa, Centro de Estudos Africanos, 2013.

CERQUEIRA, D. T. Em busca de uma definição de extensão universitária no Brasil: conceito, limites e características. **Revista de Extensão do Sistema ACADE**, 2003.

CHANDLER, C.; SÁ, C.; TEIXEIRA, P. **Acesso ao Ensino Superior**. 1. ed. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos, 2014. 88 p.

CICUTO, C.; TORRES, B. Influência da frequência e participação no desempenho em um ambiente de aprendizagem centrado no aluno. **Química Nova**, v. 43, n. 2, p. 1-10, 2020. DOI: 10.21577/0100-4042.20170464. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/qn/a/KbT5hSyHFSH4TVRvRq4cnBq/>. Acesso em: 28 set. 2022.

COIMBRA, A. C. G.; GOMES JUNIOR, C. M. Ensino superior de Angola: uma contextualização da organização das políticas educacionais e sua parceria com o Brasil, História e-história. **UNICAMP**, 2013. Disponível em: <http://historiaehistoria.com.br/materia.cfm?tb=artigos&id=243>. Acesso em: 24 fev. 2015.

CORREIA FILHO, J. M.; ALEAGA, T. R.; SACOMBOIO, F. J. F. C. F. A massificação do ensino superior como política pública educacional e suas implicações em Angola. **RBPAE - Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, v. 36, n. 2, p. 750-767, 2020. DOI: 10.21573/vol36n22020.10365.

COSTA, F. **Pela expansão do ensino superior público**. Folha de S. Paulo, São Paulo, 28 mar. 2008.

CRESPO, V. **Uma universidade para os anos 2000**: O ensino superior numa

perspectiva de futuro. Mem Martins: Editorial Inquérito, 1993.

CRISTÓVÃO, E. País recebe ajuda de USD 78 milhões para a Educação. **Jornal de Angola**, Luanda, 25 jan. 2022. Disponível em: <https://www.jornaldeangola.ao/ao/noticias/pais-recebe-ajuda-de-usd-78-milhoes-para-a-educacao/>. Acesso em: 25 mai. 2022.

DALFIOR, E. T.; LIMA, R. de C. D.; ANDRADE, M. A. C. Implementação de políticas públicas: metodologia de análise sob o enfoque da política institucional. **Saúde em Debate**, v. 39, p. 283-297, 2015.

DELORS, J. *et al.* **Educação um tesouro a descobrir**. São Paulo: Cortez Editora, Janeiro, 1998. 288 p.

DEMO, P. **Introdução à metodologia da ciência**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1985.

DICIONÁRIO AURÉLIO. **Significado de Teoria**. Dicionário Online, 2019. Disponível em: <https://dicionariodoaurelio.com/teoria>. Acesso em: 21 mar. 2022.

ELIAS, A. **Processo de ajustamento de estudantes angolanos ao contexto do ensino superior**. 2013. 189 f. Tese (Doutorado em Psicologia) – Escola de Psicologia, Universidade do Minho, Portugal, 2013.

ELMORE, R. F. Backward Mapping: Implementation research and policy decisions. **Political Science Quarterly**, New York, v. 94, n. 4, p. 601-616, 1979.

EURO NEWS (Portugal). **O sistema eleitoral de Angola**: Campanhas do MPLA e da UNITA. EURONEWS. Disponível em: <https://pt.euronews.com/2022/08/21/como-funciona-o-sistema-eleitoral-de-angola>. Acesso em: 28 set. 2022.

CORREIA FILHO, J. M. **O perfil do docente universitário em Angola no século XXI, suas perspectivas e desafios**: Um estudo exploratório em torno de concepções e de práticas. Tese (Doutorado em Ciências da Educação) – Instituto de Investigação e Formação Avançada, Universidade de Évora, Évora, 2019.

FINATTI, B. E.; ALVES, J. de M.; SILVEIRA, R. de J. Perfil sócio, econômico e cultural dos estudantes da Universidade Estadual de Londrina – UEL: indicadores para implantação de uma política de assistência estudantil. **Libertas**, Juiz de Fora, v. 6-7, n. 1-2, p. 246-264, 2006. Disponível em: http://www.ufjf.br/revistalibertas/files/2011/02/artigo_12_7.pdf. Acesso em: 15 ago. 2022.

FREIRE, P. Desafios da educação de adultos ante a nova reestruturação tecnológica. *In*: **Pedagogia da indignação**: cartas pedagógicas e outros escritos. São Paulo: UNESP, 2003.

FREIRE, P. **Pedagogia da esperança**: Um reencontro com a pedagogia do oprimido. 7. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

FREIRE, P. **Educação e atualidade brasileira**. Tese de Concurso para cadeira de

História e Filosofia da Educação – Escola de Belas Artes de Pernambuco, Recife, 1959.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 28. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996. 148 p.

FREITAS, E. F. V. et al. A tecnologia na educação. *In*: **III Seminário Científico da FACIG**, 2017.

FRIEDMAN, M.; FRIEDMAN R. **Free to choose**: a personal statement. New York: Harcourt, Brace and Jovanovich, 1980.

GASPAR, D.; SILVA, A. M. C. A avaliação na Educação Pré-Escolar e a utilização do Portfólio. *In*: MORGADO, J. C. *et al.* (Orgs.). **Actas do 2º Congresso Internacional sobre Avaliação em Educação**: Aprender ao Longo da Vida. Contributos, perspectivas e questionamentos do currículo e da Avaliação. Braga: 2010.

GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, D. T. **Métodos de pesquisa**. Universidade Aberta do Brasil – UAB/UFRGS; Curso de Graduação Tecnológica – Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. 120 p.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 7. ed. São Paulo: Editora Atlas, 2019. 248 p.

GOERGEN, P. A educação como direito de cidadania e responsabilidade do Estado. **Educação e Sociedade**, [s.l.], p. 1-20, 2013. DOI: 10.1590/S0101-733020130003000. Disponível em: <https://www.scielo.br/ij/es/a/fnSxbMMFwkM6kqxVrR5Z8Gc/>. Acesso em: 7 out. 2022.

GONÇALVES, J. R.; CARVALHO, A. L. M. de; SILVA, M. J. da; ARAÚJO, M. F. de; NASCIMENTO, S. B. S. L.; ALVES, Y. L. O. A evolução da tecnologia na educação. **Revista Processus de Estudos de Gestão Jurídicos e Financeiros**, v. 10, n. 37, p. 21-34, 2019.

GOMES, C. A. Sucesso e fracasso no ensino médio. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 24, p. 259-280, 1999.

HASHIZUME, C.; ALVES, M. Políticas afirmativas e inclusão: Formação continuada e direitos. **DELTA: Documentação de Estudos em Linguística Teórica e Aplicada**, v. 38, n. 1, p. 18, 18 mar. 2022. DOI: 10.1590/1678-460X202257203.

HIRSCH, O. N.; GIACOMINI, S. M. **“Hoje eu me sinto africana”**: processos de construção de identidades em um grupo de estudantes cabo-verdianos no Rio de Janeiro. 2007. 230 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Departamento de Sociologia e Política, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

HODGSON, G. The ubiquity of habits and rules. **Cambridge Journal of Economics**, v. 21, n. 6, p. 663-684, 1997.

HODGSON, G. O que são instituições. *In*: SALLES, A.; PESSALI, H.; FERNÁNDEZ, R. (orgs.). **Economia institucional: fundamentos teóricos e históricos**. São Paulo: Editora Unesp, 2018. p. 121-158.

HOWLETT, M.; RAMESH, M. **Studying public policy: Policy cycles and policy subsystems**. Oxford: Oxford University, 1995.

IEA, INE. **Indicadores de emprego e desemprego: inquérito ao emprego em Angola**. 1. ed. 2021. Disponível em: https://www.ine.gov.ao/Arquivos/arquivosCarregados//Carregados/Publicacao_637745721534282470.pdf. Acesso em: 12 jul. 2022.

IMPERATORI, T. K. A trajetória da assistência estudantil: na educação superior brasileira. **Serviço Social & Sociedade**, v. 129, p. 19, 2017. DOI: 10.1590/0101-6628.109.

INE. Instituto Nacional de Estatística. **Características dos Jovens em Angola**. Departamento de Difusão e Informação, 2020. Disponível em: https://www.ine.gov.ao/Arquivos/arquivosCarregados//Carregados/Publicacao_637692021905300155.pdf. Acesso em: 11 jun. 2022.

INE. Instituto Nacional de Estatística. Censo populacional. **Resultados preliminares recenseamento geral da população e habitação**, 2014. Disponível em: http://www.embajadadeangola.com/pdf/Publicacao%20Resultados%20Definitivos%20Censo%20Geral%202014_Versao%2022032016_DEFINITIVA%2018H17.pdf. Acesso em: 12 jun. 2022.

INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Indicadores educacionais em foco**. Disponível em: http://download.inep.gov.br/acoes_internacionais/estatisticas_educacionais/indicadores_educacionais_foco/indicadores_educacionais_foco_n_6.pdf. Acesso em: 09 ago. 2022.

INTERNACIONAL. Política. **Os Acordos de Paz para Angola**. Política Internacional, ano 1991, n. 4, p. 1-38, 14 out. 2022. Disponível em: https://www.ipris.org/files/4/06_Documento_Os_Acordos_de_Paz.pdf. Acesso em: 14 out. 2022.

KANDINGI, A. **A expansão do ensino superior em Angola: um estudo sobre o impacto das Instituições de Ensino Superior Privado**. 2016. 296 f. Tese (Doutorado em Ciências da Educação) – Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Lisboa, 2016.

KINGDOM, J. K. **Agendas, alternatives, and public policies**. Harlow: Pearson, 2014. p. 122-144.

LIMA, L. L.; D'ASCENZI, L. Implementação de políticas públicas: perspectivas analíticas. **Revista de Sociologia e Política**, v. 21, n. 48, p. 101-110, 2013.

MACQUEEN, N. **A descolonização da África portuguesa**: A revolução metropolitana e a dissolução do império. Inquérito: Mem Martins, 1997.

MAPAS DO MUNDO (Angola). Angola Mapa. In: **Mapas de Angola**. Mapsoworld, 2014. Disponível em: <https://pt.mapsofworld.com/angola/>. Acesso em: 20 dez. 2022.

MAKOSSO, B. *et al.* **Enseignement superieur em Afrique Francophone** : Crises, reformes et transformations. Senegal: Codesria Working Paper Seris, 2009.

MANCEBO, D. Crise político-econômica no Brasil: Breve análise da educação superior. **Educação e Sociedade**, v. 38, n. 141, p. 1-18, 2017.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. 7. Editora Atlas. 2001.

KATÚMUA, M. B. **O ensino superior angolano**: políticas, modelos de governança e públicos (estudo na Província de Benguela). Tese (Doutorado em Sociologia) – Instituto Universitário de Lisboa, Lisboa, 2016.

MEC/INEP. **Censo da Educação Superior 2020**. Brasília, DF.

MEC/INEP. **Educação recebeu R\$ 117 bilhões em 2007**. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira | Inep. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/assuntos/noticias/institucional/educacao-recebeu-r-117-bilhoes-em-2007>. Acesso em: 30 dez. 2022.

MECHISSO, G. B. **Políticas de assistência estudantil no ensino superior em Moçambique**: passado, presente e desafios. 2017. 156 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017.

MENDES, M. da C. B. R. **Avaliação da qualidade e educação superior em Angola**: estudo da Universidade Agostinho Neto. 2013. 561 f. Tese (Doutorado em Ciências da Educação), Braga, Universidade do Minho, 2013.

MIGON, E.; RODRIGUES, A. de O. Do acordo tripartido 1988 ao acordo de paz em 2002: O processo de paz conduzido em Angola. **Revista Brasileira de Estudos Africanos**, Porto Alegre, v. 4, n. 7, p. 51-83, 2019.

MINAYO, M. C. de S. (Org.). **Pesquisa Social**. Teoria, método e criatividade. 18. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

ANGOLA. Ministério do Ensino Superior, Ciência e Tecnologia – MESCT. **Rede de instituições de ensino superior em Angola**. Dados estatísticos. Luanda: MESCT, 2012.

MOÇAMBIQUE. **Dados estatísticos sobre o ensino superior, 2015**. Maputo: Ministério da Ciência e Tecnologia, Ensino Superior e Técnico Profissional, 2016.

MOREIRA, D. A. Elementos para um plano de melhoria do ensino universitário ao nível de instituição. **Revista IMES**, São Caetano do Sul, v. 3, n. 9, p. 28-32, 1986.

MOURA, P. **Acesso ao ensino superior**: A ideologia e a construção de desigualdades. 1. ed. Curitiba: Appris, 2020. 235 p.

NGULUVE, A. **Relações de trabalho docente nas universidades privadas de Angola**: constâncias e metamorfoses. 2019. 143 f. Tese (Doutorado em Sociologia) - Universidade de Coimbra, Coimbra, 2019.

NGULUVE, A.; PAXE, I.; FERNANDO, M. **A lei de bases do sistema de educação**: debates e proposições. 1. ed. Luanda: Literacia, 2020. 257 p.

NOA, F. **Ensino superior em Moçambique**: políticas, formação de quadros e construção da cidadania. Lisboa: Iscte, 2019; p. 222-238.

OLIVEIRA, A.; ANTONELLO, I. Considerações acerca do papel das políticas educacionais: de acesso ao ensino superior na migração internacional de brasileiros. **Geografia Ensino & Pesquisa**, v. 26, n. 3, p. 36, 2022.

OLIVEIRA, J. **A função social da educação e da escola pública**: tensões, desafios e perspectivas. Belo Horizonte: Editora Autentica, 2009.

PAXE, I. **Políticas educativas em Angola**: Um desafio do direito à Educação. 1. ed. Luanda: 242 p. 2017.

PAXE, I.; BRÁS, C. A. A Educação Infantil em Angola em tempos de Covid-19: makas antigas em outros tempos. *In*: MONÇÃO, M. A. G.; BARBOSA, L. M. R. (Org.). **Políticas Públicas de Educação Infantil**: diálogos com o legado de Fúlvia Rosemberg. 1. ed. São Carlos: Pedro & João Editores, 2012. p. 483-514.

PAXE, I.; *et al.* **Angola 45 anos**: O político, o social, o económico. 1. ed. Luanda: Mayamba Editora, 2021.

PEDRO, L. E. L. **Política de acesso aos cursos de formação de professores em Angola**: regulação, conceptualização e operacionalização. Luanda: 2022. 77 p.

PEREIRA, F. da S. Educação e Sociedade. **Só Pedagogia**, p. 1, 23 nov. 2011. Disponível em: <https://www.pedagogia.com.br/artigos/educacaoesociedade/>. Acesso em: 24 maio 2022.

PERISSINOTTO, R. Política e sociedade: por uma volta à sociologia política. **Política & Sociedade**, [s. l.], v. 5, p. 1-30, 2004. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/politica>. Acesso em: 26 dez. 2022.

PESTANA, N. **As dinâmicas da sociedade civil angolana**. Lisboa: CEA, 2003.

PORTAL DE ANGOLA. **Compromisso de Dakar adiado por mais dois anos**. Portal de Angola, On-line, 23 maio 2013. Disponível em:

<https://www.portaldeangola.com/2013/03/25/compromisso-de-dakar-adiado-por-mais-dois-anos/>. Acesso em: 4 jul. 2022.

PORTO, L. **Mapa da África**: Países, capitais e idiomas do Continente Africano. EscolaEducação. 14 nov. 2019. Disponível em: <https://escolaeducacao.com.br/mapa-da-africa/>. Acesso em: 22 maio 2022.

REGO, A. M. X. Educação: concepções e modalidades. **Scientia cum Industria**, v. 6, n. 1, p. 38-47, 2018. DOI: 10.18226/23185279.v6iss1p38. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/323107399_EDUCACAO_conceitos_finalidades_e_modalidades. Acesso em: 3 out. 2018.

REISBERG, L.; WATSON, D. Access and equity. *In*: ALTBACH, E. (ed.). **Leadership for world-class universities**: Challenges for developing countries. New York: Routledge, 2010.

SABATIER, P. A.; MAZMANIAN, D. A. La implementación de la política pública: un marco de análisis. *In*: VAN METER, D. S.; VAN HORN, C. E.; REIN, M.; RABINOVITZ, E. F.; ELMORE, R. **La implementación de las políticas**. México: Miguel Angel Porrúa. 1996.

SATRUSTEGUI, K. U. Desenvolvimento, subdesenvolvimento, mal desenvolvimento e pós desenvolvimento: um olhar transdisciplinar sobre o debate e suas implicações. **Revista Perspectivas do Desenvolvimento**, v. 1, n. 1, 2013.

SCOTT, P. **The Meanings of Mass Higher Education**. London: Open University Press, 1995.

SECCHI, L. **Análise de políticas públicas**: Diagnóstico de problemas, recomendação de soluções. São Paulo: Cengage Learning, 2019.

SECCHI, L. **Políticas Públicas**: conceitos, esquemas de análise, casos práticos. 2. ed. São Paulo: Cengage Learning. 2014.

SEN, A. Os fins e os meios do desenvolvimento. *In*: SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Cia das Letras, 2010.

SERRÃO, J. V. **História das Universidades**. Porto: Lello & Irmão, 1983. SEVERINO, A. J. Expansão do ensino superior: Contextos, desafios, possibilidades. **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior**, Campinas, v. 14, n. 2, p. 253- 266, 2009.

SHMITTER, P. C. Curso de introdução à ciência política, Unidade I: Reflexões sobre o conceito de política. *In*: SHMITTER, P. C. **Curso de introdução à ciência política, Unidade I**: Reflexões sobre o conceito de política. 2. ed. Brasília: Ed. Unb, 1984. p. 31-39.

SILVA, E. A. **Gestão do ensino superior em Angola**: realidades, tendências e desafios rumo à qualidade. Luanda: Mayamba, 2016.

SILVA, E. A. **O burocrático e o político na administração universitária:** Continuidades e rupturas na gestão dos recursos humanos docentes na universidade Agostinho Neto (Angola). Monografias em Educação, Instituto de Educação e Psicologia da Universidade do Minho, Braga, 2004.

SILVEIRA, F.; BARBOSA, M.; SILVA, R. Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM): Uma análise crítica. **Revista Brasileira de Ensino de Física**, [s.l.], v. 37, n. 1, p. 5, 2015. DOI: 10.1590/S1806-11173710001.

SOBREIRA, R.; CAMPOS, B. Investimento público em educação fundamental e a qualidade do ensino: uma avaliação regional dos resultados do Fundef. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, p. 1-20, 2008.

SOUSA, M. C. P., ESPÍRITO SANTO, A. C. G.; MOTTA, S. K. A. Gênero, vulnerabilidade das mulheres ao HIV/Aids e ações de prevenção em bairro da periferia de Teresina, Piauí, Brasil. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 17, n. 2, p. 58-68, 2008. DOI: 10.1590/S0104-12902008000200007

TARACHUQUE, J.; SOUZA, W. Bioética e vulnerabilidade da população em situação de rua: um estudo a partir da realidade de Curitiba. **Teocomunicação**, v. 43, n. 1, p. 145-169, 2013.

TRADING ECONOMICS. **Produção de petróleo - Lista de países – África**. 2022. Disponível em: <https://pt.tradingeconomics.com/country-list/crude-oil-production?continent=africa>. Acesso em: 30 jun. 2022.

UAN. Universidade Agostinho Neto. **Relatório Anual 2002-2006**, Luanda.

UNESCO. **Participação de Angola na Cimeira sobre a Transformação da Educação**. Disponível em: <https://www.cnu.gov.ao/participacao-de-angola-na-cimeira-sobre-a-transformacao-da-educacao/>. Acesso em: 17 out. 2022.

UNESCO. **Private education in Sub-Saharan Africa: A re-examination of theories and concepts related to its development and finance**. International Institute for Educational Planning. Paris: UNESCO, 1999.

UNICEF. Educação no OGE 2017. **Orçamento Geral do Estado**, [s. l.], 2017. UNICEF; BANCO MUNDIAL, INE: **Inquérito integrado sobre bem-estar da população**, On-line, v. 2, p. 399, 1 ago. 2011. Disponível em: <https://www.ine.gov.ao/publicacoes/todas?pagina=3>. Acesso em: 4 ago. 2022.

UNIRANK. **Melhores Universidades de Angola**. Ranking Universitário Angolano de 2022. Disponível em: <https://www.4icu.org/ao/>. Acesso em: 28 out. 2022.

UAN. Universidade Agostinho Neto. **Diagnóstico da Situação análise swot UAN – 2016**. Luanda, p. 57.

VAGAS, ANGO. **INAGBE disponibiliza 7 mil Bolsas de Estudos Internos (BEI):** Degraduação e Pós-graduação. ANGOVAGAS, On-line, out. 2021.

Disponível em: angovagas.net/inagbe-disponibiliza-7-mil-bolsas-de-estudo-internas-bei-de-graduacao-e-mil-de-pos-graduacao-para-o-ano-academico-2021-2022. Acesso em: 16 ago. 2022.

VAN METER, D. S.; VAN HORN, C. E. El proceso de implementación de las políticas. Un marco conceptual. In: VAN METER, D. S.; VAN HORN, C. E.; REIN, M.; RABINOVITZ, F. F.; ELMORE, R. (dirs.). **La implementación de las políticas**. Ciudad del México: Miguel Angel Porrúa, 1996.

VARELA, B. **A Universidade, o currículo e o conhecimento**: Das origens aos tempos atuais. Praia: Edições Uni-CV, 2013.

VARGAS, H.; HERINGER, R. Reformas do Ensino Superior: América Latina em contexto internacional comparada. **Arizona State University**, v. 25, n. 72, p. 36, 2017.

VARGAS, M. de L. F. **Ensino superior, assistência estudantil e mercado de trabalho**: um estudo com egressos da UFMG. Dissertação (Mestrado em Educação) — Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008.

VASCONCELOS, N. Programa Nacional de Assistência Estudantil: uma análise da assistência estudantil ao longo da história da educação superior no Brasil. **Revista da Católica**, Uberlândia, v. 2, n. 3, p. 399-411, 2010. Disponível em: <http://www.catolicaonline.com.br/revistadacatolica/artigosv2n3/29-Pos-Graduacao.pdf>. Acesso em: 15 agosto. 2022.

VIANNA, C. E. S. Evolução histórica do conceito de educação e os objetivos constitucionais da educação brasileira. *Janus*, Jan. 2008.

VIEIRA, J.; LOPES, I.; VIEIRA, A. O Ensino Superior e as instâncias de poder em Cabo Verde. **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior**, Campinas, v. 23, n. 2, p. 490-508, 2018. DOI: 10.1590/S1414-40772018000200012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/aval/a/wVYFzhk7cv6YzRmDtDwZWct/>. Acesso em: 24 out. 2022.

VISENTINI, P. F. **Os países africanos**: diversidade de um continente. Porto Alegre: Leitura XXI/Cebrafrica/UFRGS, 2012.

ZELEZA, P. T.; OLUKOSHI, A. Rezenção: Paul Tiyambe Zeleza e Adebayo Olukoshi (Hrsg.) 2004: Universidades africanas no século XXI. **Afrika Spectrum**, v. 40, p. 353-357, 2004.

ANEXOS 1 – QUADROS DE CANDIDATOS

Quadro – Candidatos inscritos por curso na Universidade Agostinho Neto 2014

Ano	Curso	Não admitidos	Admitidos	Total Geral
2014	Análises Clínicas e Saúde Pública	710	83	793
	Arquitetura	356	90	446
	Antropologia	134	102	236
	Biologia	-	504	504
	Ciências de Computação	-	952	952
	Ciências Políticas	372	172	544
	Comunicação Social	1797	242	2039
	Contabilidade e Administração	913	80	993
	Contabilidade e Auditoria	656	77	733
	Direito	2053	1650	3703
	Economia	1780	131	1911
	Enfermagem	687	86	773
	Engenharia Civil	382	161	543
	Engenharia de Minas	176	106	282
	Engenharia de Petróleo	589	117	706
	Engenharia em Geologia	-	438	438
	Engenharia Informática	750	138	888
	Engenharia Mecânica	566	88	654
	Engenharia Química	175	114	289
	Engenharia Electrónica e Telecomunicações	607	97	704
	Engenharia Geográfica	-	233	233
	Engenharia Eletrotécnica	415	158	573
	Farmácia	109	45	154
	Física	-	137	173
	Gestão de Empresas	1681	119	1800

Gestão e Administração Pública	1966	357	2 323
Geodemografia	220	59	279
Gestão de Turismo	-	579	579
Geofísica	-	316	316
História	224	175	399
Língua e Literatura Portuguesa	183	88	271
Línguas e Literaturas Angolanas	21	28	49
Língua e Literatura Inglesa	231	78	309
Língua e Literatura Francesa	7	37	44
Medicina	2 281	114	2 395
Matemática	-	246	246
Psicologia	1 768	247	2015
Psicologia Escolar	172	32	204
Psicologia Clínica	564	160	724
Química	-	198	198
Secretariado Administrativo	330	990	1320
Sociologia	670	170	840
Filosofia	94	70	164

Fonte: O autor (2023), a partir dos anuários estatísticos do MESTIC de (2014)

Quadro – Candidatos inscritos por curso na Universidade Agostinho Neto 2015

Ano	Curso	Não admitidos	Admitidos	Total Geral
2015	Análises Clínicas e Saúde Pública	1397	88	1485
	Arquitetura	320	66	386
	Antropologia	74	59	133
	Biologia	545	62	607
	Ciências de Computação	785	269	1054
	Ciências Políticas	577	208	785
	Comunicação Social	1549	140	1689
	Contabilidade e Administração	576	73	649
	Contabilidade e Auditoria	504	61	565
	Direito	47	100	147
	Economia	1614	171	1785
	Enfermagem	1325	121	1446
	Engenharia Civil	318	173	491
	Engenharia de Minas	255	103	358
	Engenharia de Petróleo	432	112	544
	Engenharia em Geologia	343	85	428
	Engenharia Informática	855	180	1035
	Engenharia Mecânica	606	156	762
	Engenharia Química	317	105	422
	Engenharia Electrónica e Telecomunicações	668	172	840
	Engenharia Geográfica	119	111	230
	Engenharia Eletrotécnica	473	120	593
	Farmácia	244	56	300
	Física	60	60	120
	Gestão de Empresas	1297	145	1442

Gestão e Administração Pública	2319	220	2539
Geodemografia	120	54	174
Gestão de Turismo	566	66	632
Geofísica	250	64	314
História	207	101	308
Língua e Literatura Portuguesa	129	106	231
Línguas e Literaturas Angolanas	36	63	99
Língua e Literatura Inglesa	125	106	231
Língua e Literatura Francesa	16	35	51
Medicina	114	99	213
Meteorologia	38	24	62
Matemática	108	137	245
Psicologia	1 518	133	1651
Psicologia Escolar	200	61	261
Psicologia Clínica	753	149	902
Química	137	70	207
Secretariado Administrativo	1 137	226	1 363
Sociologia	518	40	558
Filosofia	119	102	221

Fonte: O autor (2023), a partir dos anuários estatísticos do MESTIC de (2015)

Quadro – Candidatos inscritos por curso na Universidade Agostinho Neto - 2016

Ano	Curso	Não admitidos	Admitidos	Total Geral
2016	Análises Clínicas e Saúde Pública	45	1760	1805
	Arquitetura	78	577	655
	Antropologia	120	70	190
	Biologia	46	704	750
	Ciências de Computação	208	1360	1568
	Ciências Políticas	266	469	735
	Comunicação Social	179	1864	2043
	Contabilidade e Administração	118	886	1004
	Contabilidade e Auditoria	141	794	935
	Direito	316	2946	3262
	Economia	224	2029	2253
	Enfermagem	63	1521	1584
	Engenharia Civil	71	817	888
	Engenharia de Minas	73	518	591
	Engenharia de Petróleo	46	566	612
	Engenharia em Geologia	84	521	605
	Engenharia Informática	110	1 706	1 816
	Engenharia Mecânica	131	934	1 065
	Engenharia Química	83	622	705
	Engenharia Electrónica e Telecomunicações	126	1 245	1 371
	Engenharia Geográfica	163	203	366
	Engenharia Eletrotécnica	82	853	935
	Farmácia	37	426	463
	Física	63	166	229
	Gestão de Empresas	145	1 714	1 859

Gestão e Administração Pública	344	2 339	2 683
Geodemografia	77	104	181
Gestão de Turismo	63	836	899
Gestão Financeira	129	545	674
Geofísica	66	316	382
História	102	220	322
Língua e Literatura Portuguesa	168	187	355
Línguas e Literaturas Africana	63	12	75
Língua e Literatura Inglesa	116	140	256
Língua e Literatura Francesa	46	11	57
Medicina	105	3 781	3 886
Meteorologia	50	72	122
Matemática	153	283	436
Psicologia	247	2 122	2 369
Psicologia Escolar	89	143	232
Psicologia Clínica	110	447	557
Química	52	275	327
Secretariado Administrativo	14	40	54
Sociologia	144	577	721
Filosofia	93	97	190

Fonte: O autor (2023), a partir dos anuários estatísticos do MESTIC de (2016).

Quadro – Candidatos inscritos por curso na Universidade Agostinho Neto - 2018

Ano	Curso	Admitidos	Não Admitidos	Total Geral
2018	Análises Clínicas e Saúde Pública	263	2929	3192
	Arquitetura	134	739	873
	Antropologia	119	213	332
	Biologia	86	1683	1769
	Ciências de Computação	266	1446	1712
	Ciências Políticas	249	911	1160
	Comunicação Social	361	2668	3029
	Contabilidade e Administração	209	1306	1515
	Contabilidade e Auditoria	216	1283	1499
	Direito	472	4028	4500
	Economia	339	2451	2790
	Enfermagem	120	2526	2646
	Engenharia Civil	187	892	1079
	Engenharia de Minas	174	452	626
	Engenharia de Petróleo	82	408	490
	Geologia	82	475	557
	Engenharia Informática	230	1765	1995
	Engenharia Mecânica	204	986	1190
	Engenharia Química	221	591	705
	Engenharia Electrónica e Telecomunicações	281	1508	1789
	Engenharia Geográfica	133	207	340
	Engenharia Eletrotécnica	245	1059	1304
	Farmácia	77	681	758
	Física	79	196	275
	Gestão de Empresas	287	2829	3116
	Gestão e Administração Pública	491	2853	3344
	Geodemografia	87	242	329

Gestão de Turismo	381	1051	1432
Gestão Financeira	221	1001	1222
Geofísica	73	217	290
História	122	297	419
Língua e Literatura Portuguesa	268	371	639
Línguas e Literaturas Africanas	140	90	230
Língua e Literatura Inglesa	147	246	393
Língua e Literatura Francesa	98	52	150
Medicina	265	5479	5744
Meteorologia	56	192	248
Matemática	158	251	409
Psicologia	364	2815	3179
Psicologia Escolar	118	225	343
Psicologia Clínica	147	684	831
Química	84	251	335
Relações Internacionais	425	1559	1984 Novo curso
Secretariado Administrativo	-	-	-
Sociologia	169	895	1064
Filosofia	135	138	273

Fonte: O autor (2023), a partir dos anuários estatísticos do MESTIC de (2018).